

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

174 jan./mar. 2012

ISSN 1413-1536

Entrevista: **José de Freitas Mascarenhas**

Em defesa
do remédio que
ataca a causa

Ponto de vista:

**Arthur
Souza Cruz**

Uma política de
fomento à inter-
nacionalização
da bahia



**Contribuição do
planejamento
econômico para o
desenvolvimento do
estado da Bahia:
análise do plano
plurianual 2008/2011**

**Breve discussão sobre
a sutileza hegemônica
das políticas públicas**



Quer saber mais sobre a Bahia? A SEI sabe.

SEI. A PRINCIPAL FONTE DE INFORMAÇÕES DO ESTADO.

> Índices > Pesquisas > Estudos
> Números > Mapas

Sabe aquele dado sobre geração de empregos que saiu no jornal, aquela notícia sobre o PIB que passou na televisão?

São dados da SEI, o órgão oficial de estatística do estado, que produz uma vasta gama de informações econômicas, sociais, demográficas e geoambientais. Sempre que quiser informações precisas sobre a Bahia, conte com a SEI.

www.sei.ba.gov.br

 facebook.com/imprensasei  [@eu_SEI](https://twitter.com/eu_SEI)



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

174 jan./mar. 2012

Sumário

5 Carta do editor

Economia em destaque

6 Panoramas das economias brasileira e baiana em 2011

Carla Janira Souza do Nascimento,
Elissandra Alves Britto,
Rosângela Conceição,
Rafael Fagundes Guimarães

Entrevista

24 Em defesa do remédio que ataca a causa

José de Freitas Mascarenhas

Artigos

30 A contribuição do planejamento econômico para o desenvolvimento do estado da Bahia: análise do plano plurianual 2008/2011

Leonardo Rodrigues Porto,
Gabrielle Santos Brito,
Vinicius Barbosa de Moraes

42 Bioenergias alternativas: o capim-elefante (*Pennisetum purpureum*) no oeste baiano

Rafael Aparecido Sabino dos Santos,
Alyson dos Santos Rocha

52 Breve discussão sobre a sutileza hegemônica das políticas públicas

Debora Bittencourt Santos Ferreira,
Gepherson Macêdo Espínola

60 Determinantes da presença de público no campeonato baiano de futebol: uma abordagem econométrica

Leandro do Prado Ribeiro,
Rondinaldo Silva das Almas

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Pedreira Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Paulo Henrique de Almeida Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto
Rosângela Ferreira Conceição

EQUIPE TÉCNICA

Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Alenilson Santos Marques (estagiário)
Rafael Augusto Fagundes Guimarães (estagiário)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/ NORMALIZAÇÃO

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Ana Paula Porto

EDITORIA-GERAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO

Laura Dantas (Linguagem)
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES

Nando Cordeiro

FOTOS

João Alvarez/FIEB, Rodrigues Pozzebom/ Agência Brasil, Stock XCHNG

IMPRESSÃO

EGBA – Tiragem: 1.000

Seção especial

70

Economia baiana cresce 1,4% no quarto trimestre e encerra 2011 com expansão de 2,0%

Carol Araújo Vieira,
Denis Veloso da Silva,
João Paulo Caetano Santos

Ponto de vista

78

Uma política de fomento à internacionalização da Bahia

Arthur Souza Cruz

Investimentos na Bahia

80

Complexo Metal-Mecânico espera investimentos de R\$ 4,2 bilhões até 2013

Fabiana Karine Santos de Andrade

84

Livros

86

Conjuntura Econômica Baiana

Indicadores conjunturais

99

Indicadores Econômicos

106

Indicadores Sociais

116

Finanças Públicas

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2012.
n. 174
Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

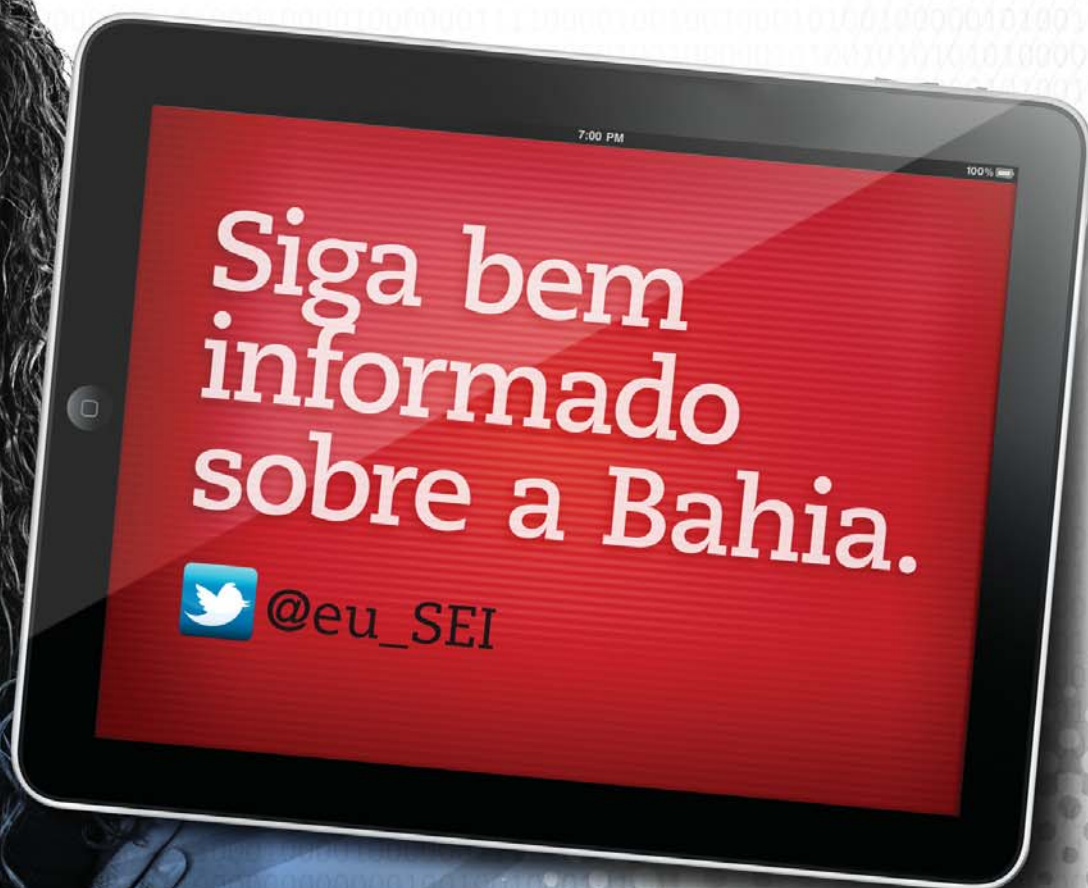
1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br



Carta do editor

O ano de 2011 foi marcado pela moderação no nível de atividade econômica, a despeito das condições favoráveis do mercado de trabalho mostrarem-se em evidência. Essa conjuntura contemplada na edição 174 da revista *Conjuntura & Planejamento* (C&P) traz a perspectiva de que, em 2012, arrefecida a instabilidade no cenário internacional e realizados os ajustes necessários de política econômica, as economias brasileira e baiana apresentem um ritmo de crescimento mais intenso.

A exposição de ideias sobre determinado aspecto da economia, na seção Ponto de Vista, teve a contribuição de Arthur Souza Cruz, pós-graduado em Economia pela Universidade Salvador (Unifacs) e técnico especialista em Comércio Exterior da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Cruz apresenta a sua percepção sobre a necessidade dos países e regiões aumentarem suas relações econômicas com o mundo, bem como os mecanismos para a sua consecução e as implicações desse processo. Para ele, a internacionalização é essencial ao aumento da competitividade internacional das empresas, devendo a Bahia combinar o seu arrojo comercial com o atendimento a rígidos padrões de qualidade.

Na seção Entrevista, o presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), José de Freitas Mascarenhas, apresenta, de maneira eloquente, as razões para o descompasso entre a produção industrial baiana e o PIB nos últimos anos. A análise dos aspectos que determinam a atividade da indústria no Brasil permite inferir a tímida produção industrial na Bahia. Na sua avaliação, essas variáveis não cresceram no mesmo ritmo em decorrência da instabilidade no cenário mundial e da perda de competitividade, que têm na política cambial e nos elevados custos internos as principais justificativas. Estes custos, em função do regime tributário deficitário, elevadas taxas de juros para o padrão internacional, e a ineficiência na infraestrutura recaí, principalmente, sobre a indústria de transformação.

Na seção Artigos, Leonardo Rodrigues Porto, Gabrielle Santos Brito e Vinicius Barbosa de Moraes, no trabalho intitulado *A Contribuição do Planejamento Econômico para o Desenvolvimento do Estado da Bahia: Análise do Plano Plurianual 2008/2011*, faz uma reflexão sobre o PPA 2008/2011 para o estado baiano. Já o trabalho de Débora Bittencourt Santos Ferreira e Gepherson Macedo Espínola, *Breve Discussão Sobre a Sutileza Hegemônica das Políticas Públicas*, traz uma análise crítica sobre as políticas públicas nas sociedades contemporâneas.

Assim, na edição 174 da C&P, ao tempo que é apresentado o desempenho da conjuntura econômica em 2011, há discussões de caráter estruturante sobre o planejamento e sobre os desafios para a atividade industrial no Brasil e na Bahia. Nesse aspecto, a SEI, sem pretensões de esgotar o assunto e emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, esboça, através da sua publicação, um panorama das perspectivas para o ano de 2012, bem como convida o leitor a fazer uma reflexão sobre as variáveis que determinam o comportamento das economias brasileiras e baianas a curto e longo prazos.



Panoramas das economias brasileira e baiana em 2011

Carla Janira Souza do Nascimento*

Elissandra Alves Britto**

Rosangela Conceição***

Rafael Fagundes Guimarães****

Em 2011, o cenário externo mostrou-se cheio de incertezas econômicas e políticas. A economia mundial foi afetada pelo agravamento da crise financeira mundial iniciada em 2008. Em razão dos problemas de solvência fiscal na Zona do Euro e conflitos políticos nos EUA, os países desenvolvidos apresentaram desaceleração na atividade econômica. A desvalorização do Dólar provocou aumento nos preços das commodities, o que desencadeou aceleração nos preços em diversos países. As demais economias, em especial as emergentes, tiveram sua competitividade industrial ameaçada pelos desvios cambiais. A crise ainda não teve uma solução definitiva e o futuro do Euro ainda é incerto.

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); economista pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); economista pela UFBA. Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

*** Mestranda em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs); matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB), economista pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rosangela310@oi.com.br

**** Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Estagiário da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rafaelguimaraes01@yahoo.com.br

O consumo das famílias registrou incremento na margem de 1,1%, o consumo do governo aumentou 0,4%, enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 0,2%

No Brasil, o governo agiu contra a pressão inflacionária utilizando medidas monetárias, fiscais e macroprudenciais. Esses instrumentos, utilizados para conter o ritmo de crescimento da demanda à frente da oferta e apaziguar o ritmo dos preços, causaram o arrefecimento no desempenho do Produto Interno Bruto (PIB).

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, o PIB apresentou expansão de 2,7% em 2011 (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2011). Na passagem entre o terceiro e quarto trimestres de 2011 registrou variação positiva (0,3%), na série livre de influências sazonais. E, na comparação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a taxa de crescimento do PIB foi menor pelo sétimo trimestre consecutivo, passando de 2,1% para 1,4%.

De modo geral, a variação positiva de 2,7% da atividade econômica é reflexo da performance desigual entre os componentes do PIB. O valor adicionado da Agropecuária, para a série acumulada no ano, que obteve safra recorde de 159,9 milhões de toneladas, apresentou alta de 3,9% após a elevação de 2,8% registrada até o terceiro trimestre. O aumento de 1,6% do valor adicionado Industrial foi puxado principalmente pelo desempenho da Indústria de Transformação (2,8%) que, apesar da leve recuperação no último trimestre, ainda apresentava estoques elevados. E o resultado de Serviços registrou variação positiva de 2,7%, impulsionado pelas vendas do varejo que, apesar de evidenciar desaceleração, mantiveram-se elevadas.

A retomada da atividade no último trimestre de 2011, quando o PIB cresceu 0,3%, pode ser visualizada nos indicadores associados à demanda. O consumo das famílias registrou

incremento na margem de 1,1%, o consumo do governo aumentou 0,4%, enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 0,2%. Esses resultados são a comparação do trimestre encerrado em dezembro em relação ao trimestre exatamente anterior. No ano de 2011, o acréscimo das despesas das famílias, do governo e da FBCF foram de 4,1%, 1,9% e 4,7%, respectivamente. O incremento anual da FBCF resultou em uma taxa de investimento de 19,8% do PIB em 2011 (a preços de 2010). Esse desempenho foi influenciado pelo aumento na produção de bens de capital (3,2%) (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2011).

Na Bahia, a desaceleração no PIB decorreu principalmente pela menor produção industrial no estado, que, logo no primeiro trimestre, foi impactada pelo “apagão” de energia no Nordeste do país. Mas outros fatores que atingiram a indústria do país também contribuíram para a desaceleração do setor no estado, a exemplo da incerteza no cenário externo e do efeito das medidas contracionistas adotadas pelo governo ante um contexto inflacionário e que afetaram as decisões de investimentos. O PIB acumulou taxa de 2,0% em 2011. Setorialmente, Agropecuária, a Indústria e os Serviços acumularam taxas de 9,8%, -2,9% e 3,6%, respectivamente (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2012d).

O PIB do estado no quarto trimestre cresceu 0,8% em relação ao terceiro trimestre (-1,2%), na série com ajuste sazonal, e 1,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O crescimento da atividade econômica no estado foi principalmente determinado pelo desempenho da Agropecuária e do setor de Serviços, que cresceram, no quarto trimestre, 11,5% e 2,0%, respectivamente, no período em relação a 2010. A Indústria reduziu 3,4% no período.

O mercado de trabalho manteve-se dinâmico ao longo de 2011, contribuindo para os bons resultados alcançados pela economia brasileira. No período foram criados quase dois milhões de novos postos de trabalho, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (BRASIL, 2011c).

O dinamismo observado no mercado de trabalho, tanto na redução taxa de desemprego como no saldo positivo do emprego formal, foi, em grande medida, o alicerce da atividade econômica em 2011. A este se associam o nível

O mercado de trabalho baiano repetiu os bons resultados observados no âmbito nacional com queda na taxa de desemprego de 1,7 p.p. e aumento de cerca de 76 mil empregos formais

elevado da massa salarial e a política de redistribuição de renda do governo que, seja por meio do Bolsa Família, seja por meio do aumento real do salário mínimo, conseguiram manter o consumo em patamares elevados ao longo do ano de 2011, acumulando 4,1%, em relação ao mesmo período do ano anterior (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2011). O mercado de trabalho baiano repetiu os bons resultados observados no âmbito nacional com queda na taxa de desemprego de 1,7 p.p. e aumento de cerca de 76 mil empregos formais.

Não obstante, nessa conjuntura, a expectativa para o crescimento da economia brasileira em 2012 é positiva, estimando-se uma taxa em torno de 3,0%, por grande parte dos analistas de mercado (VALOR ONLINE, 2012; HERÉDIA, 2012; AUTOMOTIVEBUSINESS, 2012; ÍNDICE..., 2012). O governo coloca uma previsão de crescimento acima de 4,0%, de acordo com pronunciamento do Ministério da Fazenda (BRASIL, 2012), e o Banco Central (2012c) divulgou, no Relatório de Inflação, que a taxa de crescimento para 2012 está prevista em 3,5%. De fato, as medidas implementadas pelo governo federal foram eficientes no recuo da inflação, uma vez que a inflação acumulada em 12 meses recuou de 7,31% em setembro para 6,5% em dezembro (ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO, 2011), e, confirmando tendência declinante da inflação acumulada em 12 meses, esta alcança 5,85% em fevereiro de 2012.

De acordo com a análise do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), para janeiro de 2012, tendo-se por base o Índice de Atividade Econômica (IAE), espera-se uma taxa de

crescimento da média móvel trimestral de 0,7%, sinalizando uma aceleração da expansão do PIB no trimestre findo em janeiro. Todavia, espera-se crescimento baixo para o primeiro trimestre de 2012, confirmado pela projeção do Ibre que é de 0,8% (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2012). A expectativa de crescimento no primeiro trimestre decorre, em parte, da redução dos estoques excessivos da indústria.

Os indicadores econômicos para o mês de janeiro mostraram-se favoráveis. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) aumentou 0,7% entre dezembro e janeiro, na série ajustada sazonalmente. Em 12 meses, encerrados em janeiro, o indicador passou de 2,7% para 2,4% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012a).

Após esse breve panorama, as próximas seções deste artigo pretendem apresentar mais elementos dinâmicos das conjunturas nacional e baiana ao longo de 2011, evidenciando, nas considerações finais, as perspectivas para o ano de 2012.

SAFRA RECORDE EM 2011 E EXPECTATIVAS POSITIVAS PARA 2012

A safra nacional de cereais, leguminosas, e oleaginosas, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Levantamento Sistemático de Produção Agrícola (LSPA) (2012a), revela que, para 2011, a produção foi de 159,9 milhões de toneladas, valor 6,9% superior à safra de 2010, considerado um ano recorde (149,6 milhões de toneladas). A área colhida em 2011 foi de 48,7 milhões

A safra nacional de cereais, leguminosas, e oleaginosas [...] revela para 2011 produção de 159,9 milhões de toneladas, valor 6,9% superior à safra de 2010, considerado um ano recorde

de hectares, representando um acréscimo de 4,7% em relação à área colhida do ano anterior. O arroz, o milho e a soja, culturas principais, são responsáveis por 90,3% da produção e 82,4% da área colhida de cereais, leguminosas e oleaginosas. Na análise regional, o Paraná liderou a produção de grãos, com participação de 19,7%, seguido por Mato Grosso (19,5%) e Rio Grande do Sul (18,5%). Os três estados somados representam 57,7% do total nacional. O estado da Bahia ficou responsável por 4,5% do total.

Ainda de acordo com as informações reveladas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2012a), 16, dentre os 25 produtos pesquisados, apresentaram variação positiva na estimativa de produção em relação à safra do ano anterior destacando-se: algodão herbáceo (72,6%), feijão (primeira safra) (31,2%), sorgo (29,5%), amendoim (primeira safra) (27,3%), triticale (25,2%), mamona (24,7%), arroz (19,0%) e soja (9,2%).

O destaque ficou por conta das safras de soja, arroz e algodão, que atingiram recordes de produção. Por sua vez, a produção de milho não apresentou uma variação muito significativa, enquanto que, para o cultivo de cana-de-açúcar, houve uma redução na quantidade produzida depois de uma década de crescimentos consecutivos.

Na Bahia, conforme os dados do LSPA, a estimativa da produção de grãos foi de 7,6 milhões de toneladas, valor 12,9% superior ao registrado no ano de 2010 (6,7 milhões de toneladas). Esta é a maior produção registrada desde o início da pesquisa, com o algodão, o milho e a soja sendo responsáveis por 95% da produção total de grãos. As segundas safras de feijão e milho, que apresentaram reduções de 54,4% e 54,1% respectivamente em relação a 2010, foram prejudicadas pela estiagem em polos produtores.

Com base nos dados das contas nacionais e regionais verificou-se que o setor Agropecuário em 2011 cresceu 3,9% no Brasil (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2012), melhor desempenho dentre os setores da economia, resultado da combinação de uma alta demanda e bons preços para as *commodities* agrícolas. Na Bahia houve expansão de 9,8% para o setor, impulsionada pelo bom desempenho das safras de soja, algodão e cana-de-açúcar (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO ESTADO DA BAHIA, 2012d).

Considerando-se os principais produtos da agricultura nacional e baiana, observam-se desempenhos diferenciados, como podem ser verificados na Tabela 1.

Tabela 1
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas
Bahia/Brasil – 2010/2011

Produtos/safras	Produção física (mil t)						Rendimento (4) (kg/ha)					
	Bahia (1)			Brasil			Bahia			Brasil		
	2010 (1)	2011 (3)	Var. (%)	2010 (2)	2011 (3)	Var. (%)	2010	2011	Var. (%)	2010	2011	Var. (%)
Mandioca	3.211	3.359	4,6	24.354	26.128	7,3	12.256	12.852	4,9	13.734	14.897	8,5
Cana-de-açúcar	5.869	6.543	11,5	719.157	634.846	-11,7	60.663	65.529	8,0	79.196	71.229	-10,1
Cacau	148	155	4,3	233	248	6,4	285	295	3,3	357	370	3,6
Café	153	160	4,4	2.874	2.671	-7,1	1.008	1.033	2,4	1.333	1.267	-5,0
Grãos	6.741	7.611	12,9	143.520	154.936	8,0	2.538	2.895	14,1	3.051	3.235	6,0
Algodão	996	1.580	58,6	2.931	5.060	72,6	3.687	3.801	3,1	3.561	3.611	1,4
Arroz	-	-	-	11.309	13.456	19,0	-	-	-	4.174	4.885	17,0
Feijão	316	241	-23,9	3.202	3.550	10,9	565	568	0,7	925	958	3,6
Milho	2.223	2.105	-5,3	56.060	56.100	0,1	3.070	3.312	7,9	4.375	4.229	-3,3
Soja	3.113	3.515	12,9	68.519	74.829	9,2	3.060	3.360	9,8	2.942	3.111	5,7
Sorgo	92	171	85,6	1.499	1.941	29,5	1.092	1.575	44,3	2.328	2.614	12,3

Fonte: IBGE-LSPA/PAM-BA.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) PAM/IBGE 2010.

(2) LSPA/IBGE 2010.

(3) LSPA/IBGE previsão de safra 2011 (dezembro 2011).

(4) Rendimento = produção física/área colhida.

A produção nacional de arroz foi de 13,46 milhões de toneladas, superando a safra recorde de 2004 (13,28 mi toneladas) e superior em 19,0% em relação à safra de 2010

Em 2011, a produção nacional de milho e, consequentemente, a baiana foram atingidas por impactos negativos da variação nos preços no decorrer do ano. A nacional registrou 56,1 milhões de toneladas, um incremento de apenas 0,1% em relação à safra de 2010, enquanto a baiana recuou em 5,3% em relação à safra anterior, registrando um total de 2,1 milhões de toneladas. Durante a primeira safra, os preços estavam baixos e os estoques elevados – consequências de um crescimento mundial na produção –, com isso, os agricultores decidiram investir em culturas mais atrativas como a soja. Entretanto, a recuperação dos preços observada a partir do primeiro trimestre do ano incentivou produtores de estados do Norte e Nordeste a retomarem o cultivo. Como resultado, houve um crescimento da área plantada total no país (1,9%) (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2012b). Além do mais, condições climáticas adequadas permitiram um aumento na produção ante o ano anterior (3,3%). Com a chegada da segunda safra, os baixos estoques e preços mais atrativos estimularam um aumento da área cultivada (10,0%), porém, ao contrário da primeira safra, o clima contribuiu de forma negativa, e a produção da chamada safrinha apresentou redução de 4,6%.

A produção nacional de arroz foi de 13,46 milhões de toneladas, superando a safra recorde de 2004 (13,28 mi toneladas) e superior em 19,0% em relação à safra de 2010. Boa parte desse resultado deve-se ao excelente desempenho do Rio Grande do Sul, maior produtor nacional. Com um recorde na produção, de 8.492 mil toneladas (29,2% maior em relação ao ano anterior), assim como na

área colhida (1.170 mil hectares) e no rendimento médio (7.642 kg/ha). Tal resultado deve-se às condições climáticas favoráveis em regiões produtoras desde a semeadura até o final da safra (LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 2012a). A grande preocupação por parte dos produtores era com o preço, pois estimativas do aumento da produção e o início da colheita levaram a oscilações abaixo do preço mínimo fixado pelo governo (R\$ 29,00). Os produtores gaúchos fizeram várias reivindicações, pedindo ao governo medidas para que o valor da saca do arroz atingisse o preço mínimo estabelecido, solicitação que foi atendida através de leilões no decorrer do ano (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA, 2011b). A partir daí houve um aumento significativo nos preços até atingir os níveis estáveis registrados ao final do ano.

A safra nacional de soja, em 2011, atingiu um patamar recorde de 74,83 milhões de toneladas, com variação relativa de 9,2% sobre o ano de 2010. A área plantada com a cultura cresceu 3,4%, influência das boas cotações para a *commodity*, mesmo com as incertezas quanto à tendência dos preços, ao passo que condições climáticas também se mostraram favoráveis nos principais polos produtores. Dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) indicam que as exportações de soja em grão, no ano de 2011, registraram volume significativo, cerca de 33 milhões de toneladas, valor 13,8% superior em relação ao mesmo período no ano de 2010 (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA, 2011d).

As exportações de soja em grão, no ano de 2011, registraram volume significativo, cerca de 33 milhões de toneladas, valor 13,8% superior em relação ao mesmo período

Na Bahia, a soja apresentou sua maior safra, com uma produção de 3,5 milhões de toneladas, valor 13,0% superior ao registrado em 2010. O rendimento atingiu um patamar recorde, de 3.360 kg por hectare, com variação de 9,8% ante o ano anterior. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram as condições climáticas favoráveis principalmente no oeste da Bahia e o investimento, por parte dos produtores, em novas tecnologias e aperfeiçoamento dos procedimentos de administração (BAHIA..., 2011).

O algodão herbáceo apresentou na produção nacional aumento de 72,6% ante o ano anterior, com 5,06 milhões de toneladas, sendo o aumento da área plantada de 69,8% em relação a 2010 o principal motivo para este resultado. As informações da análise realizada pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) (2012a) mostram que, no início de 2011, os vendedores estavam otimistas com os preços elevados no algodão em pluma, causados pelos baixos níveis dos estoques mundiais e aumento do consumo, acarretando um aumento na área destinada ao cultivo deste produto, mas a demanda não conseguiu acompanhar a oferta, pois os compradores passaram a adquirir produtos substitutos em resposta aos altos preços. Já no final do primeiro trimestre, os preços do algodão passaram a decair, e a baixa demanda tanto no Brasil como no mundo tem contribuindo para manter as cotações da pluma de algodão a um nível baixo.

O algodão baiano, seguindo a tendência nacional, registrou aumento de 58,6% na sua produção, ante o ano anterior, resultado de uma expansão tanto na área plantada (53,4%) quanto na área colhida (53,8%). A cotação média mensal da pluma de algodão em Barreiras registrou, em março, o valor de R\$ 128,00 por arroba, até apresentar uma queda no segundo semestre, devido ao não acompanhamento da demanda pela oferta (BAHIA..., 2011).

A ausência de chuvas nas principais regiões produtoras de cana-de-açúcar contribuiu para interromper o ritmo de expansão na produção nacional observada nos últimos anos. Em 2011 houve uma redução de 11,7% em relação a 2010, e um recuo de 1,9% na área colhida, na comparação com o mesmo período. Para a produção baiana, as informações revelam aumento na produção da

A ausência de chuvas nas principais regiões produtoras de cana-de-açúcar contribuiu para interromper o ritmo de expansão na produção nacional observada nos últimos anos

cana-de-açúcar, com uma safra estimada em 6,5 milhões de toneladas, 11,5% superior à produção do ano anterior (5,9 milhões de toneladas), com um aumento de 18,7% na área plantada e rendimento 8,0% superior ao apresentado no ano de 2010. As condições climáticas favoráveis na região contribuíram para o bom desempenho. Em relação às outras culturas agrícolas tradicionais, mais especificamente na Bahia, verifica-se crescimento na produção de mandioca (4,6%), café (4,4%) e cacau (4,3%) (LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 2011a).

PREVISÕES DE SAFRA AGRÍCOLA PARA 2012

Para 2012, o LSPA¹ estimou uma produção de 158,6 milhões de toneladas para a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas, 0,9% inferior à safra de 2011. Para a área colhida está prevista uma elevação de 4,0% ante o mesmo período, o que corresponderá a 50,6 milhões de hectares. A redução prevista para a produção de 2012 deve-se principalmente às culturas de arroz, milho e soja, que têm sofrido os efeitos da falta de chuva nas regiões Sul e Nordeste do país.

A produção de soja para este ano é estimada em 66,6 milhões de toneladas, com variação negativa de 11,1% em relação ao ano anterior. Quanto ao arroz é

¹ A análise das expectativas para 2012 teve como base o Levantamento Estatístico da Produção Agrícola do mês de março de 2012, constituindo-se em estimativas preliminares da safra 2012.

prevista redução de 13,2% em relação à safra do ano anterior, com produção de 11,5 milhões de toneladas. A estiagem no Rio Grande do Sul provocou redução na estimativa da safra para esse estado de 14,7%, com produção esperada de 7,63 milhões de toneladas. Para a produção de café está prevista em 3,0 mil toneladas, com crescimento superior à safra anterior em 25,7%. Caso este dado seja confirmado, esta será a maior safra produzida no país, superando o valor recorde de 2002/03 (2,4 mil toneladas) (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2012c).

Em níveis estaduais, para a Bahia, dados da segunda estimativa do LSPA para o ano de 2012 preveem um aumento de 6,1% na safra de grãos, correspondendo a 7,98 milhões de toneladas. Com retração de 0,7% da área plantada, cerca de 2,90 milhões de hectares, ao passo que a área colhida será 7,8% superior em relação a 2011, com área de 2,80 milhões de hectares. O rendimento médio apresentou variação negativa de 1,6%, devido às quedas de produtividades em duas das principais culturas do estado: algodão e soja.

Vale ressaltar que a estimativa ainda está sendo, em parte, baseada no comportamento das safras em anos anteriores, pois, por conta do calendário agrícola, informações sobre algumas culturas, como as segundas safras de milho e feijão, ainda não puderam ser verificadas. Como em 2011 foi verificado um fraco desempenho para as segundas safras destas culturas, possivelmente por conta disso podem ser observados incrementos significativos, em relação à safra anterior, na produção para estas duas culturas em 2012.

Para a Bahia, dados da segunda estimativa do LSPA para o ano de 2012 preveem um aumento de 6,1% na safra de grãos, correspondendo a 7,98 milhões de toneladas

Para o cultivo de feijão é estimado acréscimo de 33,8% na produção tendo como principais responsáveis o aumento do rendimento médio e a boa previsão para a segunda safra, 85,6% maior em relação ao ano anterior

Para o cultivo de feijão é estimado acréscimo de 33,8% na produção (299 mil toneladas), tendo como principais responsáveis o aumento do rendimento médio (10,5%, 619 kg/ha) e a boa previsão para a segunda safra, 85,6% maior em relação ao ano anterior. Já a produção de milho está prevista em 2,49 milhões de toneladas, 21,1% maior em relação ao ano anterior. Resultado de uma elevação do rendimento médio, de 10,3% (3,618 kg/ha), e estimativa bastante otimista para a safrinha, com produção 60,8% ante 2011 (497,6 mil toneladas).

Quanto ao cultivo de soja para a Bahia, as condições climáticas mostram-se favoráveis, estimando-se produção de 3,50 milhões de toneladas. Mantendo-se, tanto na área plantada como na área colhida, em nível semelhante ao de 2011, com aumentos de 5,3%, correspondendo a 1,10 milhão de hectares.

Para as culturas tradicionais esperam-se incrementos, tanto na produção de café (8,9%) como na de mandioca (3,1%), ao passo que é prevista redução no cultivo de cacau (-10,0%) e da cana-de-açúcar (-1,0%), este último com produção estimada em 6,9 milhões de toneladas. Para a produção de café, prevista em 163 mil toneladas, a boa previsão pode ser resultado, de acordo com a análise realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (2012a), das condições climáticas favoráveis – principalmente para café do tipo *cenaphora*, que apresentou expansão de 7,0% na sua produção – e dos bons preços para a *commodity* no período, que influenciou em um

melhor trato para as lavouras. Quanto à área plantada houve acréscimo de 2,5%, mesmo com a erradicação de lavouras decadentes de café do tipo arábica, que podem ter influenciado a estimativa modesta para a área colhida desta espécie (1,5%), enquanto que, para o tipo *cenaphora*, a previsão é de expansão de 6,0% em relação ao ano de 2011.

As perspectivas para a safra 2012 da agricultura baiana estão ameaçadas em razão da grave seca que, nos últimos meses, assola o estado, principalmente, na região do semiárido. Tal evento poderá causar perdas na produção agrícola, principalmente de culturas tradicionais como milho, feijão e mandioca. A estiagem também ameaça outros estados brasileiros como Pernambuco e Rio Grande do Sul.

2011: RECUO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E EXPANSÃO NO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL

A produção física industrial no país, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) (2011), acumulou taxa de crescimento de apenas 0,3% em 2011, comparada ao mesmo período de 2010. Considerando-se as categorias de uso, destacou-se o setor de Bens de Capital, que apresentou a maior variação percentual, com taxa de 3,3%. A categoria Bens Intermediários também registrou taxa positiva, de apenas 0,3%. O setor de Bens de Consumo Duráveis consignou decréscimo de 2,0%, e a produção de Bens de Consumo Semi e Não Duráveis recuou 0,2% (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2011).

Confirmando a desaceleração na atividade industrial, o indicador de faturamento da indústria reduziu 2,7% na passagem de novembro para dezembro, na comparação dessazonalizada

A produção industrial baiana foi influenciada pelos resultados negativos apresentados pelo segmento de refino de petróleo e produção de álcool, produtos químicos e metalurgia básica

Nesse contexto, confirmando a desaceleração na atividade industrial, o indicador de faturamento da indústria reduziu 2,7% na passagem de novembro para dezembro, na comparação dessazonalizada. Em 2011, o faturamento da indústria acumula acréscimo de 5,1% em relação ao mesmo período do ano anterior (PESQUISA INDICADORES INDUSTRIAIS, 2011). De acordo com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), as informações sugerem moderação na atividade industrial. O nível de utilização da capacidade instalada também se manteve praticamente estável, pois atingiu 81,3% em dezembro, apenas 0,1 p.p. abaixo da taxa observada em novembro, na série com ajuste sazonal. É um número que ainda estimula o investimento em atividades produtivas, mas é um investimento bem menor do que se o número estivesse na casa de 85% ou mais, como ocorreu em boa parte de 2010. Nesse sentido, os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atingiram R\$ 138,9 bilhões em 2011, com queda de 17,5% na comparação com o mesmo período do ano passado (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2011).

Na Bahia, segundo dados da PIM (2011) do IBGE, a produção física da indústria (transformação e extrativa mineral) em 2011 apresentou retração de 4,4%, comparada com o mesmo período de 2010.

Em 2011, a performance da produção industrial baiana foi influenciada pelos resultados negativos apresentados pelo segmento de refino de petróleo e produção de álcool (-9,6%), seguido por produtos químicos (-7,5%)

e metalurgia básica (-10,7%). Dentre os segmentos que influenciaram positivamente esse indicador, destacaram-se alimentos e bebidas (7,7%) e borracha e plástico (6,8%).

É interessante ressaltar que a queda do setor industrial no período foi, em parte, decorrente do “apagão” de energia na Região Nordeste no mês de fevereiro², que resultou em parada na produção de importantes empresas do setor químico, impactando toda a cadeia produtiva.

Mesmo com a retração verificada na produção física da indústria baiana, o nível de emprego registrou acréscimo na indústria geral de 1,7% no período, comparando-se com o mesmo período de 2010, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) (2011) do IBGE.

Dentre os segmentos que influenciaram positivamente o resultado do indicador do emprego industrial em 2011, destacaram-se *Alimentos e Bebidas* (6,5%), *Máquinas e Equipamentos* (15,4%) e *Borracha e Plástico* (10,8%). Em contrapartida, os principais segmentos que impactaram negativamente no número de pessoas ocupadas nesse período foram *Fabricação de Outros Produtos da Indústria de Transformação* (-14,7%), *Calçados e Couro* (-2,4%) e *Produtos de Metal* (-5,2%).

No *front* externo, as empresas brasileiras apresentaram bom desempenho, pois exportaram US\$ 256,0 bilhões em 2011, representando aumento de 26,8% em relação ao ano anterior. Já as importações, com volume de US\$ 226,2 bilhões, registraram acréscimo de 24,5%. O maior incremento no percentual das exportações, comparativamente às importações, motivou o aumento do superávit da balança comercial para US\$ 29,8 bilhões, contra US\$ 20,1 bilhões no mesmo período de 2010. Nesse

O comércio exterior brasileiro registrou corrente de comércio de US\$ 482,3 bilhões, com ampliação de 25,7% sobre 2010, quando atingiu US\$ 383,7 bilhões

período, o comércio exterior brasileiro registrou corrente de comércio de US\$ 482,3 bilhões, com ampliação de 25,7% sobre 2010, quando atingiu US\$ 383,7 bilhões (BRASIL, 2011b).

Localmente, as exportações baianas, em 2011, atingiram US\$ 11,0 bilhões, com acréscimo de 24,6% comparado ao mesmo período de 2010. O seu desempenho decorreu principalmente da expansão nos segmentos de *Petróleo e Derivados* (45,1%), *Papel e Celulose* (7,6%), *Químicos e Petroquímicos* (2,5%), *Soja* (38,1%), *Metalúrgicos* (37,2%) e *Algodão* (128,2%). Juntos, esses setores foram responsáveis por 76,2% das receitas de exportação no período. Do mesmo modo, as importações registraram acréscimo de 15,8%, com valores de US\$ 7,8 bilhões, e a corrente de comércio (exportações mais importações) registrou expansão de 20,5% no período considerado.

A balança comercial da Bahia apresentou superávit de US\$ 3,2 bilhões em 2011, ante o superávit de US\$ 2,2 bilhões no ano anterior, de acordo com as estatísticas do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC) divulgadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2012b).

Na comparação com 2010, as vendas de produtos básicos cresceram 52,6%, e os semimanufaturados e os manufaturados ampliaram-se em, respectivamente, 15,6% e 17,9%. O grupo de produtos industrializados respondeu por 74,6% do total exportado pela Bahia no ano de 2011.

Do lado da importação, as compras de *matérias-primas* e *intermediários* representaram 45,1% da pauta total, e

² Uma interrupção de energia no Nordeste do Brasil ocorreu na noite do dia 3 de fevereiro até a madrugada de 4 de fevereiro de 2011. O blecaute de energia elétrica atingiu todos os estados do Nordeste brasileiro, exceto o Maranhão, e foi provocado, segundo a Eletrobras Chesf, por uma pane em uma linha de transmissão na subestação Luiz Gonzaga, localizada no município de Jatobá, no sertão de Pernambucano. As atividades nas empresas do Polo Petroquímico de Camaçari (Região Metropolitana de Salvador), em especial as que operam no segmento químico/petroquímico, só foram normalizadas alguns dias após o evento. No caso da Braskem, a mais importante empresa do polo petroquímico, as operações em três plantas, duas na Bahia e uma em Alagoas, ficaram paralisadas por 13 dias após o incidente e, com isso, deixaram de produzir até 100 mil toneladas de eteno, principal matéria-prima produzida pela Braskem. A produção de PVC também foi afetada.

as de *bens de capital*, 21,2%, demonstrando que a pauta baiana de importação é fortemente vinculada a bens direcionados à atividade produtiva. As importações de *bens de consumo* representaram 17,7% e as de *combustíveis e lubrificantes*, 16,0%. Sobre 2010, a categoria de *combustíveis e lubrificantes* foi a que registrou maior crescimento, de 42,8%, seguida de *bens de consumo* (27,5%), *matérias-primas e intermediários* (21,6%) e *bens de capital* (16,8%).

Por mercados de destino, destacam-se as vendas para a União Europeia (28,7%) e Ásia (24,2%). Para a União Europeia as vendas aumentaram 33,1%, garantindo à região a primeira posição de mercado comprador de produtos baianos em 2011, superando a Ásia e o Mercosul, que também registraram aumento expressivo de, respectivamente, 32,7% e 29,6%.

Segundo analistas,

[...] a demanda externa mais fraca é a principal explicação para o mau desempenho das exportações brasileiras, especialmente de manufaturados depois de 2008, um fator mais importante que a perda de competitividade em relação a outros concorrentes, por causa da valorização do câmbio e do aumento dos custos. O menor crescimento dos EUA e da União Europeia [...] atrapalhou as vendas das empresas brasileiras (EXPORTAÇÃO ..., 2012).

A partir do segundo semestre de 2011, o governo reagiu ao fraco desempenho industrial com medidas de estímulo, utilizando-se para isso de vários instrumentos, inclusive da maior intervenção no mercado cambial. Todavia, a resposta da indústria foi muito tímida. De fato, o desempenho da indústria na margem tem sido muito aquém do esperado (-1,2%, em fevereiro), uma vez que o aumento das importações de manufaturados ante a produção tem sido maior, fato atribuído ao recuo da demanda dos produtos nacionais por parte daquelas economias que estão em crise. Mas outros fatores considerados estruturais, como a baixa mão de obra qualificada, a infraestrutura deficiente e a ausência de inovação tecnológica, também afetam negativamente a competitividade industrial.

Entretanto, mesmo que o país não seja atingido fortemente pela crise internacional, é importante ressaltar

O governo reagiu ao fraco desempenho industrial com medidas de estímulo, utilizando-se de vários instrumentos, inclusive da maior intervenção no mercado cambial

a existência de outros fatores limitantes ao seu crescimento, como o reduzido volume de investimentos, o controle empresarial em relação aos investimentos fixos e a lentidão na execução dos investimentos públicos, especialmente federais.

As perspectivas para a indústria nacional de transformação em 2012 não são satisfatórias. A aceleração do crescimento do mercado interno deve contribuir para um desempenho melhor daquele observado em 2011, no entanto, as exportações tendem a desacelerar, enquanto as importações devem avançar a um ritmo mais forte.

VAREJO E MERCADO DE TRABALHO EM RITMO DESACELERADO

A crise financeira de 2008/2009 ainda manifesta seus efeitos sobre a economia brasileira. Quando analisados os resultados dos indicadores econômicos, constata-se que o comportamento das economias nacionais e estaduais, ao longo dos primeiros meses de 2011, foi fortemente influenciado pelo efeito base. A forte recuperação da economia em 2010, decorrente das medidas de estímulos adotadas pelo governo brasileiro, pressionou a inflação nos primeiros meses de 2011, levando as autoridades a utilizarem instrumentos para desestimular o crescimento, como elevação dos juros e restrição ao crédito.

Essas providências atingiram o ápice no segundo semestre de 2011, quando, após a crise europeia, se iniciou uma desaceleração da economia nacional. Entretanto, a despeito da inflação medida pela variação

mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pelo IBGE registrar, no mês de dezembro de 2011, a taxa de 0,50%, ficando abaixo da variação observada no mês imediatamente anterior (0,52%), no ano de 2011 a variação de 6,50% indicou que a inflação permaneceu dentro do intervalo de tolerância determinado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Dados recentes evidenciam que, em fevereiro de 2012, esse indicador alcançou 0,45%, resultando em uma inflação de 5,85% acumulada em 12 meses. Esse comportamento sugere tendência declinante da inflação.

Nesse aspecto, apesar do recuo no Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que variou em 5,00% em 2011, ante 11,30% no ano anterior, a inflação ao consumidor mostrou-se elevada. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) calculado pela FGV ficou em 6,36%, superando ligeiramente os 6,24% verificados em 2010. A aceleração registrada pelo IPC foi determinada, principalmente, pelo comportamento dos preços nos grupos de *Educação, Leitura e Recreação, Alimentação e Transporte*, que variaram em 5,37%, 2,11% e 1,77%, respectivamente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012a).

Considerando-se o IPC Salvador medido pela SEI, a taxa foi de 0,27% em dezembro de 2011, ficando abaixo da apresentada no mês imediatamente anterior (0,44%). Em 2011 a variação alcançou 4,68%, superior ao resultado registrado em 2010 (4,33%) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2012c).

A despeito da elevação dos preços, observa-se que o consumo não foi inibido, mantendo a demanda aquecida, embora em menor intensidade. De acordo com os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) (2011), em 2011, o indicador do volume de vendas no país registrou um crescimento de 6,7% no acumulado do ano, inferior ao mesmo período anterior, quando a variação alcançou 10,9%. No mês de dezembro, a taxa foi de 6,7%, ante igual mês do ano de 2010 (10,2%).

Por unidade da Federação, quando observada a expansão no volume de negócios, observa-se que, em 2011, o *Comércio Varejista* na Bahia cresceu em ritmo desacelerado, na ordem de 7,1%, em relação ao ano

Em 2011, o indicador do volume de vendas no país registrou um crescimento de 6,7% no acumulado do ano, inferior ao mesmo período anterior, quando a variação alcançou 10,9%.

anterior, quando a taxa registrada foi de 10,3%. Em dezembro do mesmo ano, o varejo baiano apresentou um crescimento de 4,2%, também inferior à taxa registrada no mesmo mês do 2010, quando as vendas alcançaram 10,0%.

Apesar do ritmo reduzido, em 2011 as taxas apresentadas no *Comércio* foram expressivas. As condições do mercado de trabalho e a facilidade na aquisição do crédito favoreceram as negociações de bens duráveis, não duráveis e semiduráveis. Quando analisado o desempenho do setor no acumulado do ano por atividade, observa-se uma expansão nas vendas em sete dos oito segmentos que compõem o indicador do volume de vendas do *Comércio Varejista* baiano, com destaque para o segmento de *Móveis e Eletrodomésticos*, com a variação de 17,6%.

As vendas desse segmento foram impulsionadas em decorrência da melhora nas condições de emprego, da elevação da massa de rendimento da população ocupada, além do prolongamento do prazo de pagamento e das promoções realizadas pelas principais lojas. Embora em ritmo menos intenso, considerando igual mês de 2011 (26,6%), esse ramo registrou em janeiro de 2012 a maior taxa para o volume de vendas (12,8%).

O segmento a exercer o segundo maior impacto para o indicador de comércio varejista em 2011 foi *Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo*, que expandiu as vendas em 1,9% em relação ao ano de 2010 (6,8%). Em dezembro de 2011, os negócios nesse

ramo variaram positivamente em 1,2%, comparado a igual mês do ano passado, quando a variação foi de 1,5%. Em 2011, o crescimento das vendas é atribuído, principalmente, ao aumento do poder de compra da população em resposta ao aumento da massa de salário da economia.

Os setores de *Veículos, Motos, Partes e Peças* e de *Material de Construção* contabilizaram resultados pífios em 2011, mas estes não entram na composição do indicador de comércio varejista. Em dezembro de 2011, o setor, pelo sexto mês consecutivo, registrou variação negativa (-4,5%) na Bahia. No acumulado do ano, as vendas ficaram estáveis (0,1%). Enquanto o setor de *Materiais de Construção* registrou, no último mês de 2011, expansão de 4,5%, comparado a igual mês do ano passado (6,4%), e de 1,1% no ano. Influenciado pelo comportamento das variáveis econômicas, como emprego e massa salarial, e também pelo grande volume de obras não somente da construção pública, mas também privada.

No mercado de trabalho, apesar de uma acomodação na margem, verifica-se que o ano de 2011 foi marcado por taxas de desemprego historicamente baixas, conforme pode ser evidenciado no Gráfico 1. A relação antagônica entre a taxa de desemprego e a expansão da atividade econômica mostrou-se singular no ano de 2011, no qual momentos de desaceleração nas taxas de crescimento coincidiram com a manutenção da trajetória declinante da taxa de desemprego, embora em ritmo decrescente.

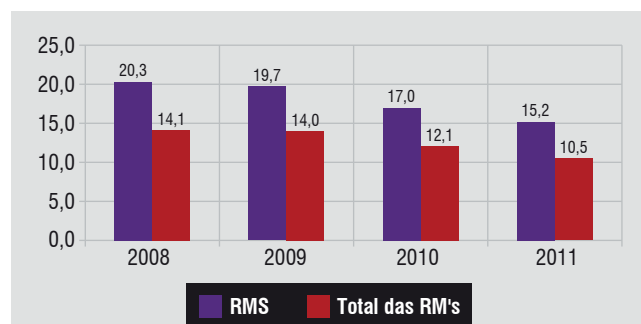


Gráfico 1
Taxa média de desemprego
Total das RM's/RMS – 2008/2011

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

Em dezembro de 2011, a taxa de desemprego da Região Metropolitana de Salvador (RMS) foi de 14,1%. Essa taxa reduziu em 1,4 p.p. em relação ao mês imediatamente anterior (15,5%).

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) (2012), a taxa de desemprego de dezembro 2011 para o conjunto das seis regiões metropolitanas foi de 9,1%. Comparada ao mês imediatamente anterior (9,7%), observa-se recuo 0,6 p.p. e 1,0% na análise em relação a dezembro de 2010, quando a taxa foi de 10,1%, contabilizando, para o ano, uma taxa média de 16,1%. O dinamismo desse mercado, associado ao crescimento da renda e à expansão dos créditos, estimulou o consumo das famílias que cresceu a uma taxa de 4,1% no ano, de acordo com os dados do IBGE (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2012). Embora o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) tenha recuado na comparação de dezembro de 2011 em relação a dezembro de 2010 (1,7%), na comparação com o mês de novembro houve elevação de 0,5% – considerando-se dados dessazonalizados da Sondagem de Expectativas do Consumidor, da FGV –, alcançando 119,6 pontos.

Nessa perspectiva, observa-se que, em dezembro de 2011, a taxa de desemprego da Região Metropolitana de Salvador (RMS) foi de 14,1%. Essa taxa reduziu em 1,4 p.p. em relação ao mês imediatamente anterior (15,5%). Entretanto, na comparação com o mesmo mês do ano anterior (13,8%), verifica-se uma elevação de 0,3 p.p. na taxa de desemprego. Esse comportamento, que se repete nos dois primeiros meses do ano de 2012, com taxas de 15,0% e 15,8% e acréscimos de 0,9 p.p. e 1,5 p.p. para os meses de janeiro e fevereiro, respectivamente, ante o mês imediatamente anterior, justifica-se pela sazonalidade existente no período.

Com uma estimativa de 1.629 mil pessoas ocupadas, verificou-se em dezembro de 2011, em relação ao mês imediatamente anterior, segundo os principais setores de atividade, que a Indústria elevou o número de ocupados em 5,0%; os Serviços, em 2,8%; a *Construção Civil*, em 2,2%, e *Outros Setores*, que contemplam serviços domésticos e outras atividades, em 2,7%. Quanto ao setor de *Comércio*, a variação no contingente ocupacional ficou estável.

Considerando a posição na ocupação, observa-se que houve um acréscimo de 1,6% no número de pessoas assalariadas em relação ao mês de novembro de 2011. Esse comportamento é reflexo do crescimento de 1,7% no *setor privado* e de 1,2% no *setor público*. Identificou-se ainda que o número de *trabalhadores autônomos* variou positivamente em 3,4%. Outras posições ocupacionais, que incluem *empregados*, *trabalhadores familiares e donos de negócios familiares*, cresceram 12,5% e domésticos, 2,2%.

Quando analisados os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)³, verifica-se que o saldo do emprego formal contabilizado para o país foi 1.980.072 empregos com carteira de trabalho em 2011. Em relação ao ano de 2010, o número de postos de trabalhos gerados cresceu 5,5%. Os setores que mais contribuíram para o aumento do número de empregos formais no ano foram *Extrativa Mineral* (10,4%), *Construção Civil* (8,6%) e *Serviços* (6,5%).

Na Bahia, a despeito do mês de dezembro de 2011 registrar um recuo de 15.069 empregos, característica do mês, inferior ao resultado de 2010, no período de janeiro a dezembro de 2011 foram criados 78.183 postos de trabalho com carteira assinada. Em fevereiro de 2012, de acordo com os dados do Caged, foram eliminados no estado 1.619 postos de trabalho, significando um recuo de 0,1% em relação ao estoque de trabalhadores formais do mês anterior (Gráfico 2). Todavia as expectativas para 2012 são satisfatórias, uma vez que no primeiro bimestre de 2012, o saldo de 7.344 postos de trabalhos gerados no estado confere a posição de liderança da Bahia na geração de emprego, diante dos demais estados do Nordeste, bem como

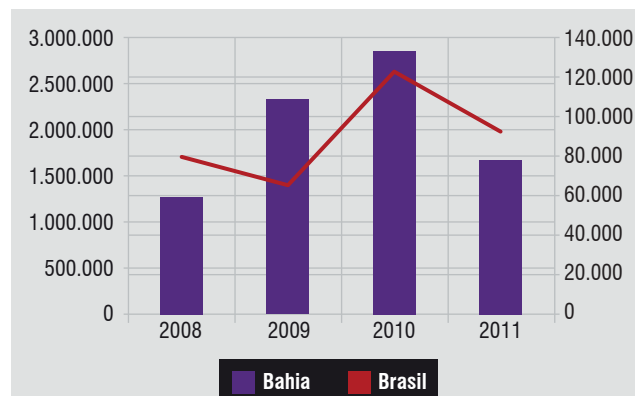


Gráfico 2
Geração de emprego celetista (1)
Bahia/Brasil – 2008/2011

Fonte: Caged.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Saldo de emprego (admissões-demissões). Incluem todos os setores. Dados preliminares. Com ajuste.

a décima posição entre as unidades da Federação (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2012a).

Por setor de atividade econômica, verifica-se no acumulado do ano que o setor de *Serviços* destacou-se registrando um saldo de 36.447 vagas, seguido por *Comércio* com 16.610, *Construção Civil* com 8.587, *Indústria de Transformação* com 5.685 e *Agropecuária* com 5.069 postos de trabalho. Os demais setores, *Serviços Industriais de Utilidade Pública*, *Extrativa Mineral* e de *Administração Pública*, registraram, em 2011, saldos inferiores a 1.600 postos.

Na análise espacial, constata-se que a RMS registrou, no mês de dezembro, um saldo negativo de 4.900 postos de trabalho. Esse resultado coloca a região com o quarto pior resultado entre as regiões metropolitanas, ficando à frente apenas das regiões metropolitanas de São Paulo (-47.411) e Rio de Janeiro (-8.385). Em 2011 foi contabilizada a criação de 38.799 novos postos de trabalho, representando uma variação no estoque de empregos na ordem de 4,6%.

Na estimativa dos ocupados por posição na ocupação, verifica-se para a RMS que, no mês de dezembro de 2011, o rendimento médio real cresceu em 1,2% para os ocupados e 0,9% para os assalariados, segundo a PED. Comparado a igual mês do ano passado, o rendimento recuou em 11,3% e 8,9%, respectivamente. Nessa mesma base de comparação, a massa salarial real dos ocupados

³ A análise realizada se refere às tabelas do mês de fevereiro divulgado pelo MTE acrescidos dos ajustes.

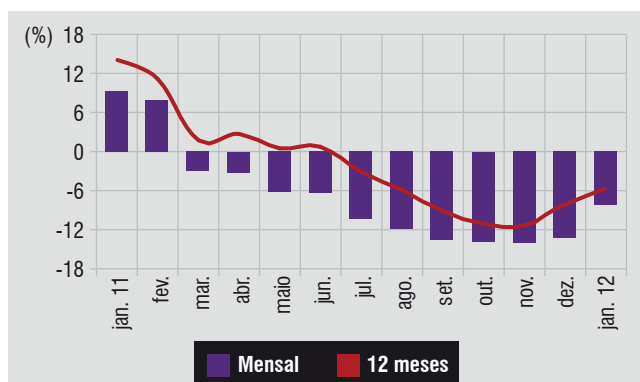


Gráfico 3
Massa de rendimentos real dos ocupados
RMS – jan. 2011-jan. 2012

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

da RMS, definida como o produto do número de pessoas ocupadas pelo rendimento médio real habitual do trabalhador, registrou redução de 13,3%.

A observação do comportamento em 12 meses, já contemplando o mês de janeiro de 2012, permite inferir que o recuo na massa de rendimento real perdeu intensidade há três meses, registrando passagem de -13,3% para -8,1% em janeiro último (Gráfico 3). Nessa perspectiva, em função do aumento do salário mínimo no primeiro mês do ano, espera-se que haja uma melhoria no comportamento dos rendimentos médios do trabalho nos próximos meses.

Assim, a despeito da atividade econômica apresentar-se moderada em função das ações de política implementadas no final de 2010 e início de 2011 e da deterioração do ambiente internacional, a manutenção de condições favoráveis no mercado de trabalho e a elevação da confiança do consumidor sinalizam para a consolidação do crescimento econômico. A percepção do mercado é de melhores condições da economia, embora a expectativa para 2012 seja de que o crescimento econômico se verifique de maneira moderada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a ilustração dos principais indicadores econômicos nacionais e da Bahia ao longo de 2011, constatou-se

que o ambiente econômico global trouxe incertezas aos agentes, o que impactou o nível de atividade econômica, conduzindo a um crescimento econômico abaixo das expectativas.

O conturbado ambiente externo causou reduções nas taxas de crescimento para os principais blocos econômicos, repercutindo-se negativamente sobre as expectativas de empresários e consumidores. Em 2011, a Zona do Euro – que cresceu 1,8% em 2010 – aumentou 1,5%; os EUA passaram de um crescimento de 2,8% para 1,8%, e a China passou de 10,3% para 8,8%.

O ritmo de crescimento mundial em 2012 deverá ser mais reduzido, mesmo com o afastamento de um risco de aprofundamento da crise soberana na Europa – considerando-se os problemas da Espanha. Essa perspectiva é amparada num crescimento de menor intensidade da China, importante alicerce no ápice da crise em 2008/2009, embora as taxas mantenham-se elevadas.

De igual maneira, os EUA também deverão reduzir sua demanda, uma vez que retomarão a questão do ajuste fiscal após a eleição no segundo semestre, mas a taxa de crescimento para 2012 poderá ser superior à de 2011. No entanto, as expectativas não são semelhantes para a Zona do Euro. Para o FMI, o mundo deverá crescer 3,3% em 2012 e, neste cômputo, os EUA crescerão 2,2%; a Zona do Euro reduzirá o produto em 0,5%; os países emergentes com expansão de 5,7%, sendo China com taxa de 8,2% e Índia 7,8%. O Brasil crescerá, de acordo com o Fundo, 3,7% (WORLD ECONOMIC OUTLOOK UPDATE, 2012).

A deterioração do cenário econômico global, com o agravamento da crise fiscal na Europa e a crise política nos EUA, entre outros fatores domésticos, contribuíram para o baixo crescimento da economia brasileira.

Com base nesse cenário, o governo, além de dar continuidade e aprofundar medidas de política industrial para tornar a indústria mais competitiva, adotou outras providências para dar maior dinamismo ao consumo doméstico.

Entre as medidas de caráter fiscal, adotou-se redução de tributos para produtos da linha branca e da construção

civil; desoneração do PIS/Cofins de massas; redução do IOF para pessoa física; eliminação do tributo para aplicação de estrangeiros nas debêntures de infraestrutura, e redução do IOF sobre aplicações de estrangeiros em renda variável na Bolsa de Valores.

Recentemente, o governo implementou novas medidas para estimular os investimentos públicos e privados; aumentar a competitividade da economia brasileira (produtividade e inovação); reduzir os custos tributários, econômicos e financeiros e outras medidas que fazem parte da Estratégia de Desenvolvimento Brasileiro. Quais sejam: 1) Ações sobre o câmbio; 2) Medidas tributárias: desoneração da folha de pagamentos, desoneração do IPI, desoneração da infraestrutura: Reporto, Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, Postergação do pagamento do PIS-COFINS; 3) Estímulo à Produção Nacional através das compras governamentais; 4) Financiamento do comércio exterior; 5) Defesa comercial; 6) Incentivos ao setor de informação e comunicações: Plano Nacional de Banda Larga, Programa "Um Computador por Aluno", semicondutores (Padis); 7) Medidas creditícias: Programa de Sustentação dos Investimentos (4): aumento do volume de crédito, redução de taxas de juros, aumento do prazo e da cobertura; e, por fim, 8) Regime automotivo (BRASIL, 2011a).

Tais medidas não dizem respeito apenas à manutenção da estabilidade do país ante a crise internacional, mas, sobretudo, à solução de questões internas que são gargalos ao crescimento sustentável deste. É nesse sentido que há necessidade de mudanças estruturais que visem estimular a competitividade em áreas estratégicas e em novos setores de serviços e tecnológicos.

Dentro desse contexto, as perspectivas para 2012 são de continuidade moderada da recuperação do nível de atividade econômica nacional. Os índices de confiança, tanto dos empresários como dos consumidores, confirmam essas expectativas. No entanto, é importante estar atento à desaceleração no volume de vendas do comércio varejista que pode impactar a produção fabril. Mesmo com taxas mais baixas, esse volume deve manter-se elevado ante a tendência de manutenção da baixa taxa de desemprego e do volume positivo de empregos formais. Por sua vez, a desaceleração dos índices de preços,

principalmente, dos alimentos, indica trajetória de queda no nível dos preços. A expectativa dos analistas é que o IPCA, que foi de 6,5% em 2011, caia para próximo de 5,5% no acumulado dos últimos 12 meses ao final do primeiro semestre. Segundo o Boletim Focus (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012b), a expectativa para a taxa de 2012 é de 5,27%.

O cenário ora apresentado para a economia brasileira reflete sobre a economia baiana, a qual apresentou significativa desaceleração na *Indústria de Transformação* em 2011, repercutindo sobre os demais setores, principalmente o de Serviços, porém, os primeiros indicadores de 2012 evidenciam taxas positivas de crescimento acumulado no primeiro bimestre na Indústria (12,7%) e no *Varejo* (8,7%).

A produção agrícola, por sua vez, ao contrário de 2011, deverá apresentar algumas perdas, principalmente em decorrência da seca que devasta o semiárido baiano, impactando fortemente as culturas tradicionais da agricultura baiana – *feijão*, *mandioca* e *milho* e principalmente as ligadas à agricultura familiar – e castigando o rebanho bovino, levando a algumas perdas. Neste sentido, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) anunciou investimentos para combater os efeitos da seca: liberação de recursos para a compra de máquinas retro-escavadeiras e motoniveladoras e compra de bombas e cataventos para a retirada de água de poços com água sanitizada. Outras medidas estão sendo estudadas como: a prorrogação de parcelas do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), até que os agricultores se reestruturem diante das perdas de produção, e a ampliação do seguro Garantia-Safra, que prevê a entrega de recursos não reembolsáveis a quem perdeu sua produção. Até o momento, a liberação desse seguro já beneficiou mais de 71 mil agricultores baianos (NOTICIANAHORA.COM.BR, 2012).

REFERÊNCIAS

AUTOMOTIVEBUSINESS. *Brasil consolida nova realidade política e econômica*. Disponível em: <http://www.automotivebusiness.com.br/noticia_det.aspx?id_noticia=13668>. Acesso em: 10 abr. 2012.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Commodities agrícolas. *Valor Econômico*, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view¬id=24789>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

BAHIA bate recorde na safra de grãos de 2011. *Bahia Agrícola*, nov. 2011. Salvador: Seagri. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/bahiaagricola_v9n1.asp>. Acesso em: 26 fev. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata do Copom 06 e 07 março 2012*. Brasília: BACEN, 2012. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2012a.

_____. *Boletim Focus*. Relatório de Mercado. 30 mar. 2012. Brasília: BACEN, 2012. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 02 abr. 2012b.

_____. Relatório de inflação. mar. 2012. Brasília: BACEN, 2012. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 30 mar. 2012c.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Desempenho*: evolução do desembolso. Brasília: BNDES, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Brasil maior*. Brasília: MDIC, dez. 2011a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

_____. *Indicadores e estatísticas*. Brasília: MDIC, dez. 2011b. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Governo continuará incentivando expansão do mercado consumidor*. Brasília: MF, 2012. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2012. Conteúdo Multimídia.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro geral de empregados e desempregados*. Brasília: MTE, dez. 2011c. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. *Agromensal – algodão*. São Paulo: CEPEA, dez. 2011a. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/12_dezembro/Algodao.htm>. Acesso em: 26 fev. 2012.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. *Agromensal – arroz*. São Paulo: CEPEA, dez. 2011b. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/12_dezembro/Algodao.htm>. Acesso em: 26 fev. 2012.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. *Agromensal – milho*. São Paulo: CEPEA, dez. 2011c. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/12_dezembro/Soja.htm>. Acesso em: 26 fev. 2012.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. *Agromensal – soja*. São Paulo: CEPEA, dez. 2011d. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/12_dezembro/Soja.htm>. Acesso em: 26 fev. 2012.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Acompanhamento da safra brasileira – café*: safra 2012, primeira estimativa. Brasília: CONAB, jan. 2012a. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_01_10_10_54_22_boletim_cafe_1a_estimativa.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2012.

_____. *Acompanhamento da safra brasileira – grãos*: safra 2011/12, quinto levantamento. Brasília: CONAB, jan. 2012b. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_02_16_08_47_47_boletim_portugues_fevereiro_2012.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2012.

_____. *Acompanhamento da safra brasileira – grãos*: safra 2011/12, sexto levantamento Brasília: CONAB, mar. 2012c. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_03_08_10_37_20_boletim_marco_2012.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. *Acompanhamento da safra brasileira – cana-de-açúcar*. Brasília: CONAB, dez. 2011. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11_12_08_11_00_54_08.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2012.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. *A economia brasileira no 4º trimestre de 2011*: visão geral. Rio de Janeiro: IBGE, out./dez. 2011. 23 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val_201104comentarios.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2012.

EXPORTAÇÃO também 'derrubou' a indústria. *Valor Econômico*, São Paulo, 5 abr. 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Acabou a desaceleração? Boletim Macro IBRE*, Rio de Janeiro, fev. 2012.

HERÉDIA, Thais. *Cortes não garantem cumprimento da meta*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/thaisheredia/2012/02/15/cortes-nao-garantem-cumprimento-da-meta/>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

ÍNDICE do BC recua e reforça projeções de pib fraco no primeiro trimestre. *Valor Econômico*, 27 mar. 2012. Caderno Mercado

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2011a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2011b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

NOTICIAHORA.COM.BR. Ministro anuncia R\$ 31 milhões para combater seca na Bahia. 2012. Disponível em: <<http://www.noticiahora.com.br/BA/noticia/ministro-anuncia-r-31-milhoes-para-combater-seca-na-bahia/115930>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

PESQUISA INDICADORES INDUSTRIAIS. Brasília: CNI, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cni.org.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

PESQUISA EMPREGO E DESEMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia gera 76 mil empregos em 2011*. Boletim mensal do Caged, Salvador: SEI, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 26 mar. 2012a.

_____. *Boletim de comércio exterior da Bahia*, Salvador: SEI, dez. 2011. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=609&Itemid=306>. Acesso em: 22 mar. 2012b.

_____. *Índice de preços ao consumidor*. Salvador: SEI, dez. 2011. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=71>. Acesso em: 21 mar. 2012c.

_____. *PIB cresce 2,6% no terceiro trimestre e estimativa para 2011 é de crescimento de 2,5%*. Salvador: SEI, 3º tri/2011. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 07 dez. 2011d.

VALOR ONLINE. *Para especialistas, pacote não dará grande impulso à economia*. Disponível em: <http://valor.hands.com.br/valor/items/para-especialistas-pacote-nao-dara-grande-impulso-a-economia?r_key=pr0509a34b194e76517b4da213868a22aba06bae37>. Acesso em: 10 abr. 2012.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK UPDATE. *Global recovery stalls, downside risks intensify*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/update/01/>>. Acesso em: 30 jan. 2012.



José de Freitas Mascarenhas

Em defesa do remédio que ataca a causa

Depois de atravessar dez anos (1992-2002) na presidência da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), José de Freitas Mascarenhas retornou ao posto em 2010 com ideias contundentes sobre os desafios para expandir o setor que representa. Num panorama de crise e aumento da competição internacional, o presidente da FIEB aponta a necessidade de políticas que ataquem a causa e não os sintomas que fragilizam as empresas estaduais e nacionais. A política de câmbio e custos internos na produção e escoamento das indústrias são os principais entraves destacados por Mascarenhas. A seu ver,

a elaboração da nova política industrial do estado da Bahia e a construção da Ferrovia Oeste-Leste (FIOL) são exemplos iniciais dos remédios que atendem às expectativas dos industriais. Quanto ao papel dos empresários baianos para superar as dificuldades, Mascarenhas alega que a FIEB presta assistência a fim de interiorizar e dinamizar as cadeias produtivas do estado, tornando diversos territórios aptos a receberem novos investimentos. Ele discorda da visão que imputa aos industriais a imagem de pouco propensos a correr riscos, repassando a bola para a falta de substância no crescimento econômico.

“O custo Brasil é um entrave para o desenvolvimento da indústria, principalmente a indústria de transformação.”

C&P – A indústria da Bahia, nos últimos anos, não teve um desempenho que acompanhou o PIB. A que o senhor atribui essa situação?

José de Freitas Mascarenhas – O maior problema ocorreu no ano passado, resultado da crise que se desenrola na Europa e, de certa forma, a um resto de crise nos Estados Unidos, que não se recuperou ainda. Mas existem outros fatores que exercem uma pressão muito grande sobre a indústria de transformação no Brasil, e, como fazemos parte do país, sofremos da mesma forma.

A perda de competitividade da economia brasileira, principalmente a partir da política de câmbio, ou do câmbio em si mesmo, trouxe muita dificuldade para as exportações, além de se transformar em incentivo às importações. De certa forma, o governo ainda não tem correspondido com medidas objetivas para tentar superar essa questão.

Há, também, o problema dos custos internos, que têm superado os custos internacionais, e não conseguimos provocar o seu equilíbrio. Soma-se a essas questões o regime tributário – que penaliza as empresas –, as taxas de juros – que, embora tenham melhorado, ainda

não alcançam um padrão internacional –, a falta de infraestrutura e muitos outros fatores que fazem do custo Brasil um entrave para o desenvolvimento da indústria, principalmente a indústria de transformação. Então, esse conjunto de fatores vem prejudicando o desenvolvimento da indústria no Brasil.

C&P – Especialmente na Bahia?

JFM – Principalmente na Bahia. Afinal de contas, nós somos parte do Brasil. É claro que cada estado tem uma matriz industrial com características específicas, singulares. Um tem uma industrialização mais na ponta, outro mais na produção de bens intermediários. Na Bahia, temos uma indústria de produção de bens intermediários ainda muito submetida aos valores das *commodities* internacionais, o que, em um ambiente de baixa atividade, faz com que haja perda de preços.

C&P – Recentemente, a polêmica sobre a guerra dos portos tem tomado o noticiário e o posicionamento dos empresários industriais no país. Qual é a posição da FIEB sobre essa questão e também sobre a Resolução nº 72 do Senado?

JFM – Essa questão da guerra dos portos não é de agora. O incentivo que o Espírito Santo oferece, por exemplo, é uma prática iniciada na década de 1970. O que ocorre é que não havia essa pressão competitiva que existe hoje, então, não se dava maior importância a esse assunto. Na atual conjuntura, de perda de competitividade dos produtos brasileiros, estamos mapeando todos os elementos que contribuem para

a guerra dos portos para tentar evitar a sua permanência e, evidentemente, estamos trabalhando em cima dos elementos que são mais fáceis de remover.

É um custo absurdo o incentivo que estamos dando às importações e formação de empregos no exterior. Estamos sendo prejudicados, junto com vários outros estados. Aqui, no polo petroquímico e na produção de bens tradicionais, os efeitos têm sido muito grandes dessas importações, em prejuízo da produção local voltada para o mercado interno. Pela primeira vez há uma união completa da indústria com os trabalhadores, no sentido de eliminar esse problema que ataca a economia brasileira. Estamos absolutamente solidários no sentido de aprovar a Resolução nº 72 no Senado, que, inclusive, conta com um forte apoio do governo também, e espero que isso seja resolvido em breve.

“Temos uma indústria de produção de bens intermediários ainda muito submetida aos valores das commodities internacionais, o que, em um ambiente de baixa atividade, faz com que haja perda de preços.”

“É um custo absurdo o incentivo que estamos dando às importações e formação de empregos no exterior. Estamos sendo prejudicados, junto com vários outros estados.”

C&P – O senhor já se referiu ao processo de substituição de produtos manufaturados por produtos básicos nas exportações brasileiras. O que os empresários estão buscando para superar esse quadro?

JFM – Na medida em que o empresário que atua nessa área da indústria de transformação sente-se pressionado, ele busca, de toda forma, maneiras de sobreviver. Então, já se concluiu que uma das maneiras é importar partes de máquinas e matérias-primas utilizadas no processo, no sentido de reduzir os custos. O que está ocorrendo é um absurdo. O faturamento da indústria aumenta, mas a produção interna decresce porque é substituída pelas importações. Esse *gap* é satisfeito pelas importações, que, de certa forma, são predatórias às empresas. Evidentemente que isso não é bom para o país, nem no momento, nem posteriormente, com tendência a se agravar se não conseguirmos superar e resolver esse problema.

C&P – Existe uma situação de concentração da indústria baiana no entorno da Região

Metropolitana de Salvador. Investimentos em logística, como a Ferrovia Oeste-Leste (FIOL) ou outros mecanismos de logística, estão sendo planejados pelo governo. Como o senhor vê esses projetos de logística e o impacto que eles podem ter na desconcentração industrial no estado da Bahia?

JFM – A área de infraestrutura (logística) no Brasil, e aqui na Bahia, é particularmente muito ruim. Nós deixamos de investir fortemente na infraestrutura, o que nos traz desvantagens muito grandes. Então, todo investimento em infraestrutura, principalmente infraestrutura nova, ou recomposição da existente, será muito bem-vindo porque melhora custos externos das empresas. É claro que investimentos estruturantes, como a FIOL, que representam uma política de logística, não são investimentos aos quais estamos acostumados no Brasil, independentemente do benefício que a ferrovia trará na transferência de cargas do oeste do estado para cá em condições melhores. Estamos mais acostumados a ter uma política de realização de obras, o que é preciso mudar. A obra é um componente essencial da logística que coloca o nosso produtor lá fora aos mesmos custos que os nossos competidores. Então, não é apenas um trecho de uma obra que resolve. É o conjunto da mudança de um modal para o outro, é a eficiência de fazer isso procurando as linhas de custos mais baixas, é isso tudo que vai nos ajudar.

C&P – E as medidas adotadas pelo governo, como o aumento do IOF para conter a valorização

do real, o senhor acha que essas medidas podem ter resultado em curto prazo para a indústria?

JFM – Não creio. Isso melhora, cria um ambiente melhor, mas não é capaz de superar o *gap* da valorização do real. Não acredito em medidas dessa natureza, que funcionam como remédio para a febre, mas não curam a causa da doença, que é exatamente a existência dos custos internos desbalanceados, desarmônicos com os custos internacionais.

C&P – E as medidas de desoneração da folha de pagamento de alguns setores? O senhor acha que pode aumentar a competitividade ou isso só é possível com a reforma tributária?

JFM – Os governos tomam estas medidas de boa fé, que trazem algum alento, mas não são soluções estruturantes. Os governos têm enorme dificuldade no sentido de atacar de frente os fatores a que me referi. Cada um desses fatores traz um problema, de ordem política ou fiscal. Isso leva os governos a evitarem um confronto direto com os problemas que estão inibindo a produtividade e a competitividade da indústria brasileira.

C&P – A nova política industrial do estado da Bahia, lançada recentemente, pode dar mais dinamismo ao setor na vida econômica baiana?

JFM – O propósito é esse. Na hora que você traça uma política industrial, o propósito é criar opções, criar seleções, criar prioridades, para a indústria marchar de uma maneira mais dinâmica e arrastar os outros setores que não estão imediatamente selecionados. O que se fez foi tentar

“É preciso que a nova política industrial do estado seja um guia para as políticas públicas e privadas nos próximos anos.”

racionalizar a forma de condução dos investimentos aqui na Bahia, no sentido de melhorar o desempenho da indústria. Então, o propósito básico é melhorar o desempenho da indústria, criar uma matriz de produção melhor, procurando a linha de menor resistência, um processo de longo prazo. É preciso que a nova política industrial do estado seja um guia para as políticas públicas e privadas nos próximos anos.

C&P – Algumas críticas ao setor industrial vão na direção de que os industriais, especialmente na Bahia, têm arriscado pouco nos negócios e investimentos, tomando como exemplo a construção do porto de Salvador. Como o senhor avalia essa crítica? O senhor acha pertinente?

JFM – No caso do porto, não acho. Até porque são as indústrias da Bahia que estão chamando a atenção para essa enorme deficiência que existe no nosso processo produtivo, da nossa cadeia de custos. As indústrias da Bahia ofereceram soluções de grandes investimentos e, até agora, não há resposta do governo. O fundamental para novos investimentos é o crescimento da economia, e os empresários têm capacidade de perceber o cenário e buscar os meios de fazer o investimento.

Nós não temos crescido nesses últimos anos de uma forma capaz de justificar novos investimentos substantivos. E o mercado internacional, que nos últimos anos oferecia soluções, enfrenta grandes problemas. A Europa, aliás, deve servir como exemplo. Há pouco tempo ninguém era capaz de prever a crise que ali se instalou e, em alguns anos, podemos enfrentar os mesmos entraves, uma vez que a natureza da crise europeia é essencialmente um problema de baixa competitividade da economia, *vis-à-vis* a Ásia e *vis-à-vis* os Estados Unidos. Espero que tenhamos lideranças capazes de evitar que se estabeleça uma crise, para, só então, gerarmos uma solução.

C&P – Outro elemento do mercado competitivo, fundamental para a indústria, é a questão da pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias industriais. Como o senhor encara esse tipo de ação dos industriais na Bahia? Eles têm correspondido às necessidades de pesquisa e inovações para um mercado competitivo?

JFM – A pesquisa e a inovação são ferramentas essenciais para melhorar a competitividade das empresas e a entrega dos nossos produtos no mercado internacional. Há alguns anos iniciamos o processo de desenvolvimento de assistência técnica e tecnologia. Na Bahia, temos o Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (Cimatec) e o Centro de Tecnologia Industrial Pedro Ribeiro (Cetind), ambos do Senai. Temos, ainda, o Fórum de Inovação, que reúne várias entidades do estado, incluindo universidades, e a Confederação Nacional

da Indústria (CNI). Estamos trazendo a inovação como uma ferramenta permanente para as empresas locais.

C&P – Apesar do momento de crise internacional, permanece a defesa de que existem muitas oportunidades de investimentos, e que é preciso estar atento. Como a FIEB percebe essa sinalização e como a Bahia está se preparando para superar o momento de crise internacional?

JFM – Temos um programa intenso de assistência aos industriais e estamos interiorizando estes programas, a exemplo do oeste, sul e, em breve, a região de Feira de Santana. Também estão em nossas perspectivas Vitória da Conquista e Juazeiro. Estes programas não consistem apenas em oferecer serviços de educação, como o Senai e Sesi, dão uma assistência completa às indústrias. Enxergamos o oeste como uma zona bastante

“Há pouco tempo ninguém era capaz de prever a crise que se instalou, e, em alguns anos, podemos enfrentar os mesmos entraves, uma vez que a natureza da crise europeia é essencialmente um problema de baixa competitividade da economia.”

propícia, com grande potencial e bons empresários. O que nos resta é garantir assistência e contribuir para o seu crescimento. Em Ilhéus, vamos tentar redimir a questão do polo de informática, fazendo dele um centro de inovação a serviço da economia baiana. Na verdade, o polo de Ilhéus estava dissociado da economia baiana, voltado para os interesses da demanda paulista e da exportação, e usando nossos incentivos fiscais para permanecer aqui. Agora ele está sendo convidado a dialogar com a economia da Bahia, como um centro moderno, dinâmico, capaz de influenciar o crescimento de outros setores.

Temos ainda o polo petroquímico – com grandes investimentos e

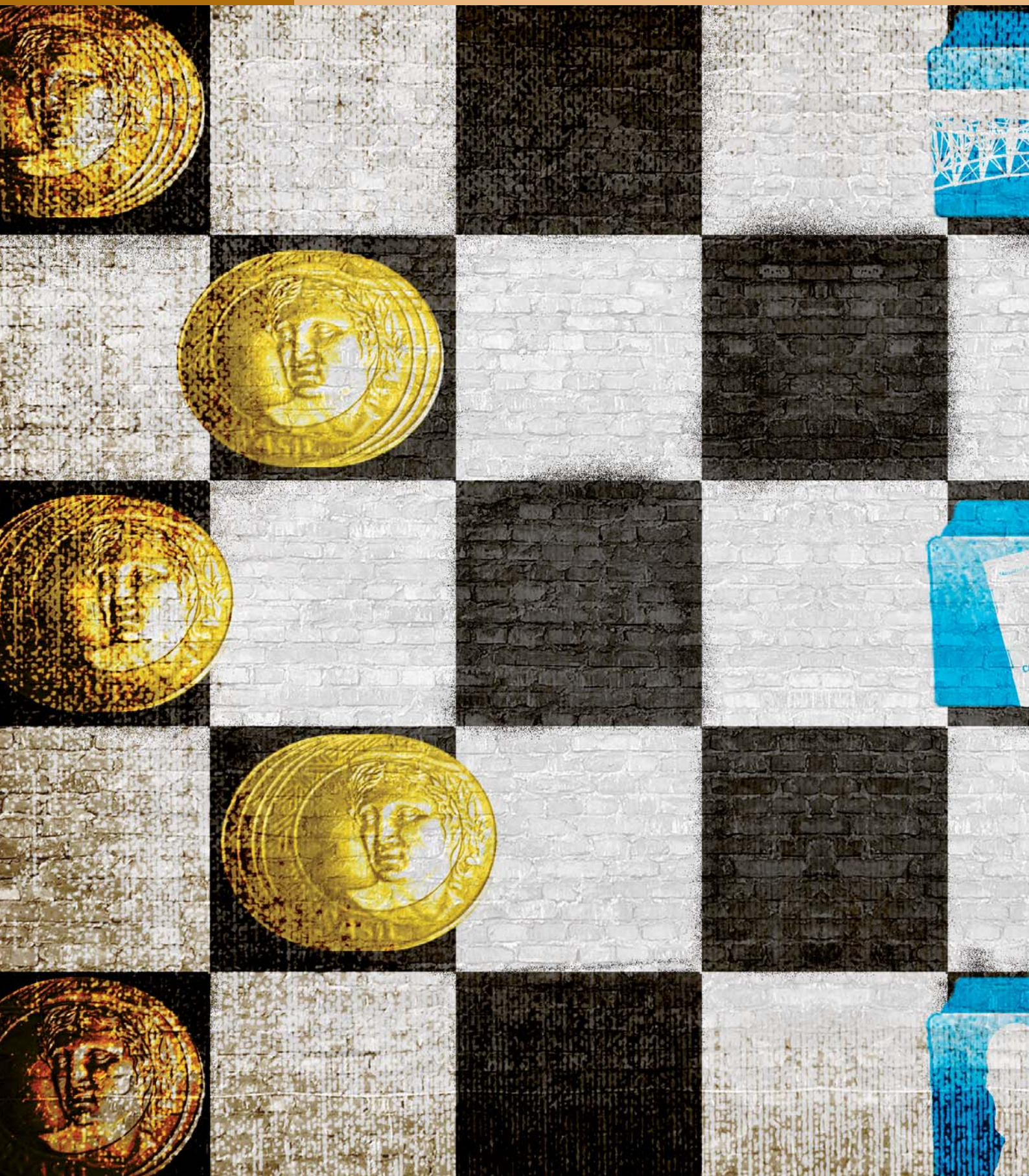
potencial de renovação –, a indústria de celulose – com grande capacidade de oferta para o mercado internacional –, o setor de mineração – que, depois de anos de investimento em conhecimento e pesquisa, floresce em investimento de produção –, e a construção civil, que também tomou uma dimensão muito interessante. Então, estamos falando de várias áreas que têm crescimento à vista.

Agora, precisamos arrumar a casa e estamos tentando fazer isso. Mas é preciso, sobretudo, investimento em infraestrutura. E, nesse aspecto, ressalto que a FIOL é importantíssima. Vale destacar também a elaboração do plano de logística competitiva, que conta com financiamento da

CNI e prevê a criação de bases para a modernização das vias de transporte. Cito ainda a necessidade dos investimentos em estradas de ferro, cabotagem, nas vias internas de transporte, para que, de fato, possamos dinamizar nossa economia e dar as condições necessárias para que os empresários produzam preocupados exclusivamente com seus negócios, e que as economias externas sejam resolvidas por meio dessas ações do estado.

Creio que nós temos que agir junto com o governo do estado em relação a esses assuntos, e acho que a percepção de olhar para o interior para buscar mais fontes de crescimento é uma coisa extremamente conveniente e razoável.

Entrevista concedida aos jornalistas Ana Paula Porto e Pedro Caribé.



A contribuição do planejamento econômico para o desenvolvimento do estado da Bahia: análise do plano plurianual 2008/2011¹

Leonardo Rodrigues Porto*

Gabrielle Santos Brito**

Vinicius Barbosa de Moraes***

Embora o mainstream econômico estabeleça a supremacia do sistema de livre-mercado sobre o processo de planificação da economia, historicamente o capitalismo demonstra não ser capaz da sua autorregulação, sendo necessário, nas mais diversas vezes e formas, a intervenção do Estado. Assim, o Estado é entendido como o promotor da coordenação geral da economia e, portanto, o indutor de seu desenvolvimento (ROSSETI, 1987).

De fato, as experiências “reais” do modelo de planificação plena da economia demonstraram a inviabilidade do Estado gerir a totalidade do sistema econômico. Também não é menos verdade a dinâmica cíclica do sistema capitalista, incorrendo em crises todas as vezes que as relações foram regidas apenas pela lei da oferta e da procura. Assim como também sempre houve o apelo ao auxílio estatal para que se garantisse a continuidade do sistema, mesmo em países extremamente liberais como os EUA e a Alemanha.

* Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Inrdporto@gmail.com

** Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). gabriellesantosbrito@yahoo.com.br

*** Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). neomandrak@yahoo.com.br

¹ Os autores agradecem a contribuição dos professores Msc. Fernanda Calasans e Msc. Carlos Eduardo Ribeiro pela orientação na construção deste artigo, por meio das disciplinas de Política e Planejamento Econômico e Desenvolvimento Socioeconômico.

O planejamento aparece, portanto, como atividade típica do Estado e o método mais adequado de funcionamento do sistema capitalista (regime de intervenção parcial). Tendo em vista, obviamente, que os efeitos da ação do governo alastram-se por todo o processo econômico.

Com base nessa premissa é que se entende a necessidade das ações do Estado para a promoção do desenvolvimento social e econômico, sobretudo nas economias periféricas. A melhoria do padrão médio de vida, acompanhado do crescimento econômico, na maioria dos países, sempre se mostrou bem sucedido quando diante de uma política pública de desenvolvimento em que houve participação ativa do Estado, com projetos bem definidos e articulados com os elementos centrais de uma economia de mercado (BAHIA, 2007).

O período pós-Segunda Guerra caracterizou-se por ações coordenadas dos estados nacionais, por todo o mundo. Não por acaso, é o período considerado os “anos dourados” do capitalismo, quando se verificou taxas significativas de crescimento econômico.

Em face das novas exigências da economia mundial a partir da crise dos anos 1930, e em contato com as ideias keynesianas sobre o papel do Estado, o Brasil, e também o estado da Bahia, passaram a adotar a formulação do planejamento de suas políticas econômicas. A princípio, os objetivos e métodos elencados traçaram apenas ações governamentais. Todavia, a partir do Plano SALTE e, posteriormente, o Plano de Metas, no âmbito nacional, foram estabelecidas metas e planos de ação que envolvessem também os agentes econômicos privados, a fim de direcionar a nação a um objetivo comum (ROSSETI, 1987).

Assim, a década de 1970 configurou o auge do planejamento no Brasil. Foram estabelecidos projetos como o Plano Trienal, o Plano de Ações e Bases do Governo (PAEG), Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (REZENDE, 2010). Já na Bahia, o Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Plandeb) configurou-se importante medida para a industrialização do estado.

Todavia, a partir da segunda metade da década de 1980, segundo a visão de Rezende (2010), houve uma

A partir da crise dos anos 1930 [...] o Brasil, e também o estado da Bahia, passaram a adotar a formulação do planejamento de suas políticas econômicas

desconstrução do planejamento estatal na composição do gerenciamento da economia. Esse foi o período de difusão das ideias neoliberais, teoria que defende o retorno da economia ao livre-mercado. A ação governamental caracterizou-se pelo esforço de reduzir sua participação na economia. Houve um processo de privatização das estatais, o esforço de ‘enxugamento’ do Estado, abertura das fronteiras comerciais e uma determinada limitação do planejamento “às atividades rotineiras e elaboração e acompanhamento dos orçamentos” (REZENDE, 2010, p. 22).

Nessa perspectiva é que desponta a figura do Plano Plurianual (PPA) enquanto peça obrigatória do planejamento estatal. O PPA é um dispositivo constitucional que condiciona os governos a definirem suas ações num prazo de quatro anos, que abarca do seu segundo ano de governo até o primeiro ano do governo seguinte. É uma medida que busca essencialmente moralizar a gestão pública. Mesmo que sua eficácia enquanto peça para o planejamento tenha a limitação de atender somente às necessidades de curto prazo e que respondem ao horizonte previsto pelo governo.

O PPA 2008/2011 do estado da Bahia foi construído de forma participativa, com abertura às proposições advindas da sociedade civil. Nesse contexto, este artigo discutirá as políticas de desenvolvimento da Bahia definidas por meio dessa peça do planejamento. Para tanto, escolheu-se esse PPA, por ser o que está em vigor no momento, e por ter sido elaborado por um governo diferenciado das gestões anteriores na forma com que preciniza a participação do Estado na economia, pelo menos no que transparece no discurso.

Com o objetivo de discutir o planejamento estatal, materializado em torno do PPA, e sua contribuição para o desenvolvimento do estado da Bahia, serão analisados, num primeiro momento, o conceito teórico e a importância do planejamento, bem como os objetivos e os instrumentos da política econômica. Também se fará uma discussão em torno da existência do PPA e de como esses elementos de política econômica estão presentes no PPA da Bahia. Em seguida, discutir-se-á a visão e a estratégia de desenvolvimento apresentada pelos gestores. Por fim, serão traçadas as considerações finais sob a lógica do objetivo do estudo.

O PLANEJAMENTO E OS SEUS COMPONENTES

Uma vez que se assume, nas economias capitalistas modernas, a necessidade de um regime de intervenção parcial do Estado e, de fato, é assim que todas as nações capitalistas operam, convém compreender quais as ideias que se têm em torno do processo de planejamento.

O planejamento é uma esquematização, por meio da definição de metas globais, às quais a organização dos fatores econômicos é direcionada ou controlada por um órgão central (SANDRONI, 1999). Autores como Adri (2011) afirmam que essa esquematização tem relação direta com o Estado Democrático de Direito, isto é, com o regime jurídico, a constitucionalidade e as relações ideológicas (políticas e jurídicas).

Assim, de uma maneira geral, o planejamento parte da ideia de que é finalidade precípua do Estado a promoção do bem-estar social. Portanto, há destaque para o “permanente aprimoramento dos meios essenciais à sobrevivência dos indivíduos e do Estado, visando ao bem-estar de todos”, o que se traduz em desenvolvimento econômico (ADRI, 2011, p. 2).

Acerca da necessidade do planejamento, Sandroni (1999, p. 461) lembra que:

[...] Keynes demonstrou que a ação governamental é necessária para evitar, ou pelo menos reduzir, os efeitos das crises cíclicas características do capitalismo e também

para manter o pleno emprego e promover o crescimento econômico. Outra justificativa para o crescimento econômico nos Estados capitalistas é o investimento em certos setores ou atividades que ofereçam lucro duvidoso e a longo prazo, pelos quais a iniciativa privada não se interessasse ou para os quais não disponha de capital necessário (como a construção de estradas, hidrelétricas etc.).

Dentre as motivações para o Estado agir na economia estão o alcance da estabilidade, a distribuição ou repartição da renda e a alocação ótima dos recursos, entendidos como atribuições do Estado e objetivos básicos do planejamento econômico (ROSSETI, 1987).

É certo que não existem modelos de planejamento a serem aplicados indistintamente aos países, de forma que Rosseti (1987) identifica o crescimento, a repartição e a estabilidade econômica como os objetivos comuns centrais para a ação do governo. Uma análise de um plano econômico, portanto, levará em conta a presença desses três objetivos, que abarcam tanto o curto quanto o longo prazo.

Para a consecução desses objetivos o governo emprega os instrumentos de política econômica. De um modo geral, os instrumentos são definidos como os meios para atingir tais objetivos. E para que o ordenamento da economia ajuste-se aos resultados esperados, é importante haver conexões entre os objetivos e os meios que se dispõe para agir (ROSSETI, 1987).

Os instrumentos de política econômica são os elementos que sofrem o manejo dos planejadores, diferentemente dos objetivos, que não são manipuláveis, mas apenas

Os instrumentos de política econômica são os elementos que sofrem o manejo dos planejadores, diferentemente dos objetivos, que não são manipuláveis

possíveis de serem alcançados (ROSSETI, 1987). Esses instrumentos podem se relacionar às políticas fiscais, monetárias, cambiais, industriais, agrícolas etc.

Essa distinção entre os instrumentos e os objetivos faz-se necessária para o entendimento e a boa execução da política econômica. Para Watson, citado por Rosseti (1987), o fim último de dada política econômica é apenas o último estágio a ser alcançado, consequência da mobilização de diversos instrumentos, concomitantemente ou sequencialmente, e que podem gerar, ou não, objetivos secundários, possibilitando o alcance desses objetivos.

No caso dos estados federados, a exemplo da Bahia, definem-se os objetivos macroeconômicos, e indicam-se os instrumentos pelos quais se pretende alcançá-los. Todavia, deve-se levar em consideração que os instrumentos cambiais, externos e monetários são geridos em esferas superiores ao campo de atuação dos planejadores baianos.

O Plano Plurianual (PPA) é a ferramenta pela qual esses objetivos e instrumentos são traçados, no qual se estabelece o plano de ação do governo para um período de quatro anos, por meio das variáveis possíveis de seu poder de ação/intervenção.

O PLANO PLURIANUAL E OS ELEMENTOS DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO

O Plano Plurianual (PPA) é um dispositivo legal, garantido pela Constituição Federal de 1988, fruto de significativas mudanças na estrutura política e institucional do país, afetando inclusive os níveis governamentais subnacionais. Com base na ferramenta do PPA, os entes federados puderam definir suas diretrizes de planejamento e orçamento, estabelecendo prioridade para o uso dos recursos financeiros (VIEIRA, 2011).

Seu funcionamento é dado pelo disposto no Art. 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, onde se lê:

[...] a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma, regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de

O Plano Plurianual (PPA) é um dispositivo legal, garantido pela Constituição Federal de 1988, fruto de significativas mudanças na estrutura política e institucional do país

capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (BRASIL, 1988).

Constitui-se, portanto, no principal instrumento de planejamento e orçamento dos governos nacional e subnacionais. Rezende (2010), em atenção à necessidade de reconstrução do planejamento no Brasil, lembra da experiência acumulada em torno dos esforços empreendidos pelos gestores na elaboração dos PPAs. Assim, o PPA condiciona os governos a definirem suas ações num prazo de quatro anos, que abarca do seu segundo ano de governo até o primeiro ano do governo seguinte. É uma medida que busca essencialmente moralizar a gestão pública de governo, cuja eficácia, muitas vezes, tem a limitação de atender somente às necessidades de médio prazo e que respondem ao horizonte previsto pelo governo.

Conforme o Decreto Federal 2.829/98, que estabelece normas para a elaboração e execução do PPA a partir do ano 2000, toda a ação do governo será orientada em torno da elaboração de programas que permitam alcançar os objetivos estratégicos definidos para o período de quatro anos. Assim, nos incisos do artigo segundo desse decreto, dispõe-se a necessidade da definição dos objetivos, o prazo de conclusão, fonte de financiamento etc., como componentes do programa (BRASIL, 1998).

A presença desses componentes permite analisar a visão estratégica do governo, a forma como os planejadores entendem o papel a ser desempenhado pelos agentes sociais, assim como a presença dos instrumentos de política econômica a serem utilizados para tal.

VISÃO E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA BAHIA NO PPA 2008/2011

Definir desenvolvimento não é algo simples. Historicamente, em muitas ocasiões, há de se confundir crescimento com desenvolvimento. Desse modo, uma discussão acerca do conceito de desenvolvimento apontará para uma gama de material a ser estudado, com as formulações das mais diversas possíveis.

Até a década de 1960, por exemplo, o desenvolvimento talvez se perdesse com questões essencialmente voltadas para o progresso material, mesmo admitindo-se ser este o centro do processo social, hoje entendido como crescimento econômico (CARDOSO, 1995).

Sandroni (1999, p. 169), em sua definição sobre desenvolvimento econômico, esclarece que se trata do “crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia”.

Souza (1999, p. 176) afirma que para Ragnar Nurkse, o desenvolvimento advém de diversos fatores que passam por transformações estruturais, como a criação de atividades diretamente produtivas, implantação de infraestruturas econômicas e sociais. Passa também pela combinação mais eficiente dos fatores produtivos, contornando o problema da insuficiência de demanda por meio de

investimentos que atuem em vários setores, de forma equilibrada, expandindo o emprego e a renda.

Ao se observar as proposições do autor aplicadas ao caso da Bahia, percebe-se que o estado possui uma base produtiva que possibilita a otimização do emprego dos fatores produtivos, e propicia à sociedade baiana inclusão no mercado produtivo e consumidor.

Com base nesse conceito, identifica-se na proposta do PPA 2008/2011 da Bahia o discurso em torno da melhoria na qualidade de vida dos baianos. Assim, o governo estabeleceu como prioridade a construção de um estado onde a população tenha acesso aos resultados do crescimento econômico. Isso se traduz na definição de sua estratégia de desenvolvimento, como consta na Visão de Futuro da Estratégia de Desenvolvimento da Bahia:

[...] a construção de um Estado cuja população desfrute de qualidade de vida, maior participação nos resultados econômicos, com equilíbrio social e étnico, integrado nacional e internacionalmente (BAHIA, 2007, p. 11).

Nesse intuito, a princípio, o governo assume as características de governança solidária, modelo no qual, segundo Busatto (2005), a sociedade assume um papel civil diante do Estado. São elencados princípios básicos como: ética no tratamento das questões públicas, relações democráticas entre governo e sociedade, transparência, participação cidadã, territorialização das ações e descentralização administrativa.

De acordo com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), citado por Busatto (2005), nesse modelo o poder é exercido dentro e fora da autoridade formal e das instituições do governo, o que faz da governança o

[...] exercício de autoridade política, econômica e administrativa na administração dos assuntos de um país a todos os níveis. Inclui os mecanismos, processos e instituições através dos quais os cidadãos e os grupos articulam seus interesses, exercem seus direitos legais, cumprem suas obrigações e resolvem suas diferenças (BUSATTO, 2005, p. 2).

O estado possui uma base produtiva que possibilita a otimização do emprego dos fatores produtivos, e propicia à sociedade baiana inclusão no mercado produtivo e consumidor

É nesse sentido que o processo de planejamento foi definido em torno do que se convencionou chamar de PPA Participativo, cuja proposta é promover a inclusão efetiva da sociedade nas decisões. A participação popular concretiza-se em um processo democrático, a fim de identificar as prioridades de cada território, fazendo com que o planejamento e a execução das políticas atendam as suas necessidades, aproveitando as potencialidades locais.

A visão estratégica para o desenvolvimento inclui também a sustentabilidade, focada, sobretudo, nos temas da economia solidária, dando preferência a projetos de agricultura familiar, micro e pequenos empreendedores e à expansão do setor de serviços, além de investimentos que possuam a capacidade de promover maior absorção da força de trabalho.

A intenção de abarcar agentes produtivos da agricultura familiar, micro e pequenos empreendedores por meio de políticas públicas torna possível a geração de competitividade, investimentos em infraestrutura e tecnologia, a fim de atrair investimentos privados (BAHIA, 2007).

Por todo o exposto, a visão do governo intitulou-se Estratégia de Desenvolvimento Econômico Sustentável. Para Flávio Tayra (2007, p. 15), o desenvolvimento sustentável:

[...] significa compatibilidade do crescimento econômico, com desenvolvimento humano e qualidade ambiental. Portanto, o desenvolvimento sustentável preconiza que as sociedades atendam às necessidades humanas em dois sentidos: aumentando o potencial de produção e assegurando a todos as mesmas oportunidades (gerações presentes e futuras).

É importante ressaltar que a formulação do Estado deve partir do entendimento que se tem do cenário a ser enfrentado. Do ponto de vista político, o governo destaca a ineficiência das medidas adotadas anteriormente. A característica da economia baiana, até então, despontava entre as maiores do país, em um cenário de péssimos indicadores sociais, evidenciando as contradições de seu desenvolvimento.

Assim, conforme asseverado no PPA, as transformações por que passou a Bahia no passado, mudaram profundamente a estrutura econômica do Estado para uma economia de base industrial, mas que não ganhou um desenvolvimento sustentado (BAHIA, 2007, p. 24). É nesse sentido que a formulação desse plano busca o resgate do conceito de desenvolvimento como superação da ideia de crescimento econômico *strictu sensu*.

Os dados da Tabela 1 apontam os indicadores de pobreza para o ano de 2006. Demonstrem, portanto, o quadro social sobre o qual o governo deveria agir e alterar, quando da elaboração do PPA. A divulgação dos dados em níveis territoriais demonstram também a necessidade de que a ação planejada dê conta das diferenças no desenvolvimento regional, promovendo o crescimento com equanimidade.

A atuação do governo também parte da forma como ele percebe o ambiente macroeconômico pelo qual suas ações serão influenciadas. A percepção de um cenário desse tipo deve prever os fatores positivos e negativos da economia nacional e internacional, tanto os conjunturais quanto os estruturais. O Quadro 1 ilustra esse cenário, conforme delineado pelo governo.

Quanto aos fatores estruturais apontados pelo plano, o governo assinala a concentração de produção e renda na Região Sudeste do país, o que requer a construção de novas 'rótulas do desenvolvimento', que promovam o desenvolvimento no âmbito regional. Todavia, essas medidas passam especialmente pela ação do governo federal (BAHIA, 2007).

As transformações por que passou a Bahia no passado, mudaram profundamente a estrutura econômica do Estado para uma economia de base industrial

Tabela 1
Indicadores territoriais de pobreza do estado da Bahia – 2006

Território	População 2006	Densidade demográfica 2006 (hab/km ²)	Taxa de analfabetismo (%) 2000	PIB per capita 2004 (R\$ 1,00)	Famílias com renda per capita até 1/4 S.M.*	Famílias com renda per capita até 1/2 S.M.*
01 - Irecê	391.303	14,64	25,30	2297,57	35,58	58,78
02 - Velho Chico	366.188	7,90	31,10	2405,81	42,76	64,80
03 - Chapada Diamantina	359.277	11,80	29,00	2640,14	32,37	56,55
04 - Sisal	570.061	27,87	34,20	2350,74	38,90	62,79
05 - Litoral Sul	845.192	55,77	25,40	4935,70	27,08	51,78
06 - Baixo Sul	316.932	44,38	33,90	3109,23	32,68	58,42
07 - Extremo Sul	761.799	24,86	26,20	5547,54	22,74	45,85
08 - Itapetinga	262.740	22,00	31,70	3637,09	26,64	55,22
09 - Vale do Jequiriçá	335.580	27,03	32,30	2447,65	27,63	54,77
10 - Sertão do São Francisco	496.307	8,04	27,80	4304,63	30,66	54,72
11 - Oeste Baiano	349.147	4,63	26,40	9706,20	30,77	50,81
12 - Bacia do Paramirim	167.056	16,46	34,50	2017,11	37,76	59,81
13 - Sertão Produtivo	441.282	18,74	25,40	3071,26	31,00	54,04
14 - Piemonte do Paraguaçu	285.151	14,84	28,70	2354,24	33,87	58,57
15 - Bacia do Jacuípe	219.316	20,68	32,00	2229,75	33,55	58,38
16 - Piemonte da Diamantina	196.007	19,13	29,60	2396,94	33,37	56,59
17 - Semiárido Nordeste II	417.686	25,50	40,10	2182,48	35,56	59,96
18 - Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	613.643	42,68	27,50	7317,64	30,78	53,76
19 - Portal do Sertão	843.058	145,44	18,60	4220,34	22,64	44,73
20 - Vitória da Conquista	769.056	28,69	30,60	2650,58	27,09	51,24
21 - Recôncavo	575.935	109,69	23,30	19454,12	25,77	49,85
22 - Médio Rio de Contas	388.675	38,74	29,70	3467,15	31,76	57,53
23 - Bacia do Rio Corrente	201.746	4,46	31,90	3977,82	38,77	60,84
24 - Itaparica	163.150	13,40	26,50	9149,75	28,32	49,56
25 - Piemonte Norte do Itapicuru	225.104	16,35	28,30	3794,30	35,71	58,06
26 - Metropolitano de Salvador	3.388.755	1246,41	10,70	11303,39	15,18	30,32
Bahia	13.950.146	24,7	20,4	6.350,06	26,59	48,21

Fonte: Bahia (2007).

Fatores conjunturais

Positivos	Negativos
- Crescimento da Economia global puxado pelos países em desenvolvimento (China, Índia e Rússia); - Crescimento médio da economia brasileira de 5% a.a; - Elevação da capacidade de endividamento das famílias; - Implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); - Aumento da taxa de investimentos no Brasil, de pelo menos 4,26%; - Queda do risco-país.	- Manutenção das metas de inflação e superávit primário, caracterizando austeridade na gestão macroeconômica; - pesada carga tributária; - aumento da liquidez internacional, estabelecendo problemas de mercado a alguns setores industriais.

Quadro 1

Cenário macroeconômico previsto pelo governo para o período 2008/2011, conforme delineado pelo PPA

Fonte: Bahia (2007). Elaboração própria.

Sobre outro aspecto estrutural, os planejadores lembram o processo de industrialização no Estado. Nesse ensejo,

[...] o processo de industrialização da Bahia foi apoiado nos investimentos federais e na atração de capitais internacionais. A característica fundamental deste modelo foi a concentração na produção de matérias-primas e insumos básicos, complementares à economia do Centro-Sul, e pouco relacionamento com o restante da economia local (BAHIA, 2007, p. 24).

Pelo exposto, esse foi um modelo concentrador e que não proporcionou uma dinâmica interna de investimentos dentro do Estado, configurando o que Vieira (2011) denomina de 'ilhas de crescimento', corroborando os dados da Tabela 1. A esse propósito, a autora lembra que o crescimento econômico na Bahia deu-se em torno de profundas disparidades regionais, existentes até hoje.

Foi com base nesse cenário que o governo estruturou a sua proposta para a promoção do desenvolvimento do Estado. Assim, o Plano Plurianual propõe ações que ampliem as potencialidades regionais dentro da Bahia e com isso se alcance o almejado desenvolvimento econômico sustentável.

A implementação dessa estratégia de desenvolvimento é posta como dependente da articulação dos interesses diversos e por vezes conflitantes, sendo tal articulação focada na identificação de convergências e o

estabelecimento de negociações voltadas à construção de consensos que orientem a tomada de decisões e constituindo-se num balizador do processo de mudança do paradigma citado.

Como citado, o plano busca aproveitar as potencialidades de cada região do estado valorizando políticas de promoção da geração de emprego e renda com ações voltadas tanto para a agricultura familiar quanto para a reforma agrária, a ciência e a tecnologia, além do crédito e das infraestruturas econômico-sociais.

Elencam-se, também, políticas sociais que ampliem com maior equidade o acesso aos serviços públicos e bens de uso coletivo no intuito da melhoria da qualidade de vida. Nesse campo, a educação, a saúde, a habitação e o saneamento básico foram prioridades na busca pela maior qualificação profissional da população economicamente ativa, entendendo que tais melhorias possibilitariam o avanço social almejado (BAHIA, 2007).

Em torno do conceito de Desenvolvimento Econômico Sustentável, o governo elencou macro-objetivos que expressam quantitativamente os resultados esperados. Assim, o crescimento econômico; o crescimento dos pequenos empreendimentos; o emprego e distribuição de renda; a qualidade de vida; o equilíbrio social, de gênero, étnico e racial; o equilíbrio socioterritorial e fortalecimento das Identidades Culturais fundamentam os eixos estruturais das ações do governo (BAHIA, 2007).

OS INSTRUMENTOS QUE VIABILIZAM A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DO PPA

Vê-se que, em alguns aspectos, os macro-objetivos elencados pelo plano extrapolam os objetivos básicos do planejamento ilustrados por Watson, citado por Rosseti (1987), a saber: crescimento, estabilidade e repartição. Exceção feita ao objetivo da estabilidade, que está fortemente correlacionada com a conjuntura externa (nacional e internacional), cuja política é determinada no âmbito federal.

Os objetivos de estabilidade diferenciam-se dos de crescimento e repartição em um aspecto fundamental.

O Plano Plurianual propõe ações que ampliem as potencialidades regionais dentro da Bahia e com isso se alcance o almejado desenvolvimento econômico sustentável

Referem-se não a remoção ou a mudança de condições estruturais e institucionais, que geralmente demandam o longo prazo, mas a adoção de medidas que conduzam, no curto prazo, ao crescimento estável a preços estáveis e ao equilíbrio nas transações externas (ROSSETI, 1987, p. 183).

Quando se fala em crescimento, o PPA 2008/2011 apresenta o intuito de atuar na melhoria da capacidade produtiva do estado, tanto na captação de grandes empresas quanto no fortalecimento das pequenas empresas. Também expõe um compromisso com a estrutura necessária para o apoio a essas empresas, por meio de obras e projetos que facilitem sua atuação.

O privilégio aos grandes investimentos é reconhecido como uma falha dos planejamentos anteriores, em claro privilégio à Região Metropolitana de Salvador. Isto se desponta como uma das causas da baixa integração e expansão econômica de grande parte dos territórios baianos.

Já as ações que visam garantir a qualidade de vida das pessoas mediante serviços básicos como educação, saúde, saneamento básico, assim como os objetivos de equilíbrio social, de gênero, étnico e racial, e equilíbrio socioterritorial, estão relacionadas ao objetivo básico da repartição.

A discussão que se deve inserir, neste contexto, remete aos meios pelos quais a administração pública estadual

se utilizará para alcançar esses objetivos, sendo a questão do financiamento do Estado o primeiro desafio a ser superado.

Logo, a administração pública precisa conciliar a necessidade de disponibilizar recursos para a implementação de programas estratégicos com a sua restrição orçamentária intertemporal. Tal restrição tem sido ratificada pelo estabelecimento de limites legais para alguns indicadores de composição de gasto e de endividamento do Estado.

Assim, obter sustentabilidade da dívida consolidada, redução relativa dos gastos correntes e a garantia da efetivação dos programas discutidos com a sociedade não constitui uma tarefa trivial. Isto porque pode não ser possível, apenas com os recursos do Estado, alcançar o bem-estar social e ao mesmo tempo atender às metas de redução de endividamento público (BAHIA, 2007).

Nesse dilema, o governo do estado depara-se com pelo menos duas possíveis estratégias: priorizar a implementação dos programas dadas as restrições da rigidez dos gastos correntes e de certo limite para o endividamento; ou estabelecer metas para a redução dos indicadores relacionados à dívida consolidada, em face aos padrões mínimos de investimentos nos programas e despesas rígidas (gastos com pessoal, custeio etc.) (BAHIA, 2007).

A primeira estratégia potencializaria a efetividade dos programas e privilegiaria as ações transformadoras de longo prazo. No caso da segunda estratégia, o foco seria a redução substancial dos indicadores relacionados à dívida consolidada destinada a recuperar a capacidade de investimento no longo prazo.

Pelo exposto, e em face às políticas elencadas pelo PPA, é de se esperar a prioridade em maximizar o bem-estar da população por meio do atendimento dos programas, ao passo que se promova um ajuste gradual no âmbito fiscal. Assim, a restrição intertemporal seria considerada, na medida em que haveria uma convergência dos indicadores de endividamento para níveis aceitáveis do ponto de vista gerencial. Essa opção garantiria o ajuste fiscal num cenário em que se priorizam as políticas de desenvolvimento econômico sustentável (BAHIA, 2007).

O PPA 2008/2011 apresenta o intuito de atuar na melhoria da capacidade produtiva do estado, tanto na captação de grandes empresas quanto no fortalecimento das pequenas empresas

Os instrumentos utilizados pelo governo [...] consistem em aumentar progressivamente o comprometimento de sua Receita Corrente Líquida (RCL) com despesas de pessoal para 45,67%, no ano de 2011

Assim exposto, os instrumentos utilizados pelo governo para a consecução de seus objetivos, no âmbito fiscal, consistem em aumentar progressivamente o comprometimento de sua Receita Corrente Líquida (RCL) com despesas de pessoal para 45,67%, no ano de 2011, com apenas 0,5 ponto percentual abaixo do limite prudencial.

Alie-se a isso um ajustamento das despesas correntes e a melhoria na qualidade do investimento, ampliando a capacidade de financiamento das ações e políticas públicas hierarquizadas pelas diretrizes estratégicas do governo e pelas prioridades reveladas pelo PPA (BAHIA, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferente das últimas décadas, em que se consolidou uma base industrial com foco na fabricação de matérias-primas e bens intermediários, a economia baiana tem se caracterizado com um novo perfil industrial, voltado para a produção de bens finais, como a implantação do complexo automobilístico e da indústria calçadista, embora ainda insuficiente. No setor agropecuário, verifica-se a expansão da agroindústria e da produção voltada para exportação. Tal cenário consolidou-se na Bahia graças a uma política que concedeu vantagens à indústria intensiva em capital, porém com efeitos limitados na geração de emprego e renda.

Com o Plano Plurianual 2008/2011, buscou-se uma participação mais ativa do Estado com projetos que

desenvolvessem os diferentes territórios, almejando resultados que viabilizassem o resgate e a inserção dos projetos de empreendimentos de pequeno e médio porte no desenvolvimento. Isso com base em uma articulação com os segmentos mais dinâmicos da economia.

Em face da Visão de Futuro elencada no PPA 2008/2011, os macro-objetivos traçados pelos planejadores coadunam com sua proposta de Desenvolvimento Econômico e Sustentável para a Bahia. No entanto, o esforço para a materialização do desenvolvimento ultrapassa os limites dessa ferramenta. Ademais, as ações ali propostas ainda estão longe de romper com o histórico de profundas desigualdades entre os territórios baianos. Por outro lado, o processo de territorialização do estado tem permitido à sociedade encaminhar seus pleitos com maior êxito, por meio do PPA participativo.

Este artigo buscou analisar o papel que tem o planejamento econômico na contribuição para o desenvolvimento do estado da Bahia. Para tanto, analisou-se o PPA 2008/2011, no qual se definem as diretrizes estratégicas do governo para a promoção do desenvolvimento no período.

O PPA tem sido uma das poucas ferramentas para o planejamento utilizadas pelos governos nas últimas décadas. Fato este que denota a limitação do planejamento no Brasil, que se detém ao curto e médio prazo e apenas a aspectos orçamentários.

Assim, foi discutido o conceito de planejamento econômico, como função precípua do Estado, bem como se elencou os principais objetivos da política econômica: crescimento, repartição e estabilidade; e os principais instrumentos utilizados pelos planejadores. Em seguida, apresentou-se a discussão em torno da constitucionalidade e obrigatoriedade do PPA.

Num outro momento, foram discutidas as estratégias de desenvolvimento elencadas pelo PPA 2008/2011 para o estado da Bahia. Percebeu-se a definição de um plano para o desenvolvimento econômico sustentável, em que ficou evidente que o discurso dos formuladores do PPA, ao menos sobre a perspectiva teórica, volta-se para o desenvolvimento sustentável, incorporando de forma inovadora o aspecto da governança solidária.

Discutiu-se, ainda, a utilização dos instrumentos de política econômica presentes no PPA e o estabelecimento dos objetivos básicos do planejamento. Evidenciou-se a preocupação com o crescimento e a repartição e percebeu-se que o objetivo da estabilidade não compete às ações das unidades subnacionais.

Por todo o exposto, conclui-se que para o atual governo estadual, desenvolvimento econômico é o resultado do crescimento alcançado com o êxito das políticas públicas aplicadas. Esse desenvolvimento é evidenciado por meio do acesso da população a melhores serviços públicos, melhoria na qualidade de vida, inclusão social, do equilíbrio socioterritorial, da equidade de raça, etnia e gênero, inclusive dos avanços nas políticas de preservação ambiental.

Assim, ao reconhecer a importância do planejamento para o desenvolvimento, devem-se equacionar de forma clara e objetiva todas essas 'variáveis', cujo grande desafio é saber como. Os modelos econômicos para o desenvolvimento, durante o século XX, sempre consideraram fatores como inovação técnica, investimento público e privado, dentre outros, na promoção do crescimento econômico. Todavia, devem-se adicionar os fatores que promoveriam, *pari passu*, a redução da mortalidade, o acesso à saúde e educação com qualidade, o lazer etc., elementos de um desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

- ADRI, Renata Porto. *Planejamento estatal e democracia*. Disponível em: <<http://www.iedc.org.br/REID/?CONT=00000033>>. Acesso em: 19 set. 2011
- BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Plano Plurianual 2008/2011*. Salvador: SEPLAN, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988
- BRASIL. Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998. Estabelece normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 out. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2829.htm>. Acesso em: 06 set. 2011
- BUSATTO, César. *Governança solidária local: desencadeando o processo*. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/gsl_desencadeando_o_processo.pdf>. Acesso em: 05 set. 2011.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. *Revista de Economia Política*, São Paulo, n. 04, v. 15, out./dez. 1995.
- TAYRA, Flávio. O conceito de desenvolvimento sustentável. *Revista de Economia e Desenvolvimento Sustentável*, Campina Grande/PB, n. 0, jun. 2007. (Edição Experimental).
- NURKSE, Ragnar. As dimensões do mercado e o incentivo à inversão. *Memórias do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, v. 1, n. 1, jun. 2007.
- REZENDE, Fernando. *Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução*. Brasília, DF: IPEA, 2010. 69 p. (Texto para discussão, 4).
- ROSSETI, José Paschoal. *Política e programação econômica*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1987. 350 p.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999. 650 p.
- SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 1999.
- VIEIRA, Vanessa. *Políticas territoriais no estado da Bahia e o discurso das "tendências globais": análise do PPA 2000/2003*. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area02/2184_Vieira_Vanessa.pdf>. Acesso em: 19 set. 2011.



Bioenergias alternativas: o capim-elefante (*Pennisetum purpureum*) no oeste baiano¹

Rafael Aparecido Sabino dos Santos*
Alynson dos Santos Rocha**

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE ENERGIAS ALTERNATIVAS

Em decorrência da exploração intensiva dos recursos naturais, dos resíduos gerados nos diversos processos produtivos e do consumo excessivo, sobretudo nos chamados países desenvolvidos, em desenvolvimento ou emergentes, alerta-se para a não sustentabilidade desse padrão de vida de crescimento e desenvolvimento econômico. Esse padrão ganha contornos no pós-Revolução Industrial, intensifica-se no século XX e possui como uma de suas características a demanda crescente de energia. Inicialmente, para suprir essa demanda, têm-se as fontes energéticas não renováveis, principalmente o petróleo e derivados.

* Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB). berlun10@hotmail.com

** Mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Faculdade de Economia da UFBA. alynson@bol.com.br

¹ Trabalho desenvolvido no Curso de Especialização em Inovações na Gestão Pública da Universidade Federal da Bahia – Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (UFBA-ICADS).

Embora ainda predominante, o paradigma petróleo/derivados começa a ser questionado ao longo da segunda metade do século XX, quando são documentadas as primeiras consequências negativas da queima de combustíveis fósseis: a poluição atmosférica, de rios, mares etc., e os danos causados às sociedades e ao meio ambiente. Some-se a isso as constantes convulsões sociopolíticas e oscilações econômicas que atingem as áreas produtoras de petróleo, traduzindo nas grandes crises dos anos 1970.

Ampliam-se as pesquisas para as fontes alternativas de energia, despontando as de origem vegetal e animal com biogás, biocombustíveis e biomassa (além das tradicionais hidrelétrica, solar e eólica). Os exemplos mais conhecidos são o etanol/metanol de milho, uva, beterraba e cana-de-açúcar (com experiência exitosa no Brasil dos anos 1980 e retorno nos anos 2000 com os automóveis com motores bicombustíveis).

Avança em importância o argumento de que os processos de geração de energia tenham caráter sustentável não apenas economicamente, mas ambientalmente, pois as soluções à problemática da escassez de combustíveis fósseis não podem ter como consequência a geração de mais danos ao homem e aos recursos naturais do planeta. Reforça-se que a energia é um fator fundamental para o desenvolvimento e sobrevivência humana, em virtude das demandas nas atividades socioeconômicas de forma contínua e em níveis crescentes.

Entretanto, é necessário respeitar a capacidade de suporte do meio ambiente para evitar a irreversibilidade das modificações na composição físico-química dos recursos utilizados na obtenção de energia, mesmo em processos limpos. Quanto maior a pressão humana sobre um determinado recurso natural, maior será o grau de entropia que este adquire, dificultando a recuperação do seu estado natural.

Dessa forma, as bioenergias apresentam-se como alternativas promissoras para resolver a problemática mundial de escassez de energia e de combustíveis. Seu potencial resulta na produção de energia elétrica, proveniente de processos térmicos e de decomposição de combustíveis líquidos e gasosos, em processos diversos.

Quanto maior a pressão humana sobre um determinado recurso natural, maior será o grau de entropia que este adquire, dificultando a recuperação do seu estado natural

AS BIOENERGIAS E OS BIOCOMBUSTÍVEIS

Os termos bioenergia ou agroenergia podem ser compreendidos como toda e qualquer energia produzida pela utilização de materiais orgânicos de origem vegetal, animal e/ou biomassa. A biomassa pode gerar energia diretamente ou gerar um biocombustível que pode ser revertido em bioenergia. A biomassa é uma fonte de energia solar indireta que provém de ciclos de conversão da radiação solar em energia química, por intermédio da fotossíntese (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2002, p. 51).

A biomassa é a única energia renovável que pode ser convertida em combustíveis gasosos, líquidos ou sólidos, por meio de tecnologias de conversão conhecidas. Neste contexto, o portador universal de energia renovável pode ser usado num vasto campo de aplicações no setor da energia. (ECOFYS, 2004, p. 2.1).

Segundo Pires (2008, p. 04):

Esta energia pode ser convertida em várias formas de energia: eletricidade, combustível ou calor. É a todas estas fontes orgânicas susceptíveis de ser utilizadas para produzir energias que se chama biomassa, abrangendo todos os derivados recentes de organismos vivos utilizados como combustíveis ou para a sua produção.

A biomassa pode ser classificada em três grupos: biomassa sólida, biomassa líquida ou bicombustíveis

e biomassa gasosa, também conhecida como biogás. A biomassa não pode ser confundida com os biocombustíveis, uma vez que a primeira é o próprio material orgânico que teve o potencial de armazenamento de energia química após obtê-la, por meio de fotossíntese, da energia solar. Já os biocombustíveis são obtidos das diversas formas de biomassa por meio de processos de conversão energética (PETROBRAS, 2011, p. 08).

Pires (2008, p. 04), divergindo desse conceito, afirma que biomassa corresponde aos derivados recentes de material orgânico que tenham potencial de produção de combustíveis ou que já possuem qualidades de combustíveis. Na prática, o conceito de Pires (2008) aproxima-se mais da realidade da biomassa, uma vez que alguns componentes desse grupo apresentam características de combustíveis para produção de energia. A biomassa sólida, por exemplo, pode gerar energia térmica destinada a suprir as necessidades humanas, podendo ser convertida em energia elétrica mediante processo energético de gasificação.

A biomassa sólida tem como fonte os produtos e resíduos da agricultura (incluindo substâncias vegetais e animais), os resíduos da floresta e das indústrias conexas e a fração biodegradável dos resíduos industriais e urbanos. O seu aproveitamento passa essencialmente pela queima em centrais térmicas ou centrais de co-geração para a produção de energia elétrica e de água quente, ou ainda a queima direta (combustão) em lareiras (lenha) para a produção direta de calor. (PIRES, 2011, p. 04).

Biomassa corresponde aos derivados recentes de material orgânico que tenham potencial de produção de combustíveis ou que já possuem qualidades de combustíveis

A biomassa sólida tem como matéria-prima convencional os agrorresíduos, como por exemplo o bagaço da cana-de-açúcar ou o caule de determinadas árvores, como é o caso do eucalipto. Tais insumos são utilizados em usinas termoeletricas. Entretanto, essa classe de biomassa tem várias outras possíveis matérias-primas, como é o caso do capim-elefante (*Pennisetum purpureum*). A biomassa sólida é utilizada na produção de eletricidade, calor, vapor e na movimentação mecânica em processos e conversão de energia como combustão direta, cocombustão e gasificação.

A biomassa líquida ou biocombustível é o conjunto de combustíveis líquidos biodegradáveis e não contribuintes para o acúmulo dos gases que provocam o efeito estufa. São derivados de material orgânico de origem em culturas energéticas e possuem como matéria-prima mais comum a cana-de-açúcar e os grãos como soja e milho (PETROBRAS, 2011, p. 07-09). Os principais componentes desse grupo são o biodiesel, o etanol e o metanol, e tem sua aplicabilidade principalmente no setor de transporte, na produção de calor e de eletricidade.

Os biocombustíveis são agrupados em biocombustíveis de primeira geração e de segunda geração. São considerados biocombustíveis de primeira geração aqueles que derivam da biomassa e possuem estado físico gasoso ou líquido. Os componentes desse grupo competem com a provisão alimentar, pois utilizam em produção matérias-primas de características nobres que poderiam ser utilizadas na alimentação. Os biocombustíveis de segunda geração são aqueles gerados com base na biomassa sólida, e que já apresentam características de biocombustíveis, ou na decomposição de material orgânico. (BCSD PORTUGUAL, 2011).

O biogás ou biomassa gasosa é um combustível gasoso decorrente de um processo de digestão anaeróbica ou fermentação; este tipo de combustível renovável é utilizado no setor de transportes, na produção de eletricidade, no cozimento e no aquecimento.

Segundo Pires (2008, p. 04):

A biomassa gasosa, mais conhecida por biogás tem origem nos efluentes agropecuários, da agroindústria

A biomassa pode ser caracterizada como a fonte de energia renovável com grande potencial de exploração, enquanto a tecnologia e inovação [...] proporcionam maior aproveitamento energético

e urbanos (lamas das estações de tratamento dos efluentes domésticos) e ainda nos aterros de RSU (Resíduos Sólidos Urbanos), resultando da degradação biológica da matéria orgânica contida nos nestes resíduos. Para o seu aproveitamento e dependendo da sua fonte (suinoculturas, RSU, lamas) são aplicadas diversas tecnologias, finalizando quase todos na queima do biogás para obtenção de calor ou para transformação em energia elétrica.

A biomassa pode ser caracterizada como a fonte de energia renovável com grande potencial de exploração, enquanto a tecnologia e inovação aplicadas nos processos de conversão energéticas proporcionam maior aproveitamento energético. A biomassa possui um ciclo completo de recomposição, pois o resíduo de sua utilização (CO_2) é o mesmo combustível que os organismos vegetais utilizam, juntamente com a água, para converter energia solar em energia química.

A Figura 1 demonstra como os tipos de biomassa mais comuns podem ser submetidos a processos de conversão energéticos diversos para gerar potencial energético ou bicomcombustível. Com esse diagrama é possível compreender que um mesmo tipo de biomassa tem capacidade de gerar vários tipos de combustíveis diferentes, conforme o processo ao qual é submetido, ou um mesmo combustível pode ser derivado do mesmo tipo de biomassa em processos de conversão energéticas totalmente diferentes.

Tem-se a perspectiva da geração de energia elétrica ecologicamente correta, economicamente viável e socialmente responsável com a utilização da biomassa sólida como combustível em processos de conversão energéticos

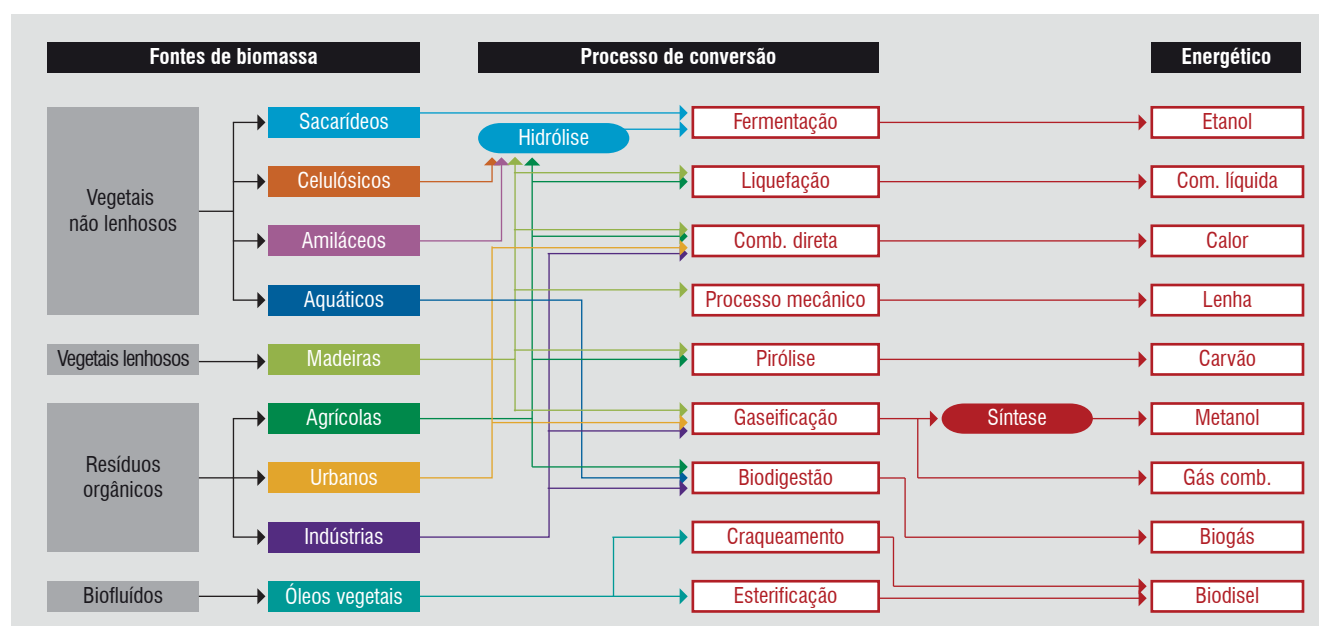


Figura 1
Diagrama dos processos de conversão energética da biomassa

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (2002).

de combustão direta de usinas termoeletricas, usinas que utilizam o calor (vapor de água) para produção de eletricidade.

USINA TERMOELÉTRICA: BIOMASSA VERSUS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

As usinas termoeletricas, térmicas ou caloríficas, são unidades geradoras de energia elétrica por meio de vapor de água obtido do aquecimento hídrico em uma caldeira por meio da combustão de combustíveis fósseis, renováveis ou da combinação de ambos (cocombustão). A queima do combustível aquece a água, depositada na caldeira por uma bomba de alimentação, que se transforma em vapor. Esse vapor se expande e, arrefecido depois de movimentar as turbinas, é direcionado a um condensador, no qual retoma seu estado líquido e por meio da bomba de alimentação recomeça o processo (ECOFYS, 2004). Esse circuito pode ser visualizado na Figura 2.

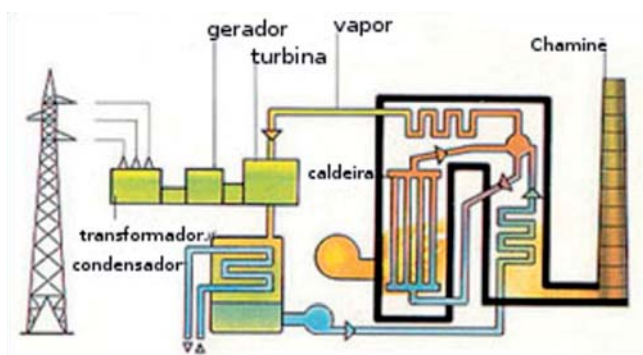


Figura 2
Usina térmica geradora de eletricidade

Fonte: Eletrobras (2011).

Para se alcançar eficiência na produção energética e minimizar o impacto da produção da usina calorífica, a Agência Nacional de Energia Elétrica (2002, p. 59) ressalta a importância da utilização de um sistema de cogeração assim conceituado:

Um sistema padrão de co-geração consiste de uma turbina a vapor ou de combustão (turbina a gás), que aciona um gerador de corrente elétrica, e um trocador de calor, que recupera o calor residual e (ou) gás de exaustão, para produzir água quente ou

vapor. Desse modo, gasta-se até 30% a menos de combustível do que seria necessário para produzir calor de geração e de processo separadamente e amplia-se a eficiência térmica do sistema, podendo atingir um índice de 90%.

As usinas termoeletricas podem ser movidas tanto por combustíveis fósseis (gás natural, derivados do petróleo e carvão mineral) quanto por biomassa. No caso da utilização dos combustíveis fósseis existem impactos socioambientais negativos, uma vez que eles liberam o dióxido de carbono, que contribui para o efeito estufa, e em alguns casos liberam outros gases poluentes, como o óxido de nitrogênio, durante a queima do gás natural. Também liberam o monóxido de carbono, óxidos de nitrogênio e enxofre quando os insumos produtivos são os derivados de petróleo, e contribuem para a acidez das chuvas quando utilizado o carvão mineral (BRASIL, 2005, p. 101-102).

Além das agressões à saúde pela ação dos resíduos pós-queima – a poluição atmosférica, o aumento do efeito estufa e a contribuição para formação de chuvas ácidas –, o combustível fóssil não é autossustentável, pois não é renovável e quanto maior a sua utilização, menor o estoque para suprir as necessidades humanas crescentes. Esse debate oscila sempre que são anunciadas novas descobertas de reservas de petróleo, particularmente em águas oceânicas profundas, como no caso das áreas de pré-sal brasileiro.

A favor da biomassa, entretanto, tem-se que todos os tipos de biomassa podem ser insumos de usinas térmicas, pois:

O calor pode ser produzido usando todas as fontes de biomassa nos estados sólido, líquido e gasoso. Enquanto a quantidade de calor produzido depende apenas do poder calorífico do combustível, as condições básicas necessárias para a combustão completa com baixas emissões diferem para diferentes estados de agregação. (ECOFYS, 2004, p. 2.36).

A utilização da biomassa em usinas caloríficas mostra-se como a opção viável eco-socioeconomicamente, pois este tipo de insumo é renovável. Desde que respeitada a capacidade de suporte do recurso utilizado, a emissão de

A utilização do capim-elefante como insumo para usinas térmicas é uma alternativa promissora para a inovação na produção de energia elétrica

gases que contribuem para o efeito estufa é mínima, e compensada pelo ciclo de carbono efetuado pela cultura (vegetal). E o insumo pode ser obtido da utilização de resíduos, como é o caso do bagaço da cana-de-açúcar (BRASIL, 2005, p. 101-102).

CAPIM-ELEFANTE: ALTERNATIVA ENERGÉTICA EM USINAS TERMOELÉTRICAS

O capim-elefante (*Pennisetum purpureum*) pertence à família *Graminae* e foi introduzido no Brasil nos anos 1920 com o intuito de servir de alimentação para gado em razão do seu grande teor calórico (SANT'ANA, 2009).

Lopes (2004, p. 3-4) o descreve como:

[...] uma gramínea perene, de hábito de crescimento cespitoso, atingindo de 3 a 5 metros de altura com colmos eretos dispostos em touceira aberta ou não, os quais são preenchidos por um parênquima suculento, chegando a 2 cm de diâmetro, com entrenós de até 20 cm. Possui rizomas curtos, folhas com inserções alternas, de coloração verde escura ou clara, que podem ser pubescentes ou não, chegando a alcançar 10 cm de largura e 110 cm de comprimento. As folhas apresentam nervura central larga e brancacenta, bainha lanosa, invaginante, fina e estriada, lígula curta, brancacenta e ciliada. Sua inflorescência é uma panícula primária e terminal, sedosa e contraída, ou seja, com ráculos espiciformes em forma de espiga, podendo ser solitária ou aparecendo em conjunto no mesmo

colmo. A panícula tem, em média, 15 cm de comprimento, formada por espiguetas envolvidas por um tufo de cerdas de tamanhos desiguais e de coloração amarelada ou púrpura. Apresenta abundante lançamento de perfilhos aéreos e basilares, podendo formar densas touceiras, apesar de não cobrirem totalmente o solo.

A utilização do capim-elefante como insumo para usinas térmicas é uma alternativa promissora para a inovação na produção de energia elétrica, uma vez que possui crescimento rápido, podendo ser colhido de duas a quatro vezes por ano. Tem grande eficiência na absorção de gás carbônico (CO₂) contribuindo também com o processo de controle da poluição atmosférica (SANT'ANA, 2009).

A biomassa derivada do capim-elefante possui inúmeras vantagens sobre outras que também são utilizadas como insumo em termoeletricas. Dentre os benefícios do capim elefante pode-se observar a "maior produtividade, menor extensão de áreas para produção, menor ciclo produtivo [...], possibilidade de mecanização total, energia renovável e maior assimilação de carbono." (SANT'ANA, 2009, n.p.).

Além desses benefícios, o capim elefante possui teor em fibras com alto potencial produtivo, podendo ser utilizado não só em termoeletricas, mas também na produção de carvão vegetal. Em comparação ao eucalipto, por exemplo, a gramínea possui maior rapidez de crescimento, uma vez que o eucalipto possui tempo médio de maturação em torno de sete anos. O capim está pronto para colheita de quatro a cinco meses após o plantio.

O capim elefante verde contém 80% de água e não seca no meio ambiente, como o eucalipto, porque se

A biomassa derivada do capim-elefante possui inúmeras vantagens sobre outras que também são utilizadas como insumo em termoeletricas

for amontoado pode apodrecer. Sua secagem exige que seja cortado em pedacinhos e o uso de algum tipo de energia. Além disso, a compactação é indispensável para a armazenagem e o transporte, diante do grande volume do pasto seco. Por essas razões, a indústria de cerâmica aparece como o setor inicial que impulsionará o novo insumo energético. Suas fábricas médias demandam menos de 100 hectares cultivados nas proximidades, dispensando o transporte e compactação, e podem usar o capim diretamente em substituição à lenha ou ao gás natural. Outras atividades que apenas precisam de calor ou vapor também poderão aderir a essa alternativa em breve e assim contribuir de forma indireta e marcante para preservação ambiental no planeta (SANT'ANA, 2009, n.p.).

Dessa forma, o capim-elefante coloca-se como eficiente matéria-prima, tanto ambiental quanto economicamente, e pode ser empregada em usina de produção de energia elétrica por meio de processos de combustão.

Por ter grande porte, produz muita massa, desta forma, é a variedade mais energética de capim. É renovável com rápido crescimento, baixo custo e alta produtividade. A queima do capim elefante gera cerca de 5% de gás carbono, mas as plantas em crescimento absorvem toda essa porcentagem por meio da fotossíntese, tornando a espécie a mais adequada na geração limpa de energia (BISPO, 2010, p. 03).

SYKUÉ BIOENERGYA: ENERGIA DO CAPIM-ELEFANTE NO OESTE BAIANO

A biomassa de capim-elefante já esta sendo explorada com grande sucesso no oeste baiano. A empresa Sykué Bioenergia, em associação ao grupo sucroalcooleiro e energético Dedini – com sede em Piracicaba, estado de São Paulo –, localiza-se a cerca de 120 km do município de São Desidério. Trata-se de usina termoelétrica que utiliza a biomassa proveniente da gramínea como insumo em seus processos. Tem como objetivo principal a geração de energia limpa e segura, além do plantio do capim-elefante.

A Sykué Bioenergia é inovadora, pois é a única empresa no Brasil a adaptar o procedimento convencional utilizado em

uma usina calorífica para explorar o potencial desta promissora fonte que é o capim-elefante, “Com capacidade para gerar 30mw por hora, quantidade suficiente para atender a uma cidade de 30 mil habitantes.” (BISPO, 2010, p. 03).

Segundo informações recolhidas no primeiro semestre de 2011, a empresa inovou em seu insumo produtivo e manteve as estruturas de uma termoelétrica convencional. A empresa gera e comercializa energia elétrica, utilizando a rede de transmissão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba). Destina a energia para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, e seu principal cliente é uma rede de supermercados do centro-sul do Brasil.

Em comparação a outras culturas destinadas à produção de energia elétrica, o capim-elefante tem vantagens produtivas, pois enquanto a cana-de-açúcar necessita de pelo menos um ano para a primeira colheita e o eucalipto atinge idade de corte em aproximadamente sete anos, o capim-elefante atinge maturação produtiva com seis meses de plantio, gerando duas colheitas ao ano (BISPO, 2010). Além disso, segundo informações da empresa de bioenergia do oeste baiano, enquanto o eucalipto e a cana-de-açúcar necessitam de replantio após sete e cinco anos, respectivamente, o capim-elefante pode produzir por duas décadas antes da necessidade de replantio das áreas.

Além de produzir duas vezes ao ano, o capim-elefante possui elevado valor calórico, que contribui à produção de grande quantidade de calor em sua combustão. Assim,

Enquanto o eucalipto e a cana-de-açúcar necessitam de replantio após sete e cinco anos, respectivamente, o capim-elefante pode produzir por duas décadas

o balanço do ciclo de carbono entre o absorvido nos estágios iniciais do plantio e o emitido na queima dentro da usina termoeleétrica é positivo para o meio ambiente.

Conforme Salgado (2010):

[...] cada hectare plantado com a gramínea gera, em média, 40 toneladas de biomassa seca que pode virar energia. Com o mesmo hectare plantado de cana-de-açúcar, obtêm-se entre 15 e 20 toneladas de biomassa. Já da mesma área plantada com eucalipto derivam entre 10 e 15 toneladas de massa seca.

Mas para tornar a comparação mais palpável, tente imaginar uma medida de calor gerada por essa biomassa. Assim, aquele mesmo hectare plantado de capim-elefante é capaz de aquecer a 40°C água suficiente para que uma pessoa tome cinco banhos com oito minutos de duração cada um. Com a cana, o número cai para três banhos, enquanto que o eucalipto daria para apenas duas chuveiradas de oito minutos. O capim-elefante também está à frente no tempo de espera até a colheita. Após seis meses do plantio, ele já está pronto para ser colhido e a retirada da planta pode ser feita até duas vezes por ano. A cana-de-açúcar precisa de pelo menos um ano para a primeira colheita, enquanto que o eucalipto demora cerca de sete anos para alcançar um bom tamanho para o corte. Mas a competição fica empatada quando se trata de 'quem é mais verde'. As três plantas são excelentes fontes de energia renovável, a diferença está no fato de o capim-elefante ser o mais produtivo.

A Sikué Bioenergia construirá, em São Desidério, mais três usinas termoeletricas que utilizarão o capim-elefante como combustível. A escolha do município baiano deu-se em razão de alguns aspectos: área plana, clima e solo favoráveis ao cultivo e a localização na Região Nordeste do Brasil. O nome da empresa (Sikué) é de origem indígena *nheengatu* e significa "vida", revelando nos seus processos produtivos a responsabilidade social. Nesse sentido, a empresa mantém programas de melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores e de produção de energia totalmente limpa, seja por meio do ciclo de carbono, que ajuda a evitar o agravamento do efeito estufa, seja em seu processo de reutilização da água para o resfriamento da unidade.

O capim-elefante firma-se como alternativa à geração de energia limpa. Já existem estudos desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para a produção de etanol com base no bagaço desta gramínea, ampliando suas possibilidades energéticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escassez de combustíveis fósseis e a preocupação em atender à demanda energética e por processos menos agressivos ao meio ambiente reafirmam as bioenergias como fontes de energia limpas e seguras. A bioenergia é proveniente de materiais orgânicos de origem animal e vegetal, produzida com utilização da biomassa, de origem sólida, líquida ou gasosa. Em particular, a biomassa sólida é muito utilizada como insumo em termoeletricas.

Ainda que as biomassas mais utilizadas em usinas térmicas sejam o bagaço da cana-de-açúcar e o eucalipto, o capim-elefante mostra-se mais eficiente para este fim, em virtude de sua produtividade por hectare, da economia no cultivo e do seu tempo de produção e quantidade de colheita por ano. Além de possuir elevada capacidade de sequestro de carbono e vida útil maior que outras matérias-primas.

A viabilidade produtiva da atividade foi comprovada pela empresa Sykué Bioenergia, que produz energia de forma limpa, segura e em grande escala, atendendo a estabelecimentos comerciais. A empresa, situada em São Desidério, no oeste baiano, qualifica-se como inovadora, uma vez que, em uma mesma estrutura operacional, saiu do convencional com um insumo diferencial. Consegue, dessa forma, elevar sua competitividade pela eficiência da produção de energia elétrica em uma usina térmica.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Atlas de energia elétrica do Brasil*. Brasília: ANEEL, 2002.

BCSD PORTUGUAL. *Biocombustíveis: resumo temático/ energia e clima*. Disponível em: <<http://www.wbcsd.org/web/publications/Biofuels-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2011.

BISPO, J. São Desidério é sede da primeira termelétrica do Brasil movida à biomassa. *Jornal São Desidério*, n.1, p. 3, fev. 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Consumo sustentável*: manual de educação. Brasília: Consumers International; MMA; MEC; IDEC, 2005. 160 p.

ECOFYS. *Bioenergia*: manual sobre tecnologias, projetos e instalações, jan. 2004. Disponível em: <<http://www.moretti.agrarias.ufpr.br/>>. Acesso em: 2 ago. 2011.

ELETOBRAS. Disponível em: <<http://www.eletobras.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

KRETZER J.; MEDEIROS, N.; TAVARES P. V. Economia neoschumpeteria: expoentes evolucionários e desafios endógenos da indústria brasileira. *Ensaio*. Uberlândia (MG), v. 19, n. 3, dez. 2005.

LOPES, B. A. *O capim-elefante*. (2004). Disponível em: <<http://www.forragicultura.com.br/>>. Acesso em: 1 ago. 2011.

PACHECO, F. Energias renováveis: breves conceitos. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n. 149, p. 4-11, out. 2006.

PETROBRÁS. *Biocombustíveis*: 50 perguntas e respostas sobre este novo mercado. Disponível em: <<http://ceragro.iica.int>>. Acesso em: 4 ago. 2011.

PIRES, R. M. Biomassa. *Revista Jovem Socialista*, Bragança (Portugal), n. 460, 2008. Disponível em: <http://www.portal.juventudesocialista.org/documentos/JS_460.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2011.

SALGADO, R. (2010). *O capim que gera energia*. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/>>. Acesso em: 7 ago. 2011.

SANT'ANA, J. A. A. (2009). *Capim-elefante*: fonte energética alternativa. Disponível em: <<http://www.gestaouniversitaria.com.br>>. Acesso em: 30 jul. 2011, n.p.

Breve discussão sobre a sutileza hegemônica das políticas públicas

Debora Bittencourt Santos Ferreira*
Gepherson Macêdo Espínola**

Este texto traz reflexões sobre o realce das políticas públicas nas sociedades contemporâneas com base em uma análise crítica sobre o papel que tais medidas desempenham nessas sociedades. Nessa trajetória, as políticas públicas são relacionadas, para além de sua compreensão recorrentemente difundida, ao exercício de poder do Estado. Para fundamentar as discussões, este trabalho assenta-se sobre os debates em torno do conceito de hegemonia, bem como sobre abordagens de autores que se opõem à análise superficial/funcional do papel desempenhado pelo Estado e pelas políticas públicas na sociedade.

No primeiro momento será explorada a concepção de Estado no sistema capitalista, como garantidor das condições necessárias para a reprodução e acumulação do capital, devendo assegurar políticas sociais que atendam às necessidades mais amplas da sociedade como forma de negociação da conquista e exercício de poder com os dominados, não apresentando apenas uma forma de imposição, baseado na lógica do conceito de hegemonia de Gramsci.

* Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). dede.bittencourt@gmail.com

** Mestrando em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). gepherson@hotmail.com



Posteriormente, será feita uma revisão de literatura que aborda os conceitos e perspectivas das políticas públicas, levando em consideração a relevância da análise do cenário da sociedade e do momento histórico que as concebeu, além do jogo de interesses dos atores sociais envolvidos na tomada de decisão.

Partir-se-á do entendimento de que as políticas públicas são diretrizes recorrentemente adotadas nas sociedades democráticas contemporâneas para enfrentar problemas entendidos como coletivamente relevantes, cujo papel é intermediar conflitos sociais a fim de permitir a sobrevivência e a manutenção da sociedade capitalista – atacar o problema, mas não o sistema que o causa, descartando o uso da coerção como possibilidade de mediação. A sua dimensão pública é dada pelo seu caráter imperativo, já que as decisões e ações preconizadas por tais políticas são revestidas da autoridade do poder público.

A HEGEMONIA NA TEORIA E NA PRÁTICA

A Reforma do Estado a partir da crise de 1970 delineia no cenário mundial transformações no tocante ao modelo estatal redefinindo concepções e dimensões nas relações entre Estado, mercado e sociedade. Modificações essas determinantes nas esferas política, econômica e social que incidem diretamente na produção e reprodução da vida social.

A Reforma do Estado [...] delineia no cenário mundial transformações no tocante ao modelo estatal redefinindo concepções e dimensões nas relações entre Estado, mercado e sociedade

Os anos 1970 foram marcados por um esgotamento do ideário keynesiano/fordista, entrando em colapso o modelo expansionista dos anos dourados. O que estava por vir desembocaria em consequências acentuadas nos fenômenos hodiernos, resultados da relação estrutural conflituosa entre capital e trabalho. A estratégia de retomada do controle social e a recuperação dos níveis de acumulação incorporam dois elementos que constituem o capitalismo contemporâneo: a reestruturação produtiva e a globalização financeira (BALANCO; PINTO, 2008).

Nessa perspectiva, o novo processo de liberalização – desencadeado no século XX, com a assunção das práticas neoliberais – assume, assim, uma acuidade por demonstrar aspectos predominantes da grande transformação, não apenas na dimensão econômica, como também na arquitetura das relações sociais. Demonstram-se, contudo, suas consequências nas relações de trabalho, apresentando perdas significativas em termos de conquistas sociais, como a mercadorização dos bens antes públicos por meio das privatizações.

Chesnais (1998, p. 12) afirma que essas políticas são frutos do que chamou de mundialização financeira.

A 'mundialização financeira' designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotada inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados. A abertura, externa e interna, dos sistemas nacionais, anteriormente fechados e compartimentados, proporcionou a emergência de um espaço financeiro mundial.

Tal compreensão do significado da financerização e sua mundialização são imprescindíveis para entender a hegemonia financeira e suas implicações na esfera capital/trabalho aliado ao receituário neoliberal. A liberdade financeira não contou apenas com a participação de agentes na busca de maior rentabilidade por meio de múltiplos produtos financeiros, mas também do Estado, fundamental expoente na adoção de políticas restritivas,

O Estado [...] assume a função de colaborador no complexo jogo da especulação para o desenvolvimento e manutenção da dinâmica financeira atual, mediante seu reducionismo e perda de sua autonomia

principalmente no que tange as conquistas sociais e trabalhistas, assumindo uma postura dominante frente aos aspectos financeiros, sobretudo especulativos.

Quanto à reestruturação produtiva verifica-se a preponderância do capital diante do trabalho exercendo um papel fundamental na regulação neoliberal e no plano estrutural da produção com base no surgimento de novas formas de organização industrial, de gestão de trabalho, padrões de automação informatizada e desconcentração espacial da produção. Como corolários podem ser destacados a desregulamentação dos direitos trabalhistas, precarização e terceirização da força de trabalho, desigualdades salariais, destruição dos sindicatos classistas (BALANCO; PINTO, 2008).

A doutrina neoliberal conduz a uma afirmação da hegemonia do mercado sobre as diretrizes do Estado, o que, no entanto, em sua forma material, as relações internas do modo de produção distribuem-se tomando por base uma lógica na qual predomina o capital especulativo. O Estado, em contrapartida, assume a função de colaborador no complexo jogo da especulação para o desenvolvimento e manutenção da dinâmica financeira atual, mediante seu reducionismo e perda de sua autonomia por adotar a lógica baseada na renda dos juros.

Compreendendo a concepção teórica clássica marxiana, o Estado estrutura-se como um organismo dirigido com leis e mecanismos que correspondem aos interesses

dominantes na sociedade, ou seja, o Estado é visto como a forma de dominação de uma classe sobre toda a esfera societal, classe esta que possui o poder econômico e converte-se em classe politicamente dominante. "O poder é visto e discutido por Marx como algo a ser contrastado, pois é ele responsável pela coerência de um sistema que dá suporte para o continuísmo da exploração de uma classe pela outra." (BITTAR, 2008, p. 235).

O Estado para Gramsci segue o mesmo princípio da formulação marxiana, de forma mais ampla e rica, abordando sua gênese nas relações econômicas para a produção e reprodução da sociedade. Esse espaço caracteriza-se, sobretudo, por se tratar do lócus onde a classe dirigente exerce e justifica sua dominação com consentimento dos governados. Para o autor, a concepção de Estado é articulada com a noção de hegemonia, que não se traduz apenas na força econômica e militar, mas procede de uma constante luta pelo consenso no conjunto da sociedade, correspondendo ao comando cultural e ideológico de uma classe sobre as demais.

Na teoria ampliada, o Estado é compreendido em dupla dimensão – sociedade civil e política –, não existindo uma separação orgânica entre elas. Uma estrutura econômica, para Gramsci, não é satisfatória para manter-se por si mesma, requer instrumento político-jurídico, superestruturas capazes de apropriar a sociedade civil ao modo dominante de realizar o econômico. "O Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que o Estado 'queira' fazer isto, isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica." (GRAMSCI, 1999, p. 323-324).

A manutenção da dominação pressupõe negociação, compromisso, renúncias por parte dos dirigentes que pretendem sua perpetuação, sendo necessário um atendimento e cuidado com demandas mínimas com intuito de sua preservação. É, desse modo, no âmbito da sociedade civil que se efetivam as relações de hegemonia que atrelam as classes subalternas à classe dominante.

Vale ressaltar que também é na sociedade civil que podem brotar espaços organizativos de luta contra-hegemônica. Nesse sentido, a guerra de posição contra-hegemônica

traduz-se na criação de um bloco histórico, formado pelos grupos subalternos motivados por intelectuais para a transformação da sociedade. O conceito de bloco histórico representa um eixo central para o entendimento do conceito de mudança social.

Referenciando-se na concepção de hegemonia em Gramsci, Luciano Gruppi defende que o marxista italiano apresenta este conceito em toda a sua amplitude, ou seja, “como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer.” (GRUPPI, 1978, p. 3).

Nesse sentido, Gruppi (1978) destaca que a hegemonia só é realizável se a dominação da classe dirigente se dá também na esfera da superestrutura, sendo ela uma liderança cultural e ideológica capaz de produzir consenso e adesão à sua política. Não basta a ação coercitiva se o objetivo é um domínio por completo, um domínio hegemônico.

Para Pedrão (2009, p. 90):

Em síntese, pode-se dizer que a hegemonia depende de uma progressão dos meios materiais de dominação, assim como dos fundamentos ideológicos da vida social, em que estão as religiões e as crenças populares, ao lado dos elementos de ideologia dados pela situação concreta de classe. O manejo de imagens,

A guerra de posição contra-hegemônica traduz-se na criação de um bloco histórico, formado pelos grupos subalternos motivados por intelectuais para a transformação da sociedade

A conquista da hegemonia neoliberal mascara os antagonismos de classe com base em sua dominação ideológica, como a exemplo da elaboração da opinião pública

ao mesmo tempo simplificadas e elaboradas, dos governantes ou de líderes empresariais, com a simbologia da infalibilidade do poder, criadas pela mídia, alimenta a capacidade dos integrantes do bloco de poder de se perpetuarem individualmente no poder e de criarem mecanismos sucessórios de base familiar. A continuidade desse bloco de poder depende desses mecanismos de controle de comunicação, que se tornam instrumentos efetivos de controle do aparelho de Estado.

Desse modo, percebem-se na narrativa neoliberal instrumentos de dominação baseados na produção de ideias e valores capazes de legitimar a supremacia do mercado como garantidor de justiça, igualdade e liberdade. A conquista da hegemonia neoliberal mascara os antagonismos de classe com base em sua dominação ideológica, como a exemplo da elaboração da opinião pública. Assim, a hegemonia pode ser entendida como a capacidade de direção intelectual e moral que um grupo exerce sobre o outro, sendo o Estado, neste contexto, a personificação dos interesses da classe dirigente.

POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTO DE PERPETUAÇÃO DA HEGEMONIA DO ESTADO MODERNO

O estabelecimento de políticas públicas vem ganhando visibilidade e tem trazido à pauta de discussões temáticas ligadas ao papel do Estado, notadamente a relação entre Estado, sociedade, economia e política, aumentando o interesse por estudos teóricos e empíricos que se dedicam à tais análises.

Esse campo de estudo encontra-se permeado por diversas apreciações que privilegiam o aspecto meramente técnico e funcionalista, desconsiderando a complexidade das relações sociais que envolvem interesses econômicos, políticos e ideológicos. Fato que é justificado por alguns pela recente formação dessa área de conhecimento, e por outros como forma de ocultação da realidade.

A crescente implementação de políticas públicas e de instrumentos para a sua análise não pode prescindir de estudos que considerem as reais intenções estabelecidas pelos governos ao adotá-las, nem dos interesses que são colocados em voga. Nesse sentido faz-se necessário percebê-las tomando-se por base o crivo crítico. Este trabalho procurará considerá-las pelo seu caráter político, que possibilita, por meio da disseminação da hegemonia, a manutenção da classe dominante fielmente representada pelo Estado.

Políticas públicas: um breve recorte histórico e conceitual

Do ponto de vista histórico pode-se afirmar que ainda que os principais países capitalistas europeus tenham sido os pioneiros a se debruçado sobre estudos referentes ao papel do Estado na sociedade, foram os cientistas políticos norte-americanos que inauguraram esse campo de conhecimento e adotaram essa prática (DI GIOVANNI, 2009).

Conforme Souza (2006), na Europa, os estudos sobre políticas públicas foram originados com base nos desdobramentos das teorias que tentavam explicar o papel do Estado e do governo, enquanto principal instituição daquele, no estabelecimento de tais políticas. Já nos Estados Unidos essas análises afastavam da função do Estado e ocupavam-se exclusivamente das ações do governo.

De acordo com Di Giovanni (2009), nota-se que os norte-americanos separaram a política (*politics*) enquanto ação humana voltada para a obtenção e manutenção dos recursos imprescindíveis para o exercício do poder (SECCHI, 2010) – que envolve conflitos, representações, partidos e eleições – das políticas públicas (*public policies*)

– que se reportam às ações, medidas, decisões e orientações apoiadas em práticas, aproximando-se, por conseguinte, da administração (gestão). Enquanto na Europa o estudo das políticas públicas sempre foi considerado um campo de conhecimento da Ciência Política, uma subárea desta, ainda que sua autonomização só tenha ocorrido a partir da década de 1980.

No Brasil, o debate a respeito das políticas públicas, bem como o estímulo incisivo para sua confecção, remonta à década de 1990 frente à propagação do receituário neoliberal e da influência de organismos internacionais que estimulavam a adoção de medidas para amenizar os efeitos negativos da mundialização de mercados, da privatização, da liberalização e da desregulamentação financeira, que intensificaram os problemas sociais, dada a escassez de investimentos econômicos e sociais.

Conforme Mendonça (2003), o incentivo à adoção de políticas públicas no Brasil, especialmente as de combate à pobreza, não pode ser entendido de modo dissociado das políticas de cunho neoliberal. Para ele, esse apoio, cuja primeira impressão é auxiliar os desvalidos, explica-se, na verdade, pela intencionalidade de colocar o país no circuito do capital internacional.

De modo semelhante, Höfling (2001) diz que as políticas sociais emergem em razão de reivindicações ou de necessidades de funcionamento do próprio capitalismo que objetivam controlar os membros das classes subalternas que não estão inseridos no processo produtivo

No Brasil, o debate a respeito das políticas públicas [...] remonta à década de 1990 frente à propagação do receituário neoliberal e da influência de organismos internacionais

via políticas e programas sociais – o Estado a serviço da manutenção dos interesses da classe hegemônica.

Por outro lado, Diógenes e Resende (2007) informam que a emergência da temática “políticas públicas” no Brasil associa-se às explicações referentes ao atraso do país e aos elevados índices de desigualdade social, responsabilizando a ineficiência e ineficácia das medidas (políticas públicas) historicamente praticadas – dado o alto dispêndio financeiro e o baixo retorno – pela situação econômica e social.

Souza (2006) e Di Giovanni (2009), baseados em esquemas analíticos diferentes, comungam opinião semelhante quanto à visibilidade, a emergência e a relevância das políticas públicas nas sociedades capitalistas contemporâneas. Ambos enfatizam fatores macroeconômicos, marcados pela adoção de políticas keynesianas ampliando a intervenção e o caráter regulador do Estado nos aspectos econômico e social; fatores geopolíticos, marcados pela criação do Estado de Bem-Estar Social enquanto medida de proteção contra os efeitos da política neoliberal; fatores políticos, o Estado foi compelido a responder as demandas da sociedade; e fatores de natureza sociocultural, marcado pela cobrança ao Estado, pautada em direitos.

Desconhece-se um conceito de políticas públicas aceito universalmente, consensual, único. Uma vez que elas não se limitam à resolução de problemas, como uns pretendem, antes são manifestações do embate entre ideias e interesses que, muitas vezes, camuflam os conflitos que permeiam a sociedade e manifestam as intenções do governo – caráter hegemônico – em um determinado momento histórico.

Para Di Giovanni (2009), as políticas públicas são formas contemporâneas de exercício de poder nas sociedades democráticas, resultantes da complexa ligação entre Estado e sociedade e sujeitas às transformações históricas. Souza (2006) diz que a definição assume um caráter holístico em que interações, interesses, ideologias e instituições devem ser levadas em conta. Já para Höfling (2001), as políticas públicas significam a implantação do projeto de governo com ações determinadas para certos setores específicos da sociedade.

Políticas públicas: a sutileza da hegemonia

Nos tempos atuais observa-se que para a implantação de projetos de governo hegemônico os Estados modernos desenvolvidos e os ditos democráticos têm feito uso recorrente da formulação e execução de programas, projetos e ações direcionados principalmente às classes sociais subalternas.

Para que e para quem servem de fato essas políticas públicas? Por que adotá-las? Quais interesses estão em jogo? Essas questões são fundamentais para auxiliar na compreensão da propagação dessas medidas para além de seu aspecto funcionalista, institucional e burocrático – extrapolar a aparência em que se manifestam e revelar as complexas relações sociais que lhes permeiam.

Nessa análise adota-se a concepção gramsciniana de que o Estado extrapola a função de detentor do poder e da coerção física constituindo-se também de instâncias que organizam a vida social e disseminam formas de pensar, ideologias e modos de perceber o mundo. A hegemonia manifesta-se como direção política, moral e cultural, não se restringindo apenas aos aspectos econômicos e políticos.

A suposta neutralidade do Estado diante da disputa do poder entre as classes sociais é colocada em xeque com base no reconhecimento de que as classes dominantes estão fortemente representadas no aparelho estatal e detêm o poder de decisão (GRUPPI, 1978). Tal concepção desloca-se naturalmente das explicações que concebem o Estado como campo neutro e livre de disputas de grupos de interesses, bem como daquelas que negam as condições historicamente determinadas.

A hegemonia manifesta-se como direção política, moral e cultural, não se restringindo apenas aos aspectos econômicos e políticos

Nesse contexto, ao exercer o papel de promotor, estimulador, impulsionador e protetor das classes dirigidas, via elaboração de políticas públicas, o Estado, enquanto representante dos interesses da classe predominante, patrocina, na verdade, a legitimação da ordem vigente e a repressão de todo e qualquer movimento que reivindique e/ou questione o *status quo*, arrefecendo tensões.

A adoção de políticas públicas reflete os jogos de poder que são delineados no interior da sociedade, em que a sociedade civil e a sociedade política são partes interessadas. Pautada nessa lógica, Rua (1998) defende que as políticas públicas assumam o papel de intermediar os conflitos para permitir a sobrevivência e a reprodução da sociedade capitalista, de modo pacífico, sem lançar mão da coerção.

Pode-se inferir, desse modo, que o estabelecimento de tais ações reflete a preservação das condições políticas e econômicas capitalistas, sob a aparência da promoção e estímulo ao bem-estar de toda a população. Ou seja, as políticas públicas seriam um mecanismo de amenização das relações conflituosas que reproduz, de modo discreto, sutil e não perceptível, para muitos, a dominação e a hegemonia de uma classe sobre as outras.

De outro modo, mas nessa linha de raciocínio, Diógenes e Resende (2007, p. 5) afirmam que “as políticas públicas atuais inscrevem-se no interior de um tipo especial de Estado, são formas específicas de intervenções oficiais da classe dominante e/ou frações dela com vistas a manter o capitalismo rentista transnacional em pleno vigor.”

A adoção de políticas públicas reflete os jogos de poder que são delineados no interior da sociedade, em que a sociedade civil e a sociedade política são partes interessadas

Diógenes e Resende (2007) chamam atenção para a influência de organismos internacionais a serviço do capital no estabelecimento de tais políticas, bem como sobre a propagação do pensamento da ineficiência e ineficácia do Estado para dirimir problemas sociais, ratificando o pensamento da corrente ideológica que procura minimizá-lo para manter a dominação da lógica de mercado (do capital).

Ao propor medidas e ações, o Estado afasta-se da concepção que lhe restringe apenas ao papel de planejar e executar as políticas públicas, ganhando relevância no estabelecimento e formulação das mesmas.

A centralidade atual do estado no estabelecimento de políticas públicas é consequência de alguns fatores: 1) a elaboração de políticas públicas é uma das razões centrais do Estado moderno; 2) o estado detém o monopólio do uso da força legítima e isso lhe dá uma superioridade objetiva com relação a outros atores; 3) o Estado moderno controla grande parte dos recursos nacionais e, por isso, consegue elaborar políticas robustas temporal e espacialmente. (SECCHI, 2010, p. 04).

Reconhecer que programas, projetos e ações são formulados tomando-se por base distintas intencionalidades e influências é pressuposto fundamental para melhor compreendê-los. Também não se pode perder de vista que no interior do Estado estão presentes interesses antagônicos, cujo predomínio é daqueles que defendem a acumulação do capital. Daí se infere que nenhuma medida adotada pelo Estado será neutra, tampouco se limitará à finalidade aparente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a proeminência das políticas públicas nas sociedades contemporâneas tem uma associação direta com a necessidade de atendimento das demandas do capital, frente à mundialização e financeirização da economia capitalista e o prosseguimento do receituário neoliberal.

O Estado, compreendido como lócus da classe hegemônica, formula políticas públicas como instrumentos eficientes de intervenção na sociedade, a fim de validar a ordem vigente. Intervenção essa ancorada na hegemonia

da classe dominante, que exerce um papel singular, de forma sutil e não coercitiva, na realização e dispersão da compreensão da vida social, ressignificando ideias e valores que permitem, na verdade, escamotear a contradição inerente à lógica capitalista via consenso.

Sob essa lógica, entende-se que as políticas sociais têm caráter funcionalista e compensatório, cuja finalidade é gerar harmonia social, obstruir insatisfações e possibilitar a produção e circulação, validando argutamente interesses.

REFERÊNCIAS

- BALANCO, Paulo A. F.; PINTO, Eduardo C. Crise e capitalismo contemporâneo: a questão das saídas "internas" e "externas". In: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA, 5 REGIÃO. *Reflexões de economistas baianos 2007/2008*. Salvador: Corecon, 2008.
- BITTAR, Eduardo C. B. *Curso de filosofia política*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- DI GIOVANNI, Geraldo. *As estruturas elementares das políticas públicas*. Campinas, SP: NEEP, 2009. (Caderno de pesquisa, 82).
- CHESNAIS, François (Coord.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- DIÓGENES, Elione Maria N.; RESENDE, Fernanda M. de P. Estado, classes sociais e políticas públicas. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luis. *Anais...* São Luis: UFMA, ago. 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 7-80. (Cadernos do Cárcere, v. 1).
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- HÖFLING, Heloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos de Educação*, Campinas: CEDES, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.
- MENDONÇA, Eduardo Luiz de. Reflexões críticas sobre a pobreza e sua mensuração no Brasil dos anos 1990. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003.
- PEDRÃO, Fernando C. A produção social de hegemonia: conservação e atualização de poder no bloco histórico. In: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA, 5 REGIÃO. *Reflexões de economistas baianos 2007/2008*. Salvador: Corecon, 2008.
- _____. *Economia, política e poder - na periferia globalizada*. Salvador: JusPodivm, 2009.
- RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria (Org.). *O Estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*. Porto Alegre: v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

Determinantes da presença de público no campeonato baiano de futebol: uma abordagem econométrica

Leandro do Prado Ribeiro*
Rondinaldo Silva das Almas**

A observação de aspectos relacionados à demanda pelos mais variados tipos de bens e serviços não constitui nenhuma novidade dentro do campo da Economia, haja vista já terem sido objeto de análise por vários teóricos ao longo de 200 anos de teoria econômica. No campo esportivo, em particular, a investigação dos motivos que conduzem os consumidores a presenciarem espetáculos esportivos também não se apresenta como um fato insólito.

Diversos são os estudos que enfocam a demanda do público pelas várias disputas na área esportiva, desde a mais exercitada em todo o mundo, o futebol, até aquelas que são praticadas em locais mais específicos, a exemplo do críquete. Uma abordagem bastante presente na literatura econômica que contempla o campo esportivo aponta para uma equação de demanda representativa dos principais fatores (quer essencialmente econômicos, quer inerentes ao esporte em questão) que condicionam a presença de público.

* Doutorando em mestre pela Entomologia Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (USP/ESALQ). Economista graduado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). sagaz82@yahoo.com.br

** Doutorando em Planificação Territorial e Gestão Ambiental pela Universidade de Barcelona; mestre e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). rondinaldoalmas@gmail.com





Quando se versa sobre a literatura internacional no tocante à demanda por esportes – em especial o futebol, o mais popular deles –, é importante o estudo realizado por García e Rodríguez (2002). Os autores procuraram desenvolver uma análise tomando como objeto os jogos de futebol realizados dentro do território espanhol, mais especificamente as partidas da *Liga Nacional de Fútbol Profesional*. A estrutura do modelo envolveu a utilização de dados em painel para as temporadas 1992-1993 a 1995-1996, com uma amostra de 1.580 partidas, isto é, observações.

No caso da literatura esportiva brasileira, mais claramente no que diz respeito a pesquisas sobre a demanda por partidas de futebol, destacam-se os trabalhos de Villar (2007) e Souza (2004). A investigação deste foi realizada com base em dados de corte transversal, enquanto que a daquele se alicerçou na metodologia de dados em painel; ambos tomaram como objeto de pesquisa os jogos do Campeonato Brasileiro de Futebol Masculino, respectivamente, as temporadas de 2003 a 2006 e 2002.

Com o escopo de tornar efetivo um melhor conhecimento sobre o comportamento dos consumidores das partidas de futebol na Bahia, o estudo contido neste trabalho, através do emprego dos conceitos próprios da Economia nos assuntos do citado esporte, pode contribuir no fornecimento de respostas de cunho prático e objetivo às demandas do futebol baiano.

Ao lado do carnaval, o futebol é considerado uma das duas maiores paixões nacionais, e no estado da Bahia, isso não é diferente. Contudo, essa paixão do povo baiano pelas partidas de futebol não se efetiva na prática, ou seja, a fraca presença de público nos estádios da Bahia acaba por não coadunar com todo este interesse pelo futebol. Nesse sentido, partindo do estudo do campeonato estadual de futebol da Bahia, esta pesquisa busca apontar os fatores que influenciam a demanda por jogos do Campeonato Baiano de Futebol.

Segundo dados coletados no sítio da Federação Baiana de Futebol (FBF), excetuando-se o ano de 2006, em que a equipe do Colo-Colo de Futebol e Regatas consagrou-se campeã, desde 1970 até 2010 a dupla Bahia e Vitória conquistou os títulos de todos os campeonatos baianos

disputados. Assim, dada a hegemonia praticamente absoluta da referida dupla no cenário do futebol profissional no estado da Bahia, assume-se, por hipótese, que uma das principais motivações para a presença do público nos campos de futebol deste estado seja justamente a presença destas duas agremiações.

ASPECTOS TEÓRICOS

Conforme a teoria econômica neoclássica, a principal preocupação dos indivíduos é buscar a maximização do prazer que é propiciado pelo consumo dos mais diferentes bens e serviços. Jevons (1996) introduziu a discussão acerca da utilidade no processo de demandar bens e serviços por parte dos consumidores. Para isso, ele refutou a concepção da economia clássica – segundo a qual o valor dos diferentes produtos estava intimamente relacionado com a quantidade de trabalho necessário para a produção destes – lastreada na teoria do valor-trabalho. Jevons, ao contrário de seus antecessores clássicos, inicia uma argumentação em favor de que os bens são dotados de valor por ser úteis para os consumidores e, assim, estes os demandariam em decorrência dos benefícios que seriam capazes de lhes proporcionar.

Nesta concepção, a utilidade de determinado bem deve ser entendida como sua capacidade de gerar benefícios, vantagens, prazeres, felicidades, enfim, propiciar bem-estar ao seu proprietário. Outrossim, refere-se à propriedade que os diversos produtos têm de poupar o consumidor de males, sofrimentos e infelicidades. Para Menger (1983, p. 286), “utilidade é a aptidão que uma coisa tem para servir à satisfação de necessidades humanas,

O homem econômico atua de forma racional ao fazer comparações entre labores e deleites e ao se lançar no mercado em busca de consumo, tem duas noções prazer e sofrimento

constituindo, portanto (a utilidade reconhecida como tal), um pressuposto básico para que uma coisa seja um bem”.

Em apertada síntese, esta filosofia utilitarista, sustentáculo fundamental dos teóricos neoclássicos, advoga que o fim último de cada homem, em busca da felicidade, seria o de procurar bens que sejam capazes de lhe oferecer o nível máximo possível de utilidade. Assim, o homem econômico atua de forma racional ao fazer comparações entre labores e deleites e, desse modo, ao se lançar no mercado em busca de consumo, tem em sua mente essencialmente duas noções, a saber: prazer e sofrimento. Sobre este aspecto esclarece Jevons (1996, p. 69):

O prazer e o sofrimento são indiscutivelmente o objeto último do cálculo da Economia. Satisfazer ao máximo as nossas necessidades com o mínimo de esforço — obter o máximo do desejável à custa do mínimo indesejável —, ou, em outras palavras, *maximizar o prazer*, é o problema da Economia.

A principal preocupação dos indivíduos é buscar a maximização do prazer que é propiciado pelo consumo dos mais diferentes bens e serviços

Dentro do arcabouço teórico desenvolvido pelos vários escritores neoclássicos, cada agente econômico, notadamente cada pessoa física, passa a ser concebido como uma espécie de máquina de prazer, cujo alvo principal é a maximização de uma determinada função/utilidade individual. No âmbito futebolístico, os torcedores frequentam os estádios desejosos de que o clube de sua preferência possa sair vencedor do duelo e, assim, lhes fornecer um alto grau de satisfação. Eles procuram, também, afastar a dor do sofrimento consubstanciada num eventual fracasso de seu time predileto.

FORMULAÇÃO DO MODELO E ESCOLHA DAS VARIÁVEIS

Este trabalho visa estimar um modelo econométrico que seja capaz de explicar a dinâmica da demanda por futebol na Bahia. Para tanto, optou-se pela estrutura de dados do tipo corte transversal agrupado, o que permitiu elevar o tamanho da amostra. Assim, procurou-se formular um modelo de regressão múltiplo, agrupando os jogos dos campeonatos realizados nos anos de 2007 e 2009. Os coeficientes do modelo foram estimados através do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

De um universo composto por 282 jogos, envolvendo fases de classificação e finais, 122 compuseram a amostra do campeonato de 2007 e mais 64 a amostra do de 2009, perfazendo um total de 186 observações. As variáveis independentes foram divididas em cinco grupos: econômicas, de desempenho, de qualidade esperada, uma de escopo geográfico e outra de ordem temporal.

Sobre as variáveis econômicas, estas podem funcionar como óbices aos consumidores, dificultando sua presença nas praças esportivas. Dentre elas destacam-se o preço e a variação relativa na quantidade de empregados (admitidos – desligados). A variável preço está representada no modelo através do valor do preço médio (PRE), isto é, pela razão entre receita total de cada partida e o número de pagantes. Este cálculo foi concretizado via observação dos borderôs referentes a cada jogo disponíveis no sítio da FBF. Dada a inexistência de estudos anteriores, não é

possível especular se a variável preço denota uma relação direta ou inversamente proporcional com a demanda pelos jogos do campeonato baiano. Esta variável possibilitará o cálculo da elasticidade-preço da demanda.

Outra variável inserida no modelo é o emprego (VRE), mais precisamente a variação relativa do número de empregados nas cidades que sediaram os jogos contidos na amostra. Espera-se que esta variável apresente um coeficiente com sinal positivo, tendo em vista que a maioria dos municípios presentes na amostra teve uma variação positiva neste quesito. Um agente empregado possui, teoricamente, renda para adquirir ingressos para as partidas do campeonato. Para a variável VRE, a coleta de dados englobou os períodos de janeiro a maio dos anos de 2007 e 2009 (época de disputa dos campeonatos investigados), sendo realizada no sítio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

No tocante às variáveis da qualidade esperada dos jogos, foram introduzidas duas *dummies*. A primeira diz respeito ao comparecimento ou não do Bahia ou do Vitória (variável BV) nas partidas. Espera-se que a presença destas duas grandes locomotivas do campeonato baiano atraia um contingente maior de consumidores aos estádios, principalmente no interior do estado, onde é rara a presença de clubes das divisões principais do Campeonato Brasileiro ao longo do ano. Com efeito, nos jogos envolvendo o Bahia ou o Vitória, a variável BV assume o valor um¹. Já para os demais confrontos, que não contam com a presença de uma destas duas equipes, assume o valor zero.

A segunda variável de qualidade esperada diz respeito às duas últimas equipes mencionadas, com a ressalva de que agora se procura captar o poder atrativo do público desses times de forma concomitante, ou seja, a variável RIV denota a presença de Bahia e Vitória, ao mesmo tempo, em uma partida. A inclusão da variável RIV busca, também, captar a rivalidade existente entre as equipes, vez que esta se consubstancia na mais antiga e mesmo única grande rivalidade no cenário futebolístico baiano. Tanto para a variável BV quanto para a RIV, os dados

As variáveis independentes foram divididas em cinco grupos: econômicas, de desempenho, de qualidade esperada, uma de escopo geográfico e outra de ordem temporal

1 Para todas as variáveis binárias inseridas no modelo, o valor zero representa o chamado grupo base ou de referência, ou seja, aquele contra o qual as comparações são realizadas.

foram obtidos no *síte* da FBF, mais especificamente na tabela de jogos dos campeonatos de 2007 e 2009.

A variável binária G4 evidencia a posição das equipes na tabela no momento que antecede a partida computada na amostra. Esta variável assume o valor um quando o clube dono do mando de campo tiver, no mínimo, uma quantidade de pontos que seja igual ao quarto melhor colocado no campeonato na fase de classificação. Ressalte-se que as quatro agremiações mais bem colocadas na primeira fase conquistaram as vagas para o quadrangular final que decidiu o campeonato de 2007 e, no caso de 2009, habilitou-as para a disputa das semifinais. Se essas agremiações tiverem menos pontos que o quarto mais bem classificado, a variável G4 assume o valor zero. Espera-se que os jogos envolvendo as quatro principais equipes consigam atrair mais público para os estádios, primordialmente quando elas jogaram dentro de seus domínios.

É importante frisar que, para o campeonato de 2007 no seu quadrangular final, a variável G4 detém o valor um quando a equipe mandante estiver em primeiro lugar na tabela, caso contrário assume o valor zero. Já em 2009, o mesmo processo se dá nas fases final e semifinal, quando o time da casa estiver (valor um) ou não (valor zero) em vantagem no mata-mata.

A variável DIFSI diz respeito à diferença de pontos entre os times que compõem a partida em apreço antes de sua realização. Pugna-se que, quanto maior esta diferença, menos atrativa a partida apresenta-se para os consumidores, pois, quanto maior a amplitude de pontos entre as equipes, maior será o abismo da qualidade técnica

A variável DIFSI diz respeito à diferença de pontos entre os times que compõem a partida em apreço antes de sua realização

Municípios com maior contingente populacional possuem uma maior tendência a apresentar estatísticas de público mais elevadas

existente entre elas e, portanto, menor a demanda por ingressos para tal partida; trata-se de uma medida da qualidade relativa dos participantes do certame.

Ainda com relação aos elementos que colaboram para a qualidade esperada dos jogos, a variável ROD terá o papel de computar a elevação do interesse dos torcedores pelo campeonato no decorrer do tempo. Acredita-se que, com o afunilamento da competição, as partidas tendem a despertar cada vez mais o interesse dos consumidores, porque vai chegando o momento de decisão do torneio, tanto com relação à ponta da tabela quanto à chamada zona de rebaixamento.

Foi incluída no modelo, também, uma variável geográfica (POP). Esta terá o papel de avaliar se a quantidade de habitantes nos municípios que sediaram as partidas contribuiu para uma maior presença de espectadores nos jogos. Acredita-se que municípios com maior contingente populacional possuem uma maior tendência a apresentar estatísticas de público mais elevadas. De forma mais específica, a variável POP foi composta pela população estimada para os municípios em que os jogos foram realizados. Estimação esta efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e obtida no *síte* deste órgão.

A relevância do dia da semana está representada no modelo através da variável de escopo temporal DIA. O estudo de García e Rodríguez (2002) assinalou que o dia no qual os jogos são efetivamente disputados é um fator importante para explicar a demanda. Entretanto, em se tratando do estado da Bahia, devido à falta de trabalhos empíricos nesta área, não se tem uma noção da tendência que seguirá o coeficiente desta variável. Para os prélios efetuados no

meio da semana, DIA assume o valor zero, já para aqueles realizados nos finais de semana admite-se o número um.

Finalmente, cabe salientar que uma possível variável de caráter estrutural diz respeito à promoção *Sua nota é um show*. Nesta é disponibilizada certa quantidade de vagas nos estádios para os torcedores sem que estes sofram cobrança pecuniária, bastando que troquem notas fiscais por ingressos. Esta é uma parceria do governo do estado com a FBF, sendo uma forma de auxiliar financeiramente os clubes, notadamente aqueles sediados no interior do estado, e, também, um meio de educar os consumidores para que exijam cupom fiscal quando efetuam suas compras.

Esta variável de escopo estrutural foi excluída do modelo, vez que tal promoção faz com que o preço médio dos ingressos para cada partida sofra uma considerável redução, ou seja, seu possível efeito sobre a regredida já é captado pela variável PRE. Ademais, a presença simultânea destas duas variáveis na regressão acaba ocasionando problemas de alta colinearidade. Assim, optou-se pela inserção da variável PRE, tornando-se exequível a obtenção da elasticidade-preço da demanda.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As variáveis que compuseram o modelo apresentaram a seguinte disposição algébrica:

$$LN\text{PUB} = \beta_0 + \beta_1 LN\text{PRE} + \beta_2 VRE + \beta_3 BV + \beta_4 RIV + \beta_5 G4 + \beta_6 DIFS\text{I} + \beta_7 ROD + \beta_8 LN\text{POP} + \beta_9 DIA + \varepsilon_1$$

Em que:

LN_{PUB} = público pagante mais o oriundo do programa *Sua nota é um show*;

LN_{PRE} = preço médio dos ingressos para cada jogo;

VRE = variação relativa no emprego formal no município onde a partida é realizada;

BV = variável binária que denota a presença ou não de Bahia ou Vitória nas partidas;

RIV = variável *dummy* que evidencia a rivalidade entre as agremiações;

G4 = variável qualitativa que indica a presença ou não do clube mandante no grupo dos quatro primeiros

colocados, em termos de pontos, antes da realização de cada disputa;

DIFS_I = diferença de pontos entre os clubes antes da realização de cada jogo;

ROD = rodada da qual faz parte a partida em consideração;

LN_{POP} = quantidade de habitantes no município-sede de cada jogo;

DIA = *dummy* que demonstra a realização ou não de jogos nos finais de semana.

A síntese dos principais resultados obtidos com o modelo estimado pode ser vista na Tabela 1.

Tabela 1
Resultados da estimação da equação de demanda por futebol na Bahia

Variável	Coefficiente	Erro padrão	Estatística t	P> t valor
Constante	6,37348	0,4342718	14,68*	0,000
LNPRE	-0,1721995	0,0245637	-7,01*	0,000
VRE	0,0606831	0,0156514	3,88*	0,000
BV	0,7872307	0,1272891	6,18*	0,000
RIV	1,443269	0,1558096	9,26*	0,000
G4	0,2805198	0,1218634	2,30**	0,023
DIFS _I	-0,0189105	0,0069436	-2,72*	0,007
ROD	0,0135833	0,0058728	2,31**	0,022
LNPOP	0,114001	0,0393564	2,90*	0,004
DIA	0,0662779	0,1041921	0,64***	0,526

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da regressão estimada no software Stata/ME 11.0.

* Significativo ao nível de 1%.

** Significativo ao nível de 5%.

*** Não significativo.

Conforme os resultados apresentados na Tabela 1, a variável LNPRE apresentou significância ao nível de 1%. O valor do seu coeficiente estimado foi de -0,1721995, indicando que, quando o preço do ingresso eleva-se em 1%, a quantidade de público cai, em média, aproximadamente 0,17%. Este resultado aponta que a demanda pelos jogos do campeonato baiano é inelástica.

O parâmetro estimado da variável VRE apresentou-se significativo ao nível de 1%, bem como seu parâmetro estimado atingiu o valor de 0,0606831, ou seja, o aumento de um ponto percentual na variação relativa do número de empregados aumenta o público das partidas, em média, aproximadamente 6,1%.

Quanto à variável de desempenho DIFSI, o coeficiente demonstrou que, quando a diferença de pontos entre os clubes cresce 1%, o público reduz-se, em média, aproximadamente 2%

Com relação ao efeito da variável binária BV, a interpretação do resultado permite dizer que a diferença média de público entre as partidas envolvendo Bahia ou Vitória e as demais é de aproximadamente 79%. Quando se leva em consideração a presença simultânea de Bahia e Vitória numa partida (efeito captado pela *dummy* RIV), chega-se à conclusão de que a diferença média de público entre os BA-VIS e os demais jogos é de aproximadamente 144%.

Da mesma forma, o parâmetro estimado para a variável qualitativa G4 evidenciou uma relação positiva com a variável dependente. Assim, a diferença média de público entre os jogos cujos mandantes estão entre os quatro clubes com maior quantidade de pontos e as partidas cujas equipes da casa não se encontram entre os quatro maiores pontuadores é de aproximadamente 28%.

Quanto à variável de desempenho DIFSI, o seu coeficiente demonstrou que, quando a diferença de pontos entre os clubes cresce 1%, o público reduz-se, em média, aproximadamente 2%. Já o coeficiente estimado para a variável ROD atingiu a marca de 0,0135833 e, assim, pode-se dizer que a cada nova rodada realizada pelo campeonato baiano o público tende aumentar aproximadamente, em média, 1,4%.

A variável qualitativa de importância do dia do jogo apontou que a diferença média de público entre os jogos disputados nos finais de semana e os demais é de aproximadamente 6,63%. Ressalta-se que a variável DIA não foi significativa, de modo que esta interpretação não tem muito valor prático.

Finalmente, em relação à única variável geográfica inserida no modelo, LNPOP, tem-se que, quando o contingente populacional cresce em 1%, o público aumenta aproximadamente, em média, 0,11%.

Quanto ao grau de explicação atingido pelo modelo estimado, este pode ser considerado satisfatório, pois o coeficiente de determinação ajustado, $\bar{R}^2$, atingiu a marca de 0,506, ou seja, as variáveis regressoras conseguem explicar a presença do público nos jogos do campeonato baiano em 50,6%. A estatística F atingiu o valor de 22,05, denotando sua significância ao nível de 1% para nove graus de liberdade no numerador e 176 no denominador. Estes resultados gerais ratificam a validação da regressão estimada.

Foram analisadas, também, as violações de multicolinearidade e heteroscedasticidade, uma vez que estas podem conduzir à estimação de parâmetros ineficientes, comprometendo tanto os testes individuais, *t-student*, quanto a estatística F. Diante disso, foram utilizados o fator de inflação da variância (VIF) e os testes de White e Breusch-Pagan para detectar a presença destas violações.

O VIF evidencia “como a variância de um estimador se infla pela presença da multicolinearidade” (GUJARATI, 2000, p. 326). Nenhuma das variáveis explicativas apresentou uma relação colinear elevada (maior do que quatro), conforme pode ser verificado na Tabela 2.

Os quadros 1 e 2 explicitam, respectivamente, os resultados dos testes de White e Breusch-Pagan para o modelo

Tabela 2
Teste VIF

Variável	VIF
BV	2.00
LNPOP	1.88
DIFSI	1.59
ROD	1.53
G4	1.39
RIV	1.30
LNPRES	1.29
VRE	1.05
DIA	1.02
Média VIF	1.45

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da regressão estimada no software Stata/ME 11.0.

estimado. Tanto um como outro apontam para a possibilidade de se rejeitar a hipótese nula de que o modelo seja homoscedástico (valores P bastante diminutos). Não por acaso, a equação foi estimada na forma robusta, ou seja, partindo do princípio de que o modelo apresenta-se como heteroscedástico. Esta forma de estimação visa corrigir os erros não homoscedásticos. No tocante ao teste de White, foi realizado o teste ajustado, ou seja, aquele que considera todos os tipos de heteroscedasticidade e não apenas a multiplicativa.

White's special test statistic: 19.24925 Chi-sq(2) P-value = 6.6e-05

Quadro 1
Teste de White ajustado para detectar a presença de heteroscedasticidade

Fonte: Software Stata/ME 11.0 (2010).

No que concerne ao teste de Breusch-Pagan, ele foi efetivado fazendo uso de duas estatísticas, a saber: qui-quadrado e F. Seus resultados encontram-se dispostos no Quadro 2. Assim como no teste de White, o valor P foi muito pequeno, 0.0000 para a estatística qui-quadrado e 0.0003 para a estatística F.

Breusch -Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

chi-square statistic	F
Ho: Constant variance	Ho: Constant variance
Variables: fitted values of LNPNB	Variables: fitted values of LNPNB
chi2(1) = 41.92	F(1, 184) = 13.59
Prob> chi2 = 0.0000	Prob> F = 0.0003

Quadro 2
Teste de Breusch-Pagan para detectar a presença de heteroscedasticidade utilizando as estatísticas qui-quadrado e F

Fonte: Software Stata/ME 11.0 (2010).

Com relação à possibilidade da ocorrência de variáveis omitidas do modelo, foi utilizado o teste Reset de Ramsey². Tal teste evidenciou a existência de omissão, o que não chega a ser uma novidade, dado que a variável renda não foi inserida na análise devido à indisponibilidade de dados.

Portanto que transparece dos parágrafos acima, percebe-se facilmente que a hipótese formulada foi confirmada pelos

resultados da pesquisa. Ou seja, a presença dos dois maiores clubes de futebol do estado, Bahia e Vitória, é um dos principais motivadores para que os torcedores baianos compareçam aos estádios de futebol. Esta força que tais equipes têm de atrair público para os jogos do campeonato baiano foi captada pelo modelo devido à inserção das variáveis binárias BV e RIV, esta denotando a presença simultânea dos dois clubes numa partida e aquela evidenciando os jogos em que apenas um deles se faz presente.

Por sua vez, vale dizer que a dupla BA-VI constitui apenas um dos fatores que impulsionam os consumidores baianos aos campos de futebol, pois o modelo não se limita a estas variáveis de qualidade esperada, mas conta ainda com variáveis econômicas, de desempenho, uma geográfica e outra de viés temporal, sendo que, à exceção da variável DIA, todas as demais se mostram em nível de significância de, no máximo, 5%.

CONCLUSÃO

Este trabalho analisou a demanda por futebol na Bahia. De forma mais específica, a procura pelas partidas dos campeonatos baianos nos anos de 2007 e 2009. Os cinco grupos de variáveis analisadas influenciaram, em menor ou maior intensidade, a demanda pelas partidas. Constatou-se que o preço dos ingressos afetou de forma significativa a quantidade de espectadores presentes aos estádios. Todavia, pela magnitude do coeficiente da variável LNPRE, a demanda pelos jogos do campeonato estadual da Bahia mostrou-se inelástica. A outra variável econômica incluída no modelo (variação relativa no número de empregos formais) mostrou que é capaz de afetar a presença do público nos estádios. O seu parâmetro apresenta o sinal esperado, ou seja, uma variação positiva na quantidade relativa de empregos com carteira assinada remete a uma elevação da quantidade de público que frequenta os estádios.

Com relação às variáveis de qualidade esperada dos jogos, ambas (BV e RIV) denotaram ter um poder de atratividade sobre os consumidores. A variável RIV evidenciou que partidas envolvendo equipes rivais de uma mesma cidade originam uma sedução especial, quer pelo grau

2 Para obter mais detalhes sobre este teste, ver Gujarati (2000, p. 466).

de rivalidade histórica que norteia a disputa, quer por propiciar a presença, de forma concomitante, dos admiradores das duas agremiações aos jogos.

Situação semelhante ocorreu com a outra variável de qualidade esperada inserida no modelo, BV. No correr destes mais de 100 anos de campeonato baiano, e apesar de sofrerem a concorrência dos grandes clubes cariocas, estas duas grandes equipes do cenário futebolístico da Bahia ganharam torcedores no interior do estado, dado o duopólio que representam na conquista de títulos estaduais.

O surgimento de uma terceira ou mesmo de uma quarta força no cenário do futebol baiano seria importante no sentido de atrair mais torcedores para os estádios, pois poderia fazer frente à dupla BA-VI, haja vista que a variável RIV, como discorrido acima, mostrou-se bastante significativa como uma das que influenciam a demanda pelo futebol na Bahia.

Em termos microeconômicos, a emergência destas novas forças poderia não apenas fazer com que a quantidade demandada se elevasse, mas poderia induzir a um deslocamento da curva de demanda por futebol na Bahia. Ou seja, no longo prazo, faria com que a invasão dos clubes cariocas e paulistas diminuísse no estado, fortalecendo o futebol e os clubes locais.

A análise das variáveis de desempenho (G4 e DIFSI) apontou que ambas mostraram-se significativas no sentido de influenciar a variação da dependente (LNPUB). A partir disso, pode-se perceber que o nível de atratividade de uma partida do campeonato baiano está tanto relacionado com sua relevância para o acesso à(s) próxima(s) fase(s) e, como consequência, para a conquista do troféu, quanto à incerteza sobre o placar final da partida. Cumpre registrar, também, que estas duas variáveis não denotaram surpresas quanto aos sinais de seus coeficientes, já que ambos convergiram para os esperados.

A terceira variável de desempenho do modelo (ROD) também apresentou certo poder de influência sobre a dependente LNPUB, ou seja, a partir do momento em que o campeonato vai encaminhando-se para o seu final, os torcedores passam a conduzir mais suas atenções para ele.

O único fator geográfico indicado no modelo (LNPOP) apresentou um relacionamento significativo e positivo com o público presente aos jogos. Quanto maior a população do município onde se realizam jogos, maior também a demanda pela contemplação, ao vivo, das partidas. Nesse sentido, cumpre argumentar que vários municípios baianos detentores de populações acima de 100 mil habitantes não têm hodiernamente, ao menos, um representante na primeira divisão do campeonato estadual, a exemplo de Lauro de Freitas, Jequié, Teixeira de Freitas, Barreiras, Porto Seguro, Simões Filho e Paulo Afonso. Caso tais municípios estivessem devidamente representados na primeira divisão do futebol baiano, maiores seriam as chances de aumentar a procura pelos jogos na Bahia.

Cabe registrar ainda que a variável de escopo temporal incluída na pesquisa (DIA) não apresentou resultados significativos no sentido de afetar a demanda pelo futebol na Bahia. Este resultado serve para refutar a ótica do senso comum de que os jogos marcados para os finais de semana atraem mais público do que os realizados nas quartas ou quintas-feiras.

O futebol profissional no estado da Bahia se depara, não de hoje, com dificuldades financeiras, notadamente os clubes situados no interior do estado. Para estes, a ausência do programa *Sua Nota é Um Show* significa, muitas vezes, ter que pagar para jogar. Não é por acaso que a própria federação luta pela permanência desta promoção que, há vários anos, acompanha o estadual.

Uma elevação do número de espectadores nos campos tem consequências positivas não somente para os clubes, mas também para os próprios consumidores, pois mais torcedores nos estádios significa maior arrecadação para as agremiações que podem, por sua vez, investir somas mais robustas na contratação de jogadores com nível técnico mais elevado. Isso beneficia os consumidores que presenciam espetáculos dotados de melhor qualidade técnica. Igualmente pode permitir aos clubes a melhora da qualidade de suas instalações, fazendo com que os jogos do campeonato baiano tornem-se cada vez mais atrativos.

Assim, caso o município possua um clube forte, que se destaque no cenário não só baiano como também nacional, este estará sempre presente na mídia, podendo

servir como uma forma de divulgação das potencialidades econômicas da cidade no cenário nacional e de atração para investidores externos.

Esta pesquisa, por trabalhar com dados de corte transversal, e não com séries temporais nem com a modelagem de dados em painel, não tem como objetivo central realizar previsões acerca da demanda futura por futebol na Bahia. Também não visa buscar explicações sobre a procura por outras competições disputadas dentro dos limites geográficos do estado da Bahia, além do campeonato estadual da primeira divisão. Ademais, este trabalho não contempla todos os fatores que possam conduzir os consumidores a assistirem às partidas do campeonato baiano. Ele procura discorrer sobre alguns dos fatores determinantes para a presença do torcedor baiano nos estádios de futebol, evidenciando alguns já incluídos em outros trabalhos, bem como ressaltando outros que são peculiares ao futebol baiano.

Com relação a possíveis trabalhos futuros, podem-se sugerir pesquisas que enfoquem os aspectos determinantes da demanda por futebol nos demais estados da Federação. A escassez de estudos deste tipo nas esferas estaduais legitima esta proposta, pois atualmente os trabalhos já concluídos concentram-se basicamente no âmbito nacional, quase exclusivamente no campeonato brasileiro de futebol da primeira divisão.

REFERÊNCIAS

- CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED. *Perfil do município*. Disponível em: <http://perfildomunicipio.caged.gov.br/seleciona_uf_consulta.asp?uf=ba>. Acesso em: 16 out. 2010.
- FEDERAÇÃO BAIANA DE FUTEBOL - FBF. Disponível em: <<http://www.fbf.org.br/>>. Acesso em: 21 ago. 2010.
- GARCÍA, Jaume; RODRÍGUEZ, Plácido. The determinants of football match attendance revisited: empirical evidence from the Spanish football league. *Journal of Sports Economics*, Michigan, USA, v. 3, n. 1, p. 18-38, Feb. 2002.
- GUJARATI, Damodar N. *Econometria básica*. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Banco de dados*: cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 16 out. 2010.
- _____. *Banco de dados*: estados@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/index.php>>. Acesso em: 16 out. 2010.
- _____. *Contagem da população 2007*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/defaulttab.shtm>>. Acesso em: 16 out. 2010.
- _____. *Produto interno bruto dos municípios 2003-2007*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2003_2007/PIB_2003_2007.pdf>. Acesso em: 16 out. 2010.
- JEVONS, W. Stanley. *A teoria da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MENGER, Carl. *Princípios de economia política*. São Paulo: Victor Civita, 1983.
- SOUZA, Fábio Augusto Pera de. *Um estudo sobre a demanda por jogos de futebol nos estádios brasileiros*. 2004. 109 fls. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Boletim anual Caged*. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=568&Itemid=110>. Acesso em: 16 out. 2010.
- VILLAR, Rodrigo Berber. *Fatores determinantes para a presença de público no campeonato brasileiro de futebol entre 2003 e 2006*. 2007. 26 fls. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Macroeconomia e Finanças) – Faculdade de Economia e Administração, São Paulo, 2007.



Economia baiana cresce 1,4% no quarto trimestre e encerra 2011 com expansão de 2,0%

Carol Araújo Vieira*

Denis Veloso da Silva**

João Paulo Caetano Santos***

O Produto Interno Bruto (PIB) do estado da Bahia apresentou, no quarto trimestre de 2011, em comparação ao mesmo período do ano anterior, crescimento de 1,4%, segundo cálculos realizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Os destaques ficam por conta dos setores de Agropecuária e Serviços, com crescimento de 11,5% e 2,0%, respectivamente.

Quanto ao PIB nacional, tomando como base esse mesmo corte analítico, registrou também expansão de 1,4%. Foram fundamentais para tais resultados os desempenhos nos segmentos de Agropecuária e Serviços, que expandiram 8,4% e 1,4%, respectivamente, em relação ao quarto trimestre de 2010. O crescimento do PIB Brasil só não apresentou maior fôlego devido ao setor Industrial, que registrou retração de 0,4%, principalmente influenciado pelo desempenho de -3,1% da Indústria de Transformação, no quarto trimestre de 2011.

No mesmo período, o setor Industrial¹ baiano apresentou recuo de 3,4%, queda essa fortemente influenciada, sobretudo, pela Indústria de Transformação – paralisações técnicas para manutenção ao longo de 2011 – e pela retração na extrativa mineral. Dentre os quatro segmentos desse setor, três apresentaram queda, são eles: indústria de transformação 5,6%; produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (SIUP) 1,9% e extrativa mineral 9,3% (esse resultado se deve à queda na produção de gás natural). A única atividade a demonstrar crescimento no valor agregado (VA) é a da Construção Civil com 4,9%.

* Graduada de Economia pela Universidade Salvador (Unifacs). Estagiária da equipe de Contas Regionais da SEI. carolvieira@sei.ba.gov.br

** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Salvador (UCSal). Assessor técnico da equipe de Contas Regionais da SEI. dveloso@sei.ba.gov.br

*** Mestrando em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador de Contas Regionais da SEI. joaopaulo@sei.ba.gov.br

¹ Formado por: indústria de transformação, construção civil, produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana e extrativa mineral.

Tabela 1
Variação do quarto trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Bahia e Brasil – 2011 (%)

Atividades	Variação no 4º trimestre do ano em comparação ao igual período do ano anterior (%)	
	Bahia (1)	Brasil
Agropecuária	11,5	8,4
Indústria	-3,4	-0,4
Ind. transformação	-5,6	-3,1
SIUP	-1,9	3,0
Extrativa mineral	-9,3	3,8
Construção civil	4,9	3,1
Serviços	2,0	1,4
Comércio	1,3	1,3
Transportes	0,8	1,4
Alojamento e alimentação	1,9	nd
PIB	1,4	1,4

Fonte: SEI, IBGE (2011).

(1) Dados sujeitos a retificação.

As informações setoriais da Bahia e do Brasil, no quarto trimestre, podem ser observadas na Tabela 1.

No acumulado do ano, conforme pode-se verificar na Tabela 2, o PIB da Bahia registrou incremento de 2,0% em 2011. Fato esse corroborado pelo bom cenário da Agropecuária, 9,8%, em especial, a produção de grãos no oeste, e do setor de Serviços, 3,6%, que representam, concatenados, mais de 70% da estrutura produtiva de todo estado.

O setor Industrial apresentou taxas negativas durante os quatro trimestres de 2011 e, como resultado, implicou na queda 2,9% na atividade de transformação no acumulado do ano. Com maiores retrações tem-se: *Indústria de Transformação* 5,7% – corroborado por maior redução nos segmentos *Refino de petróleo e produção de álcool* – e *Extrativa Mineral* 2,3%.

Em 2011, o VA do setor de Serviços cresceu 3,6%, sendo impulsionado pelas atividades de Comércio 5,3%, Alojamento e Alimentação 4,3% e Transportes 4,9%. No entanto, vale ressaltar a inserção de outras atividades na composição do cálculo do setor de Serviços, como: *Administração Pública e Saúde/Educação*.

Tabela 2
Variação no acumulado do ano em comparação ao ano anterior – Bahia e Brasil – 2011 (%)

Atividades	Variação no acumulado do ano em comparação ao ano anterior (%)	
	Bahia (1)	Brasil
Agropecuária	9,8	3,9
Indústria	-2,9	1,6
Ind. transformação	-5,7	0,1
SIUP	-1,4	3,8
Extrativa mineral	-2,3	3,2
Construção civil	6,0	3,6
Serviços	3,6	2,7
Comércio	5,3	3,4
Transportes	4,9	2,8
Alojamento e alimentação	4,3	nd
Valor Adicionado	2,0	2,5
Imposto	1,5	4,3
PIB	2,0	2,7

Fonte: SEI, IBGE (2011).

(1) Dados sujeitos a retificação.

Em âmbito nacional, O PIB a preço de mercado apresenta crescimento de 2,7%. O valor adicionado a preços básicos cresceu 2,5% e os impostos sobre produtos, 4,3%. Das atividades que contribuem para a geração do VA, no acumulado do ano, o setor da Agropecuária foi o que apresentou o melhor desempenho. O volume cresceu 3,9%, seguido do setor de Serviços, com elevação de 2,7%. No setor Industrial observa-se uma ligeira recuperação, o que propiciou o fechamento do ano com tímida expansão de 1,6%.

Considerando-se o volume do VA da indústria, as maiores expansões ocorreram no *SIUP*, 3,8%, e na *Construção Civil*, 3,6%. Além disso, houve aumento de 3,2% no VA da *Extrativa Mineral*, seguida pela *Indústria de Transformação*, 0,1%.

No que se refere aos serviços, as atividades que compõem o setor registraram variações positivas, com destaque para *Comércio* e *Transportes*, com expansão de 3,4% e 2,8%, respectivamente, no acumulado do ano.

Voltando ao crescimento de 2,0% registrado no estado em 2011, cabe ressaltar que a economia baiana manteve a mesma tendência de expansão da economia brasileira,

conforme se pode ver no Gráfico 1. No que concerne à diferença de crescimento – 2,0% para a Bahia e 2,7% para o Brasil –, esta pode ser creditada quase que exclusivamente à forte desaceleração do setor industrial baiano, mais especificamente da *Indústria de Transformação*.

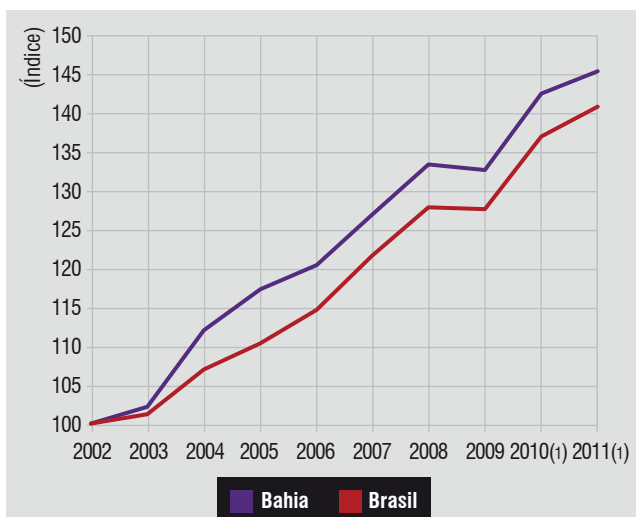


Gráfico 1
Evolução do PIB – Bahia e Brasil – 2002-2011

Fontes: SEI, IBGE.

(1) Dados sujeitos a retificação.

ANÁLISE SETORIAL

Agropecuária

A Agropecuária apresentou, no acumulado do ano de 2011, uma expansão de 9,8% em relação a 2010. Esse comportamento está relacionado ao ótimo desempenho das safras de um conjunto de produtos colhidos no ano. A produção física de 2011 bateu novo recorde e chegou à marca de 7,6 milhões toneladas de grãos, com uma variação de, aproximadamente, 13% em relação ao ano anterior. Além disso, outro fator que pode justificar essa taxa é a estimativa do aumento da área plantada em 4,8%.

Ainda segundo as informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2012), praticamente todas as lavouras da Bahia, excetuando-se as de feijão e milho com retrações de 23,9% e 5,3%, apresentaram crescimentos. Os destaques ficam por conta da variação da cultura do algodão, soja e cana-de-açúcar, com 58,6%, 12,9% e 11,5%, respectivamente, conforme a Tabela 3.

Tabela 3
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas
Bahia – jan.-dez. 2011/jan.-dez. 2010

Produtos/ safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2010 (1)	2011 (2)	Var. (%)	2010 (1)	2011 (2)	Var. (%)	2010 (1)	2011 (2)	Var. (%)	2010 (3)	2011 (3)	Var. (%)
Mandioca	3.211	3.359	4,6	262	472	80,0	262	261	-0,3	12.256	12.852	4,9
Cana-de-açúcar	5.869	6.543	11,5	97	115	18,7	97	100	3,2	60.663	65.529	8,0
Cacau	148	155	4,3	520	543	4,3	520	525	0,9	285	295	3,3
Café	153	160	4,4	152	168	10,8	152	155	1,9	1.008	1.033	2,4
Grãos	6.741	7.611	12,9	2.798	2.932	4,8	2.656	2.629	-1,0	2.538	2.895	14,1
Algodão	996	1.580	58,6	271	416	53,4	270	416	53,8	3.687	3.801	3,1
Feijão	316	241	-23,9	616	556	-9,7	560	424	-24,4	565	568	0,7
Milho	2.223	2.105	-5,3	810	806	-0,5	724	635	-12,3	3.070	3.312	7,9
Soja	3.113	3.515	12,9	1.017	1.046	2,8	1.017	1.046	2,8	3.060	3.360	9,8
Sorgo	92	171	85,6	85	109	28,5	84	109	28,6	1.092	1.575	44,3
Total	-	-	-	3.829	4.230	10,5	3.687	3.670	-0,5	-	-	-

Fonte: IBGE-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Pesquisa Agrícola Municipal / IBGE 2010.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra 2011 (dezembro/2011).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

Indústria

No tocante ao segmento industrial, conforme a Tabela 2, merece destaque o resultado alcançado pela *Construção Civil*, que apresenta expansão de 6,0% na produção de 2011, porém suas taxas sinalizam redução desde o fim de 2010, quando observado recuo tanto no número de empregos gerados – informações referentes ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) – quanto no consumo de cimento no estado. No quarto trimestre de 2011, a *Construção Civil* cresceu 4,9%, levando-se em conta que a comparação é feita com relação ao mesmo período do ano anterior.

De acordo com as informações do relatório da Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE), exibidas no Gráfico 2, verifica-se, no acumulado do ano, retrações significativas, sobretudo nos principais segmentos da atividade de transformação baiana, a exemplo da *metalurgia básica*, 10,7% (em função, principalmente da redução na fabricação de alumínio não ligado em formas brutas e de ouro em barras); do *refino de petróleo e álcool*, 9,6%, e de *produtos químicos*, 7,5% (ambas influenciadas pela queda na produção de óleo diesel e naftas para petroquímica, e ainda na produção de etileno não saturado, polipropileno e polietileno de alta e baixa densidade). E, por fim, retrações nos segmentos de *veículos*

automotores, 6,9%, e *celulose*, 1,1%. No caso desses segmentos, a retração pode ser associada à diminuição na demanda internacional, bem como aos desajustes causados pela crise financeira internacional.

Segundo dados divulgados pela SEI, a retração de 5,7% no VA da *Indústria de Transformação*, no ano, só não foi maior devido aos bons desempenhos das atividades: *Alimentos e Bebidas*, 7,7% – impulsionada principalmente pelos itens cervejas, chopes e refrigerantes –, *Minerais Não metálicos*, 5,1%, e *Borracha e Plástico*, 4,6%, conforme pode ser visualizado no Gráfico 2.

Serviços

Como é de costume, há de se dar destaque especial ao setor de Serviços, pois é o de maior representatividade no estado, mais de 60%. Sua taxa de crescimento em 2011 registrou alta de 3,6%, tendo como carro-chefe as atividades de *Comércio* – tradicionalmente uma das mais importantes para o crescimento e o desenvolvimento, pois, além de ser o principal elo entre a produção e o consumo, também é um dos setores da atividade econômica que mais gera empregos – e *Alojamento/Alimentação*, com crescimento, em relação ao ano anterior, de 5,3% e 4,3%, respectivamente.

De acordo com os dados divulgados pela Pesquisa Mensal do Comércio (2012), no acumulado de 2011, o comércio varejista baiano cresceu, no volume de vendas, 7,1%, evidenciando o fortalecimento da demanda interna. Ressaltam-se as maiores expansões para as atividades: *Livros, Jornais Revistas e Papelaria*, 18,2%; *Móveis e Eletrodomésticos*, 17,6%; *Artigos Farmacêuticos e Perfumaria*, 10,5%, e *Tecidos, Vestuário e Calçados*, 8,2%. Na composição do indicador do comércio varejista, apenas *Equipamentos para Materiais de Escritório* apresenta retração. No comércio ampliado, destaque para *Material de Construção*, com alta de 1,1%, e o pequeno recuo de 0,6% apresentado na atividade de *Veículos e Motos, Partes e Peças*, conforme Tabela 4.

Na tabela 05, segundo as informações do Caged (BOLETIM MENSAL DO CAGED, 2011), pode-se observar o comportamento do emprego formal no estado, o qual

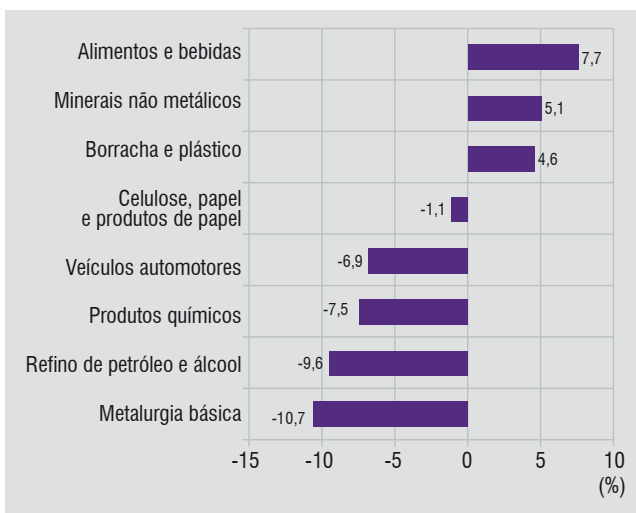


Gráfico 2
Produção física – evolução da indústria de transformação – Bahia – jan.-dez. 2011/jan.-dez. 2010

Fonte: IBGE–Pesquisa Industrial Mensal/Produção física.

Tabela 4
Indicadores de desempenho do comércio varejista baiano, segundo grupos de atividades
Bahia – jan.-dez. 2011

Atividades	Acumulado no ano de 2011 (1)
	Volume de vendas (2)
Comércio Varejista (3)	7,1
1 - Combustíveis e lubrificantes	6,5
2 - Hipermercados, supermercados, prods. aliment., bebidas e fumo	1,9
2.1 - Hipermercado e supermercado	1,8
3 - Tecidos, vestuário e calçados	8,2
4 - Móveis e eletrodomésticos	17,6
5 - Art. Farm.med.ort.e de perfum.	10,5
6 - Equip. mat. p/ esc.inf. comunicação	-27,5
7 - Livros, jornais, rev. e papelaria	18,2
8 - Outros art.de uso pess. e domest.	5,7
9 - Veículos e motos, partes e peças	-0,6
10 - Material de construção	1,1

Fonte: IBGE–Pesquisa Mensal do Comércio.

(1) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(2) Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.

(3) O Indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das ativ. numeradas de 1 a 8.

Tabela 5
Comportamento do emprego formal por setor de atividade econômica – Bahia – jan.-dez. 2011

Atividade econômica	Admitidos	Desligados	Saldo	Variação (%)
Serviços	311.009	274.562	36.447	5,71
Comércio	187.672	171.062	16.610	4,45
Construção civil	168.437	159.850	8.587	5,20
Indústria de transformação	97.272	91.587	5.685	2,52
Agropecuária	98.338	93.269	5.069	5,28
Serviços ind. de utilid. pública	6.832	5.267	1.565	8,84
Extrativa mineral	3.543	2.317	1.226	9,02
Administração pública	3.380	2.528	852	1,61
Total	876.483	800.442	76.041	4,8

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego–Caged. Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes.

Nota: A variação no estoque de empregos é obtida mediante a divisão da variação absoluta sobre o estoque do primeiro dia do mês. No acumulado do ano, a variação é medida para o conjunto de meses, comparando o estoque no início do período com o estoque final.

gerou, ao longo de 2011, um saldo total de 76 mil postos de trabalhos com carteira assinada². Com esse resultado, a Bahia figura-se em oitavo lugar no *ranking* nacional e em segundo em âmbito regional.

Ao fazer uma análise setorial das atividades econômicas, no acumulado do ano, o setor de Serviços figura em primeiro lugar com um saldo de 36 mil empregos, seguido por *Comércio* com quase 17 mil postos de trabalhos e *Construção Civil* com 8.587 vagas. A maior variação ficou por conta da *Extrativa Mineral* com 9%.

Comércio exterior

Em 2011, o estado registra o melhor saldo comercial da história do comércio exterior baiano, com um montante de US\$ 3,2 bilhões, sendo 49% superior ao ano de 2010. As exportações apresentaram um incremento de 24% em relação ao ano passado, ultrapassando a marca dos US\$ 11 bilhões. Cabe frisar que isso ocorreu mesmo com a crise financeira nas principais economias mundiais, além do câmbio desfavorável por um bom período do ano. Quanto às importações, elas apresentaram um ganho de, aproximadamente, 16% e seu ritmo de crescimento só foi reduzido a partir do segundo semestre do ano, devido ao desaquecimento da economia baiana.

Tabela 6
Balança comercial – Bahia – jan./dez. 2010/2011
(Valores em US\$ 1000 FOB)

Discriminação	2010	2011	Var. %
Exportações	8.886.017	11.016.299	23,97
Importações	6.705.937	7.767.257	15,83
Saldo	2.180.080	3.249.043	49,03
Corrente de comércio	15.591.955	18.783.556	20,47

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secex), dados coletados em 09/01/2012.

Elaboração: SEI.

Obs.: importações efetivas, dados preliminares.

No que tange à pauta de exportações dos principais segmentos baianos, conforme a Tabela 7, percebe-se que praticamente todos os segmentos apresentaram variações positivas. Destaques para *petróleo e derivados*,

² Ainda sem considerar as declarações fora do prazo referentes a dezembro.

papel e celulose, químicos e petroquímicos e soja e seus derivados, cuja representatividade é acima dos 60%.

Ao levar em consideração as maiores variações no ano de 2011 – em relação ao ano anterior – fica evidenciado o ganho do segmento de *algodão e seus subprodutos e minerais*. O algodão foi beneficiado principalmente pelo preço praticado no mercado internacional e pelo volume exportado, que foi de 316,3 mil toneladas e variação de 128,8%. Quanto ao setor *Mineral*, este apresenta uma receita de, aproximadamente, US\$ 167 milhões e uma extraordinária variação de 374%, contribuindo para o recorde em 2011.

O fato negativo fica por conta do setor *Automotivo* que registrou uma queda de 11,7% nas receitas de exportações. Esta queda foi reflexo de alguns fatores exógenos, a exemplo da valorização do Real ante o Dólar, da alta de

mais de 40% no preço do aço – um dos principais insumos da atividade – e da redução na demanda internacional por conta da crise na Europa. Esses fatores consistiram em inibidores para a expansão da atividade de produção de veículos, impactando diretamente no desempenho das exportações baianas e brasileiras.

No cenário de 2011, os maiores destinos das exportações baianas foram: Argentina com 13,25% de participação, seguida de perto pelos EUA com 13,21% e a China com 13,20%. Bom ressaltar que o gigante asiático vem perdendo posições desde 2009, quando ocupava a primeira posição no mercado como principal destino de produtos baianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira consolida sua posição de destaque na economia internacional, lembrando-se apenas que, no final de 2011, o Brasil superou o Reino Unido e passou a ocupar o posto de sexta maior economia mundial. No que diz respeito às previsões de crescimento do país para 2012, segundo a previsão do Boletim Focus – Banco Central do Brasil (2012), o PIB Brasil deverá crescer 3,3%.

O governo brasileiro ainda tem como prioridade para 2012 o crescimento do investimento em Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF). Grande parte desses investimentos será direcionada para projetos em energia, Programa Minha Casa, Minha Vida e para o setor de *Transportes* (mobilidade urbana, portos e aeroportos).

A inflação fechou o ano em 6,5% e, para 2012, a meta do governo é que fique em 4,5%, com tolerância de 2 p.p., segundo estimativas do boletim Focus. A taxa de desemprego atingiu o menor nível segundo o IBGE e, com esse ganho no trabalho formal, a renda do brasileiro também aumentou, passando o salário mínimo (S.M) de R\$ 545 para R\$ 622.

Diante desse cenário brasileiro e a despeito da crise econômica financeira internacional das principais economias da Europa, EUA e Japão, a economia baiana novamente apresentará uma taxa de crescimento do PIB seguindo a tendência nacional.

Tabela 7
Exportações baianas – principais segmentos
Bahia – jan./dez. 2010/2011

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2010	2011		
Petróleo e derivados	1.349.983	1.958.677	45,09	17,78
Papel e celulose	1.674.800	1.802.770	7,64	16,36
Químicos e petroquímicos	1.748.595	1.792.015	2,48	16,27
Soja e derivados	927.637	1.281.473	38,14	11,63
Metalúrgicos	649.419	891.007	37,20	8,09
Algodão e seus subprodutos	292.797	669.968	128,82	6,08
Automotivo	545.344	481.805	-11,65	4,37
Metais preciosos	304.406	412.396	35,48	3,74
Borracha e suas obras	223.645	318.097	42,23	2,89
Cacau e derivados	296.245	284.571	-3,94	2,58
Café e especiarias	133.587	187.268	40,18	1,70
Minerais	35.226	166.965	373,98	1,52
Frutas e suas preparações	132.398	140.391	6,04	1,27
Couros e peles	109.818	129.336	17,77	1,17
Sisal e derivados	65.346	85.470	30,80	0,78
Máqs., apars. e mat. elétricos	78.471	81.183	3,46	0,74
Calçados e suas partes	93.863	80.961	-13,75	0,73
Fumo e derivados	26.332	31.554	19,83	0,29
Móveis e semelhantes	13.130	15.132	15,25	0,14
Demais segmentos	184.977	205.261	10,97	1,86
Total	8.886.017	11.016.299	23,97	100,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secex, dados coletados em 09/01/2012.

Elaboração: SEI.

A perspectiva para a economia baiana, no que tange à previsão da safra de grãos em 2012, apresenta em seus principais produtos agrícolas – algodão e soja – retração de 0,6%, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2012) de janeiro. Entretanto, isso não deve comprometer o ótimo momento da agricultura, pois a estimativa da produção física para 2012 das culturas de feijão e milho garantirá uma safra recorde de grãos, próxima a 7,9 milhões de toneladas, um ganho de 4% na sua produção física.

No que concerne à *Indústria de Transformação* baiana, a expectativa é de que ocorra uma ligeira recuperação no desempenho na comparação com 2011. Essa recuperação está associada a dois fatores: o primeiro é o estatístico, o qual propiciará que taxas positivas em 2012 consistam, quase que necessariamente, em crescimento na comparação com 2011; o segundo é a possibilidade de recuperação das principais economias mundiais, sobretudo as da Europa e, principalmente, dos Estados Unidos. Outra perspectiva positiva vem do segmento da *Construção Civil*, o qual deve lograr resultados mais expressivos em decorrência do aumento das obras de infraestrutura do PAC, das concessões e dos investimentos para a Copa de 2014.

O desempenho do setor de *Serviços*, em linha com o dinamismo do mercado interno, refletirá na ocorrência de bons resultados para o aquecimento da economia local, tendo em vista o menor índice de desemprego registrado no estado, o aumento da renda da população e uma redução na taxa de inflação para 2012.

Em suma, com esse panorama do Brasil e as boas perspectivas para a Bahia – continuidade dos programas sociais de transferência de renda, reajuste do salário mínimo e impactos da concretização de investimentos públicos e privados –, a estimativa elaborada pela equipe de Contas Regionais da SEI para o ano de 2012 é de viés de alta em torno de 3,7%, revelando a recuperação do PIB do estado.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Focus*: relatório de mercado. Brasília: BCB, fev. 2012. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20120203.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

BOLETIM MENSAL DO CAGED, Salvador: SEI, set. 2011. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rele_CAGED_set11.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2012.

BOLETIM DO COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, set. 2011. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_set_2011.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2012.

BOLETIM REGIONAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília: BCB, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2012/01/br201201c2p.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. *A economia brasileira no 4º trimestre de 2011*: visão geral. Rio de Janeiro: IBGE, out./dez. 2011. 23 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val_201104comentarios.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2012.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Brasília: MDIC/SECEX. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Brasília: MTE/CAGED. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL PRODUÇÃO FÍSICA – REGIONAL. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 9 fev. 2012.

PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

Uma política de fomento à internacionalização da Bahia

Arthur Souza Cruz

Pós-graduado em Economia pela Universidade Salvador (Unifacs); graduado em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnico especialista em Comércio Exterior da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). arthurcruz@sei.ba.gov.br



A intensa globalização econômica, que tem na constante adoção de novas tecnologias e na intensificação dos investimentos e do comércio internacional seus pilares fundamentais, impõe para países e regiões a necessidade de aumentar suas relações econômicas com o mundo. Este fato, ao tempo que representa uma possibilidade de geração de riqueza, via estabelecimento de novos negócios, também traz consigo novas exigências de competitividade, impondo padrões produtivos mais apurados.

No atual contexto econômico, o restabelecimento da competitividade do produto nacional não tem soluções fáceis e vai além do câmbio, exigindo estratégias que levem em conta as mudanças expressivas no panorama global nos últimos anos, em especial a ascensão da China, com uma produção de manufaturados ultracompetitivos e um apetite voraz por *commodities*. Conceber e desenvolver os produtos localmente, produzindo eventualmente em outros países, é uma estratégia importante, que não significa abdicar da fabricação local principalmente de produtos em que detemos vantagens competitivas incontestes.

Uma das muitas vantagens de se engajar no comércio exterior é estar sob permanente teste de estresse em competitividade: quem não é capaz de exportar pode acabar sofrendo as consequências das importações. Nesse contexto, a internacionalização deve ser vista como um meio essencial para o aumento da competitividade internacional das empresas, promovendo o desenvolvimento dos países e regiões, facilitando a reestruturação econômica e o acesso a recursos e mercados.

A Bahia, para aproveitar as oportunidades que surgem e se inserir plenamente no contexto econômico mundial, precisa combinar a agressividade comercial com o atendimento a rígidos padrões de qualidade, de modo a atender aos requisitos dos mercados mais exigentes em nível global.

Na busca de alternativas para viabilizar a inserção da Bahia no padrão de desenvolvimento nacional e mundial, a opção pela internacionalização deve ser uma saída estratégica.

O Nordeste e, por conseguinte, a Bahia continuam apresentando boa competitividade, pouca integração interna, frágil articulação e grave insuficiência de escala empresarial. Esses fatores dificultam a vinda de investimentos para a região, que necessita adotar uma postura ativa no âmbito comercial e na atração de investimentos.

Por sua vez, o apoio às exportações tornou-se, nos últimos anos, um dos principais objetivos da política econômica do governo federal, em virtude da importância da expansão das vendas externas para compatibilizar as metas de crescimento econômico e do equilíbrio externo. As recentes medidas na política industrial e de comércio exterior atestam a amplitude dos esforços feitos para remontar, em bases compatíveis com as lições da experiência internacional e do próprio Brasil, mecanismos voltados para incentivar o desenvolvimento das exportações, aumentar a competitividade da indústria e ampliar a defesa comercial do país.

O ativismo dos governos estaduais no campo das políticas de atração de investimentos e de incentivo à ampliação da capacidade produtiva não encontra paralelo na área de exportações. De fato, como as exportações não pagam ICMS, o uso dos mecanismos de financiamento com recursos do ICMS a ser gerado ou de diferimento do imposto torna-se tanto menos viável quanto maior o coeficiente de exportação do empreendimento. Além disso, a prioridade à exportação sempre foi identificada pelos estados como um assunto da União e, a partir da Constituição de 1988 principalmente, como uma ameaça às suas finanças.

Na Bahia, que se destaca por uma atuação incisiva na área de atração de investimentos, os mecanismos de apoio

não contemplam, senão marginalmente, a exportação. A rigor, o único programa estadual que incluía algum mecanismo de apoio às exportações, o Programa de Incentivo ao Comércio Exterior (Procomex), que previa o financiamento de exportações voltado para novas indústrias que destinassem sua produção para o exterior com uso intensivo de mão de obra, foi extinto em 2001¹.

As iniciativas estaduais de apoio às exportações, embora positivas, podem ser consideradas incipientes. Há um baixo grau de articulação entre as políticas para atrair investimentos e aquelas voltadas para a exportação. O estado não tem mecanismos autônomos de apoio às exportações de suas empresas – o financiamento é seguramente uma das carências básicas – e as iniciativas de órgãos locais de apoio ao comércio exterior não parecem articuladas.

Resultado até dessa ausência de apoio institucional é a pouca abertura da economia baiana ao exterior. Atualmente, a Bahia exporta aproximadamente 10% do seu PIB e poderia dobrar essa participação (a Coreia exporta cerca de 35% do PIB). Já as importações do estado representam 7,5% do PIB, e aqui vale lembrar que, diferentemente do que se pensa, o incremento às importações também dinamiza a economia e internaliza ganhos para a população, com a ampliação da oferta de bens, e para as empresas, com o aumento da produtividade, via importação de matérias-primas, máquinas e equipamentos.

Enquanto isso, a participação das exportações baianas no total das exportações brasileiras decaiu nos últimos anos, passando de 5,5% em 1980 para 4,3% em 2011, abaixo de estados com economias menores que a baiana como Espírito Santo, Mato Grosso e Pará.

Neste sentido, é preciso fortalecer e ampliar a inserção da Bahia nos fluxos internacionais de comércio e investimento. Para tanto, é necessário direcionar a produção baiana para uma maior especialização naqueles produtos com nítidas vantagens comparativas naturais ou que possam ser criadas. Setores como os de fruticultura, celulose, grãos, minérios, químico, metal-mecânico e outros da agroindústria possuem grande competitividade externa, mesmo com os atuais problemas que afligem nossas exportações como câmbio, juros e infraestrutura. Uma ênfase na internacionalização da economia baiana exigirá das empresas estaduais uma postura agressiva na busca de oportunidades de mercado, uma abertura maior para a associação com

empresas internacionais e a identificação dos canais mais adequados para a geração de fluxos de comércio internacional. É importante sublinhar que uma política econômica que detenha a valorização do Real aparece também como um condicionante importante para viabilizar essa maior inserção. O binômio câmbio-juros precisa atuar a favor da política industrial.

Além da dinamização do seu desempenho exportador, a Bahia poderá, beneficiando-se das novas condições de infraestrutura e logística – essenciais para inserir o estado nas grandes rotas do comércio –, bem como de sua localização, buscar colocar-se também como portão de entrada de produtos no Brasil, passando a importar diretamente aqueles atualmente internalizados por outras unidades da Federação e consumidos dentro do próprio estado ou nas suas imediações. É bom salientar que isso pode ser viabilizado sem incentivos predatórios às importações, em um ambiente de competição saudável.

É necessário que os esforços na promoção de investimentos e comércio no estado sejam feitos de forma coordenada, envolvendo desde o início as instituições que atuam nesse processo. Em muitos países em desenvolvimento, os esforços de atração de investimentos fracassam em função do baixo grau de coordenação entre as instituições governamentais ou da sua fragilidade institucional, que se traduz em uma autonomia insuficiente para que possam desempenhar adequadamente as funções que lhes são atribuídas.

A criação de uma agência de promoção de comércio e investimento com legitimidade institucional e orçamento compatível com sua importância estratégica é a fórmula mais exequível de viabilizar uma política coordenada de internacionalização da economia estadual. Iniciativas do governo federal e de alguns estados vão nesta direção, tendo como objetivos desenvolver e coordenar as ações de promoção comercial e de investimentos; harmonizar informações e oportunidades nacionais e regionais; direcionar investimentos para áreas estratégicas e operar para a inclusão das médias e pequenas empresas no comércio internacional, através de programas de cooperação e facilitação de negócios.

O fomento à internacionalização da Bahia, além de estabelecer linhas de intervenção que, em paralelo ao processo de agregação local de valor e adensamento da matriz econômica, fortalecem e ampliam a inserção da Bahia nos fluxos internacionais de comércio e investimento, revela-se como um alinhamento necessário a uma política já estabelecida no âmbito do governo federal, fundamental para o processo de aumento da competitividade da economia do estado.

¹ Com a Lei 7.980 de 12/12/2001, que instituiu o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve), foi revogada a Lei nº 7.024, de 23/01/1997 que criou o Procomex.

Complexo Metal-Mecânico espera investimentos de R\$ 4,2 bilhões até 2013

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Os investimentos industriais que estão previstos para o estado da Bahia até o ano de 2013 devem somar R\$ 41,8 bilhões. Espera-se que sejam implantadas e/ou ampliadas 362 empresas de diversos setores, com a geração de algo em torno de 60 mil empregos diretos.

No território do Sertão do São Francisco, estão previstas inversões de aproximadamente R\$ 9,3 bilhões, oriundos da instalação de parques eólicos para geração de energia. Destaca-se também o território Metropolitano de Salvador, em que é esperado um volume de aproximadamente R\$ 8,8 bilhões, alocados em 169 projetos.

Por complexo de atividade, destaca-se o Químico-Petroquímico, com volume de R\$ 6,2 bilhões, o que envolve a intenção de implantação de 90 empreendimentos no estado até 2013. No Complexo Mineral e Beneficiamento, o volume previsto, também expressivo, chega a aproximadamente R\$ 5,4 bilhões, a partir de nove projetos de empresas com decisão de investimento. No Complexo Metal-Mecânico, os investimentos devem alcançar um volume de R\$ 4,2 bilhões, a partir de 42 projetos. Neste complexo, destacam-se as previsões de

ampliação da produção de uma grande empresa do setor e a implantação da fabricante de veículos automotores Jac Motors, que irá investir cerca de R\$ 1,4 bilhão na construção de uma unidade industrial no município de Camaçari, para produção de carros.

Vale destacar também o Complexo Outros, com inversões previstas que chegam a R\$ 23,5 bilhões, destacando-se a área de energia, mais precisamente a geração de energia eólica e produção de gás natural. A pretensão é implantar vários parques eólicos e pequenas hidrelétricas espalhados por diversos municípios do estado.

O Governo do Estado da Bahia, através do Programa Desenvolve, vem implementando uma política de atração de investimentos industriais via concessão de incentivos fiscais, que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política cria uma nova dinâmica para o setor industrial baiano, com a diversificação da sua matriz industrial, trazendo, conseqüentemente, benefícios para a economia. A ação governamental para desenvolver a indústria baiana vem ocorrendo desde 2002, com a implementação de programas de incentivos especiais.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com

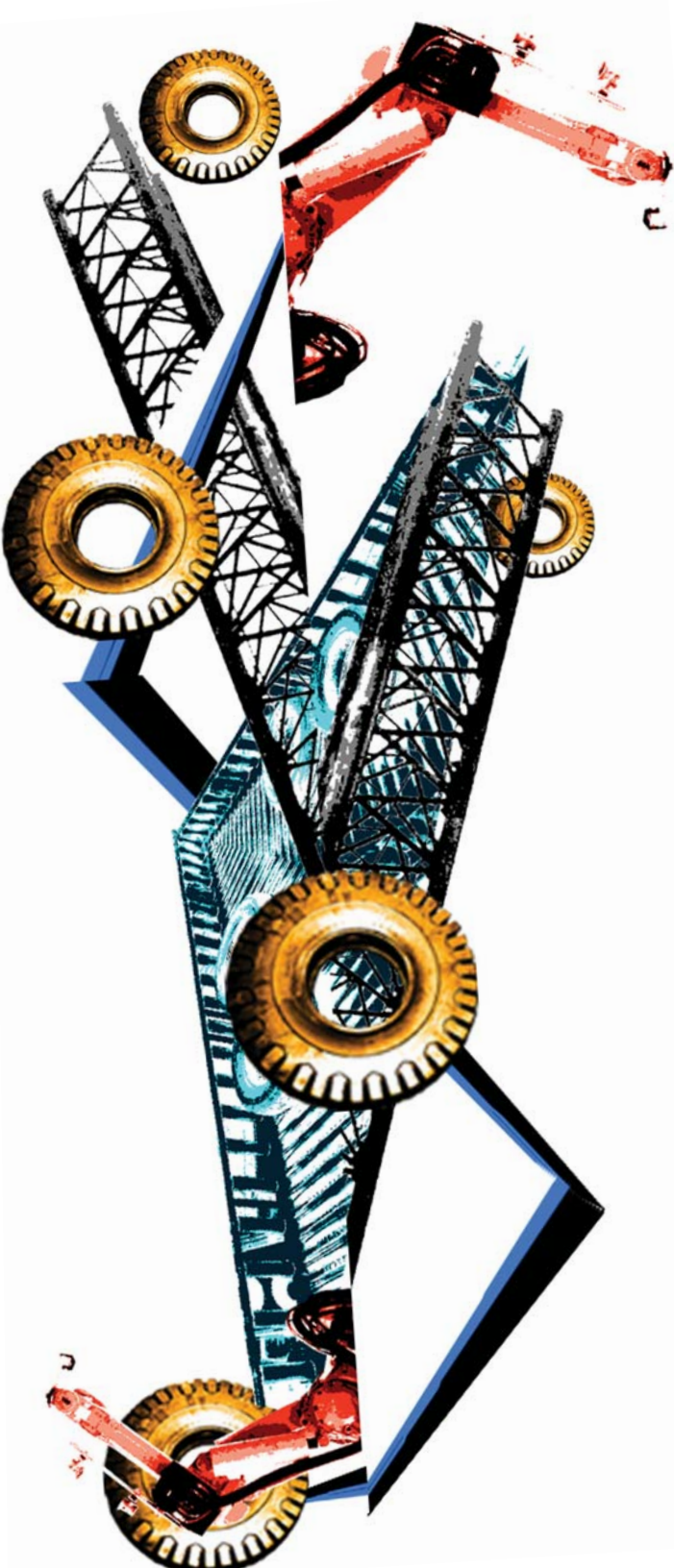


Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por
complexo de atividade – Bahia – 2011-2013

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	1.976.047.049	85	4,7	23,5
Atividade mineral e beneficiamento	5.401.650.000	9	12,9	2,5
Calçados/têxtil/confecções	140.361.896	38	0,3	10,5
Complexo madeireiro	37.182.800	12	0,1	3,3
Eletroeletrônico	148.093.955	25	0,4	6,9
Metal-mecânico	4.198.810.000	42	10,0	11,6
Químico-petroquímico	6.221.086.000	90	14,9	24,9
Reciclagem	7.800.000	2	0,0	0,6
Transformação petroquímica	145.700.000	24	0,3	6,6
Outros	23.510.500.000	35	56,3	9,7
Total	41.787.231.700	362	100,00	100,00

Fonte: Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM).

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/12/2011.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por
Território de Identidade Bahia – 2011-2013

Território	Volume (R\$ 1,00)	Nº Projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	1.626.546.000	10	3,9	2,8
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	1.965.200.000	10	4,7	2,8
Bacia do Jacuípe	1.000.000	1	0,0	0,3
Bacia do Rio Corrente	6.000.000	1	0,0	0,3
Chapada Diamantina	3.420.000.000	3	8,2	0,8
Extremo Sul	318.055.000	16	0,8	4,4
Irecê	5.000.000	1	0,0	0,3
Itaparica	12.000.000	2	0,0	0,6
Itapetinga	16.500.000	2	0,0	0,6
Litoral Sul	3.067.548.955	21	7,3	5,8
Médio Rio de Contas	100.107.270	11	0,2	3,0
Metropolitano de Salvador	8.829.589.475	169	21,1	46,7
Oeste Baiano	1.393.035.000	21	3,3	5,8
Piemonte da Diamantina	870.000.000	1	2,1	0,3
Piemonte Norte do Itapicuru	2.000.000.000	1	4,8	0,3
Portal do Sertão	90.000.000	25	0,2	6,9
Recôncavo	1.907.360.000	22	4,6	6,1
Semiárido Nordeste II	6.000.000	1	0,0	0,3
Sertão do São Francisco	9.276.500.000	13	22,2	3,6
Sertão Produtivo	5.316.500.000	8	12,7	2,2
Sisal	334.740.000	5	0,8	1,4
Vale do Jequiriçá	273.800.000	4	0,7	1,1
Velho Chico	900.000.000	2	2,2	0,6
Vitória da Conquista	51.750.000	12	0,1	3,3
Total	41.787.231.700	362	100	100

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 30/12/2011.



Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 30/12/2011.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: *Gazeta Mercantil*, *Valor Econômico*, *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Diário Oficial do Estado da Bahia*. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM) através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas Probahia, Bahiaplast e do atual Desenvolve.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Publique
seu artigo



BAHIA ANÁLISE & DADOS

Tema

BIODIVERSIDADE

PRAZO PARA ENTREGA
DOS ARTIGOS

15 de junho de 2012

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

biodiversidade@sei.ba.gov.br

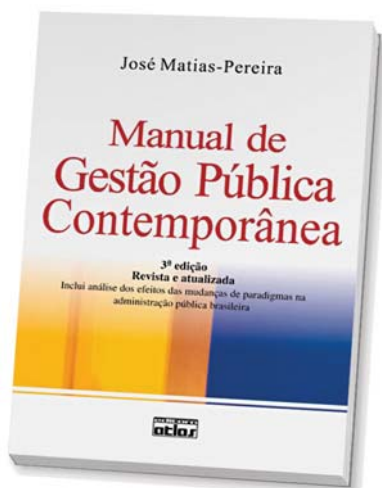
COORDENAÇÃO EDITORIAL

Antônio Cunha

Aline Rocha

INFORMAÇÕES

(71) 3115 4827 / 4793



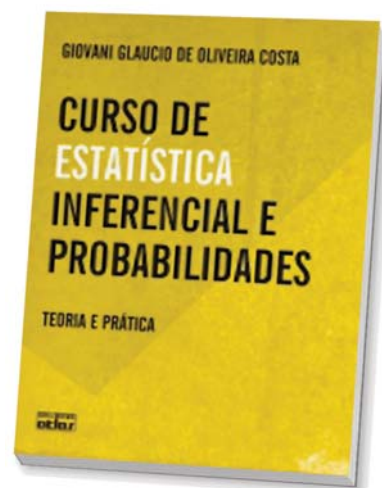
MANUAL DE GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

Além de reforçar e destacar os temas mais relevantes sobre a administração pública no Brasil, influenciada pelas transformações em curso no mundo, o *Manual de Gestão Pública Contemporânea*, escrito por José Matias-Pereira, cuida de examinar as funções do Estado e as especificidades da gestão pública, especialmente após a Constituição Federal de 1988.



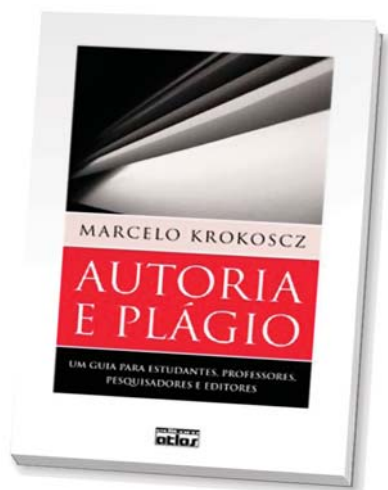
GOVERNANÇA DO SETOR PÚBLICO

O livro *Governança do Setor Público*, escrito por José Matias-Pereira, apoiado na concepção e na motivação da adaptação e transferência do modelo de governança do setor privado para o setor público brasileiro, busca avaliar os impactos na melhoria da gestão e na qualidade dos serviços públicos. Para isso, é importante compreender como se articulam os atores governo, setor privado e terceiro setor no processo de implantação da governança pública. O livro, dessa forma, visa propiciar aos leitores, em especial aos alunos de graduação e pós-graduação em administração, economia, contabilidade, ciências políticas, sociologia e direito, bem como aos professores, pesquisadores e gestores governamentais, uma visão mais acurada, do ponto de vista teórico, institucional e prático, sobre a governança no setor público.



CURSO DE ESTATÍSTICA INFERENCIAL E PROBABILIDADES: TEORIA E PRÁTICA

Escrito por Giovani Gláucio de Oliveira Costa, o livro *Curso de Estatística Inferencial e Probabilidades: Teoria e Prática* objetiva dar uma visão geral e instrumental de inferência estatística e suas aplicações. Para tanto, versa sobre introdução ao cálculo de probabilidades, variáveis aleatórias, modelos probabilísticos, distribuições por amostragem, estimação, testes de significância, análise da variância, correlação de variáveis e regressão linear simples. Os enunciados são exemplificados através de casos práticos, reais em diversas áreas de negócios, saúde e engenharias.



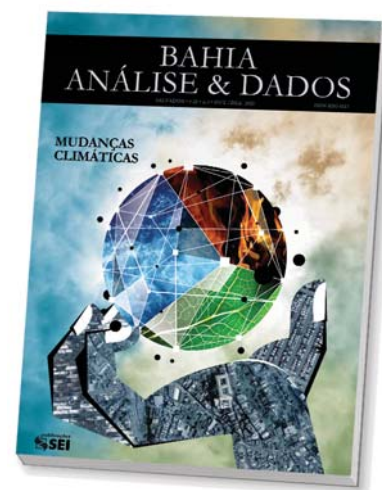
AUTORIA E PLÁGIO

Entende-se por plágio a apropriação e apresentação de conteúdo alheio como se fosse próprio. Essa prática, no âmbito acadêmico, é um sério problema que interfere na qualidade da produção científica, compromete a credibilidade do processo de autoria e ameaça a reputação de instituições de pesquisa. Nesse sentido, o livro *Autoria e Plágio*, escrito por Marcelo Krokosc, apresenta-se como um material de apoio didático destinado a estudantes, professores, pesquisadores, editores, autores e instituições de ensino e pesquisa. A finalidade principal da obra é orientar de modo prático como devem ser apresentados conteúdos científicos em projetos de pesquisa, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, artigos científicos, relatórios, livros e outros trabalhos acadêmicos, de modo que se evite a ocorrência de plágio.



DIREITO E ECONOMIA NO BRASIL

Direito e Economia no Brasil propõe-se a ser um guia introdutório da análise econômica do Direito, podendo ser lido até por aqueles que não têm qualquer iniciação em Economia. Pela sua intrínseca interdisciplinaridade, pode-se chamar esse diálogo profícuo entre os dois campos do saber – Direito e Economia – de Law and Economics, como fazem os norte-americanos. Ganham com isso os leitores, que terão acesso a teorias que dialogam com o que há de mais moderno no mundo e por ter contato com o pragmatismo da teoria jurídica e econômica norte-americana.



BAHIA ANÁLISE & DADOS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Em *Bahia Análise & Dados – Mudanças Climáticas*, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) retoma o tema ambiental tratando da necessidade de considerar os efeitos da mudança do clima no planejamento do nosso desenvolvimento. Buscou-se registrar o estágio do debate entre nós e a importância da participação de pesquisadores de universidades locais em redes mundiais de pesquisa, alertando para as novas interpretações e colocando à disposição do poder público importantes sugestões de redesenho de políticas públicas. Parte-se do pressuposto de que as responsabilidades sociais ganharam uma nova configuração e um outro papel ao se estabelecer a necessária implicação de todos os habitantes do planeta como condição fundamental para se alterar os termos da equação entre crescimento econômico e preservação ambiental.

Conjuntura Econômica Baiana



Os resultados dos indicadores conjunturais no acumulado do ano, quando comparados ao mesmo período do ano anterior, apontaram expansão em todas as atividades econômicas, exceto na produção industrial, que apresentou retração no período em questão. As outras atividades registraram um esperado comportamento, com tendências de expansão para os meses seguintes. Vale destacar que o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados apresentou retração em razão da alta registrada no índice de inflação no período.

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE), a produção da indústria baiana acumulou, no ano de 2011, decréscimo de 4,4% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Acompanhando essa trajetória, a indústria de transformação apontou variação negativa de 4,5%. Os segmentos que puxaram a taxa para baixo foram: *Refino de petróleo e produção de álcool* (-9,6%), *Metalurgia básica* (-10,7%) e *Produtos químicos* (-7,5%). Positivamente, destacaram-se *Alimentos e bebidas* (7,7%), *Minerais não metálicos* (5,1%) e *Borracha e plástico* (4,6%). Nessa mesma análise, a indústria extrativa mineral apresentou decréscimo de 2,3% no período.

O comportamento apresentado na atividade industrial não interferiu no nível de pessoal ocupado da indústria baiana, que registrou acréscimos de 1,7% na indústria geral, 1,5% na indústria de transformação e 6,0% na indústria extrativa mineral no mesmo período em questão, com base nos dados divulgados na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE.

A balança comercial baiana fechou o ano com expansão, tanto nas exportações (24,0%) como nas importações (15,8%). As exportações somaram US\$ 11,0 bilhões, e as importações, US\$ 7,8 bilhões, proporcionando superávit de US\$ 3,2 bilhões, o que representa um aumento de 49,0% em relação ao mesmo período de 2010, de acordo os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações em 2011 decorreu

principalmente do crescimento nas vendas dos segmentos Petróleo e derivados, Químicos e petroquímicos, Papel e celulose, Soja e derivados e Metalúrgicos. Juntos, esses setores foram responsáveis por 70,1% das receitas de exportação no período.

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE) demonstraram que o comércio varejista acumulou, no ano de 2011, taxa de 7,1% em relação ao mesmo período de 2010. Os segmentos que evidenciaram as maiores contribuições positivas no período em análise foram: *Móveis e eletrodomésticos* (17,6%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (18,2%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (10,5%), *Tecidos, vestuário e calçados* (8,2%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (5,7%) e *Combustíveis e lubrificantes* (6,5%). Em sentido oposto, apenas o segmento *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (27,5%) registrou arrefecimento. As vendas de *Veículos, motos e peças* registraram queda de 0,62% e, no segmento *Material para construção*, houve elevação de 1,1% no mesmo período em análise.

Em relação à inflação ocorrida em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) calculado pela Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos (SEI) acumulou, no ano de 2011, acréscimo de 4,7% em relação ao mesmo período de 2010, impulsionado pelos grupos *Alimentos e bebidas* (5,9%) e *Habitação e encargos* (7,2%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA), a taxa média de desemprego em dezembro de 2011 fechou em 15,1% da população economicamente ativa. Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados caiu 7,8% no ano.

É com esse cenário que se inicia a seção dos principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores mensais e no acumulado dos últimos 12 meses referentes ao fechamento do ano de 2011.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou, em dezembro de 2011, retração de 4,4% na comparação com o mesmo mês de 2010. Ao longo do ano de 2011, o índice registrou variações positivas para o indicador mensal, culminando em um crescimento de 6,9% no acumulado dos últimos 12 meses.

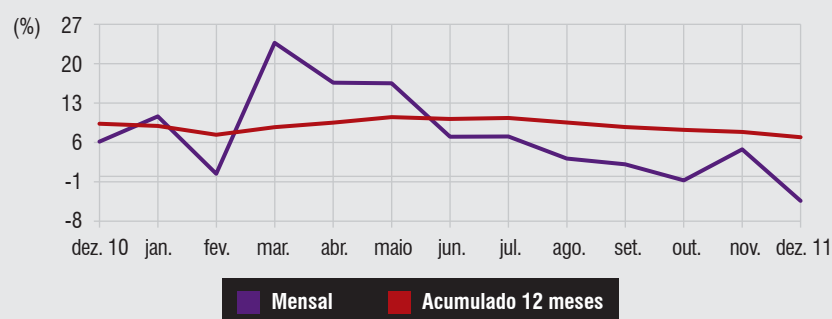


Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec)
Salvador – dez. 2010-dez. 2011

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

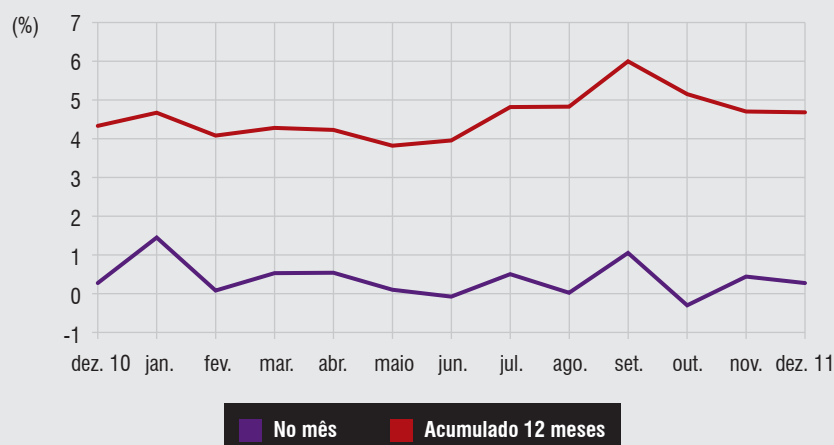


Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – dez. 2010-dez. 2011

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, registrou inflação de 0,27% em dezembro de 2011. Ressalte-se que, dos 375 produtos/serviços pesquisados mensalmente, 203 registraram alta nos preços, 84 não sofreram alterações e 88 apresentaram queda. Dentre aqueles que demonstraram maiores contribuições positivas para a formação do índice destacam-se: *gasolina* (6,20%), *matrícula e mensalidade escolar* (2,58%), *passagem aérea* (10,36%), *passagem de ônibus interestadual* (4,19%), *etanol* (3,50%), *calça comprida feminina* (4,68%), *frango congelado* (4,18%), *camiseta, blusa e blusão femininos* (2,53%), *tênis de adulto* (4,20%) e *pão francês* (1,01%). Em sentido oposto, os produtos que exerceram maiores contribuições negativas foram: *camiseta masculina* (50,61%), *perfume* (4,26%), *automóvel novo* (0,66%), *cerveja consumida fora do domicílio* (2,11%), *CD musical* (7,37%), *laranja pêra* (21,26%), *acessórios fotográficos* (5,68%), *gastos com empregados domésticos* (1,04%), *refrigerador* (5,13%) e *televisor* (4,89%). No acumulado dos últimos 12 meses, o índice apresentou variação positiva de 4,68%.

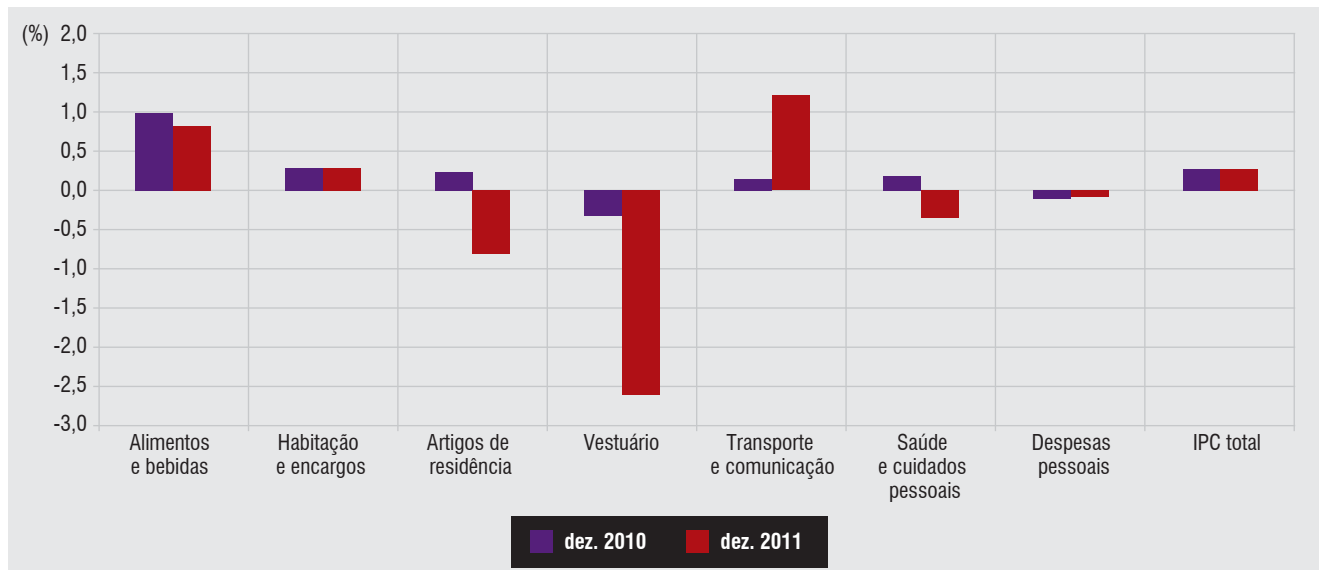


Gráfico 3
Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – dez. 2010-dez. 2011

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Transporte e Comunicação (1,21%) e Alimentos e Bebidas (0,82%) foram os grupos que apresentaram, no mês de dezembro, as maiores contribuições para a inflação em Salvador. Os subgrupos que evidenciaram os maiores acréscimos de preço no período foram transporte (1,48%) e alimentação no domicílio (1,20%).

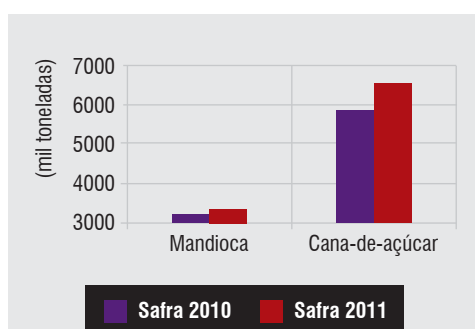


Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar Bahia – 2010/2011

Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em dezembro de 2011, das colheitas em andamento no estado, expandiram-se tanto as produções de cana-de-açúcar (11,5%), como as de mandioca (4,6%). O bom comportamento registrado na cultura de cana-de-açúcar foi oriundo da expansão observada na área plantada (18,7%) e na área colhida (3,2%), além da ampliação de 8,0% nos rendimentos físicos em relação à safra de 2010. A cultura de mandioca apresentou ampliação na área plantada (80,0%) com estabilidade relativa na área colhida (-0,3%), culminando na expansão de 4,9% no rendimento médio.

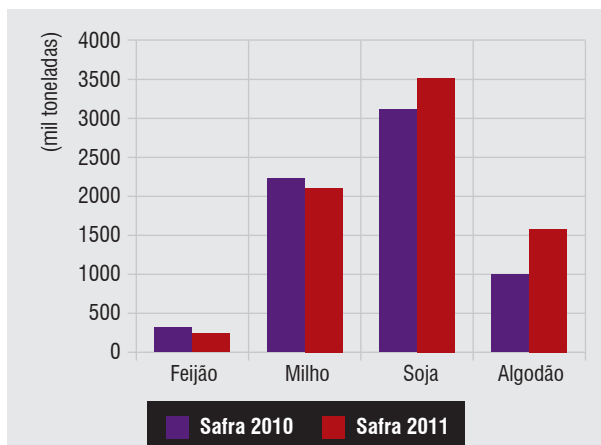


Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – 2010/2011

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

O LSPA apresentou estimativas de retração nas culturas de feijão e milho em relação à safra de 2010, com taxas de 23,7% e 5,3%, respectivamente. Em contrapartida, as estimativas de produção das culturas de soja e algodão foram positivas, com acréscimos de 12,9% e 58,6%, respectivamente. As estimativas de área plantada e área colhida para o feijão decresceram 9,7% e 24,4%, respectivamente, porém o rendimento médio apresentou um leve acréscimo de 0,7%. Já a cultura de milho apontou decréscimo na área plantada (-0,5%) e na área colhida (-12,3%), porém com ampliação no rendimento médio de 7,9%. A soja apontou a mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (2,8%), com rendimento médio de 9,8%. Seguindo uma trajetória expansiva, o algodão apontou incremento das áreas cultivada (53,4%) e colhida (53,8%), mas com rendimento de apenas 3,1%.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apresentam o mesmo comportamento para 2011. Referente ao cacau, em fase de colheita, constatou-se um acréscimo da produção de 4,3%. Verificou-se expansão na área plantada (4,3%) e na área colhida (0,9%), com ampliação no rendimento médio, que apontou variação positiva de 3,3%. Referente ao café, em fase de colheita, as estimativas apontam expansão da produção do grão (4,4%), em 2011, na área plantada (10,8%), na área colhida (1,9%) e no rendimento médio (2,4%).

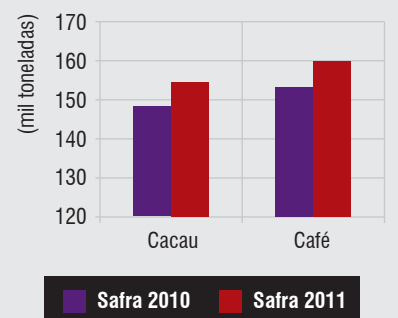


Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – 2010/2011

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

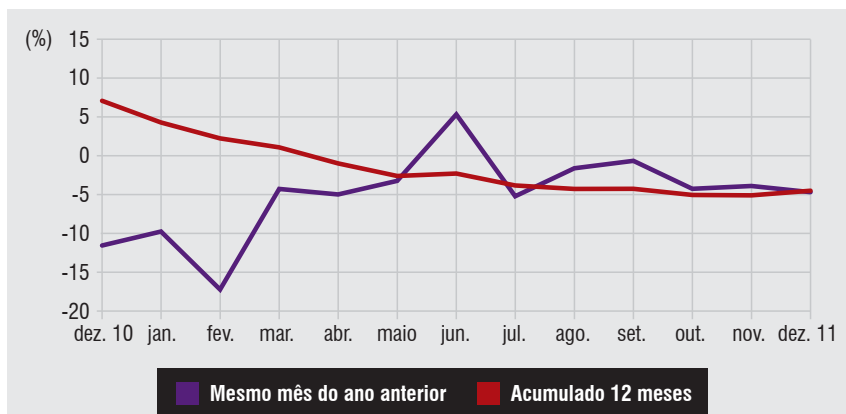


Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia – dez. 2010-dez. 2011

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE) referentes à indústria de transformação baiana apontaram, em dezembro de 2011, decréscimo de 4,7% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Os segmentos que mais influenciaram negativamente o resultado mensal foram: refino de petróleo e produção de álcool (-24,1%), pressionados pela redução na produção de gasolina automotiva e óleo diesel. Vale ressaltar as pressões negativas apresentadas por veículos automotores (-15,3%) e produtos químicos (-0,3%). A maior contribuição positiva veio de alimentos e bebidas (9,8%), seguidos por borracha e plástico (6,8%) e celulose e papel (1,3%). No ano 2011, o indicador acumula arrefecimento de 4,5%.

A análise da indústria de transformação apontou, em dezembro de 2011, eliminando influências sazonais, variação negativa de 2,8% na comparação com o mês de novembro do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pela retração de 15,6% registrada no segmento de *produtos químicos*. Todos os outros segmentos apresentaram variações positivas com destaque para: *refino de petróleo* (12,1%) e *veículos automotores* (16,9%). A indústria geral e a extrativa mineral registraram as seguintes variações: -3,7% e -1,5%, respectivamente.

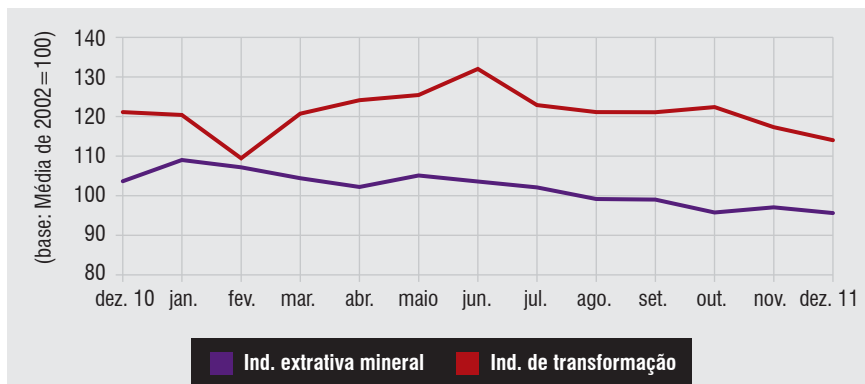


Gráfico 8
Índice Dessazonalizado de produção física da indústria
de transformação e extrativa mineral – Bahia – dez. 2010-dez. 2011

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

A indústria baiana de transformação apresentou retração de 1,4% no nível de emprego no mês de dezembro de 2011, quando comparado ao mesmo mês de 2010. No acumulado do ano, o indicador apontou expansão de 1,5%. Os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador 12 meses foram: *máquinas e equipamentos, exclusive elétricos eletrônicos, de precisão e de comunicações* (15,4%), *borracha e plástico* (10,8%), *máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações* (7,8%), *alimentos e bebidas* (6,5%) e *coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool* (6,1%). Por sua vez, entre os segmentos que apresentaram contribuições negativas no número de pessoas ocupadas nesse período sobressaem-se: *fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (14,8%), *produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos* (5,2%) e *fumo* (28,7%).

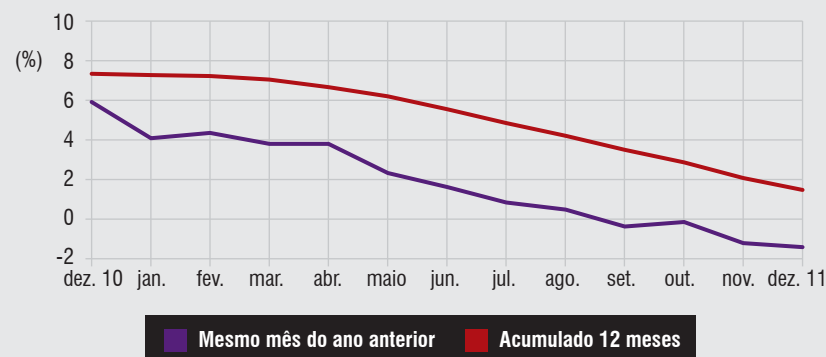


Gráfico 9
Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação
Bahia – dez 2010-dez. 2011

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

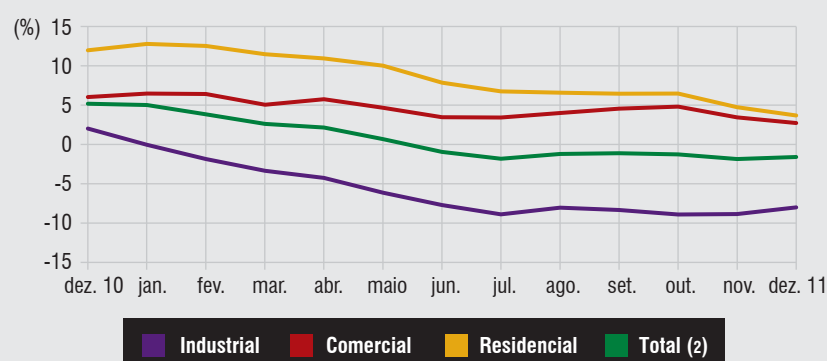


Gráfico 10
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1)
Bahia – dez. 2010-dez. 2011

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de dezembro de 2011, retração de 1,4% em relação ao mesmo mês de 2010, totalizando o consumo de 1.689 MWh. Em 2011, entre as classes de consumo residencial e comercial, nota-se, no acumulado do ano, o consumo de 5.356 MWh e 2.838 MWh, respectivamente, representando para o consumo residencial acréscimo de 3,7% e para o consumo comercial ampliação de 2,7% em relação ao mesmo período de 2010. No acumulado dos últimos 12 meses, o consumo de energia elétrica total retraiu 1,6%. Apenas o setor industrial (8,0%) vem, ao longo de 2011, apresentando contração em suas variações.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), no mês de dezembro de 2011, o comércio varejista baiano ampara crescimento das vendas com taxa de 4,2%, considerando igual mês do ano passado. O comportamento, verificado em todos os meses do ano, resultou em uma taxa acumulada de 7,1% nos últimos 12 meses. Na mesma análise, o segmento de *veículos, motos e peças* apontou retração de 4,5%, acumulando variação negativa de 0,6% nos últimos 12 meses.

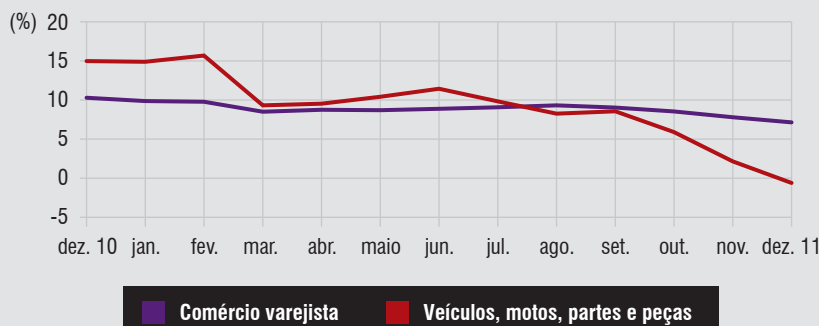


Gráfico 11
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
Bahia – dez. 2010-dez. 2011

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

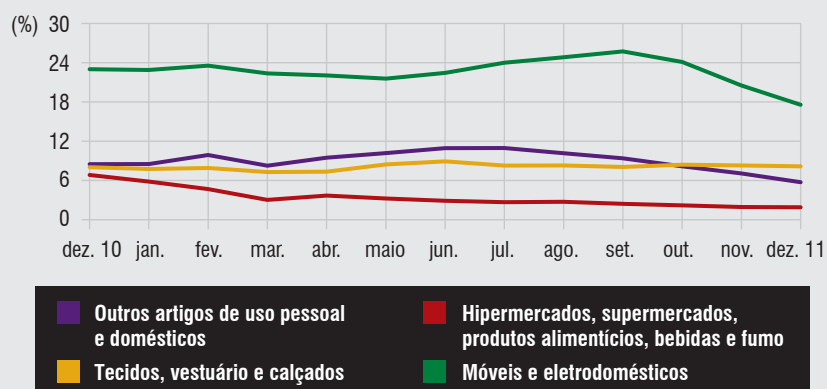


Gráfico 12
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
principais segmentos – Bahia – dez. 2010-dez. 2011

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

No acumulado dos últimos 12 meses, os segmentos de maior destaque nas variações positivas no comércio varejista foram: *livros, jornais revistas e papelaria* (18,2%), *móveis e eletrodomésticos* (17,6%), *artigos farmacêuticos e cosméticos* (10,5%), *tecidos e vestuários* (8,2%), *combustíveis e lubrificantes* (6,5%), *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (5,7%) e *hipermercados e supermercados* (1,9%). Dentre todos os segmentos, o de *equipamentos e materiais de escritórios e informática* foi o único que registrou arrefecimento nas vendas, com variação negativa de 27,5%.

Segundo o Bacen, em dezembro de 2011 foram emitidos 209 mil cheques sem fundos na Bahia. Esse saldo resultou na retração de 11,2% nas emissões de cheques sem fundo, em comparação com o mesmo mês de 2010. Seguindo uma trajetória decrescente, o indicador dos últimos 12 meses apontou variação negativa de 0,5%.

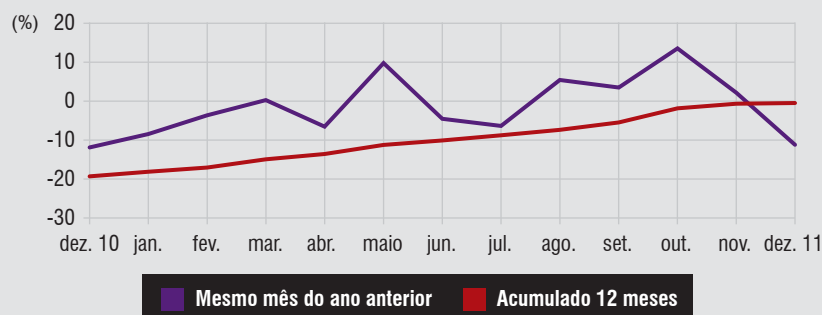


Gráfico 13
Quantidade de cheques sem fundos – Bahia – dez. 2010-dez. 2011

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

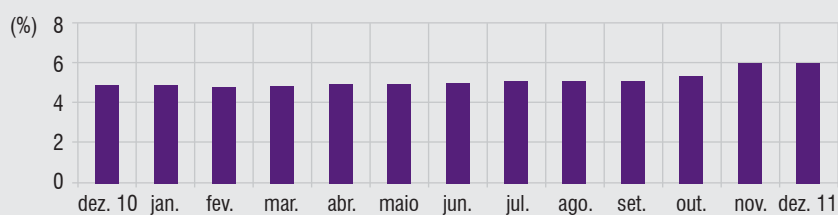


Gráfico 14
Taxa de inadimplência – Bahia – dez. 2010-dez. 2011

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, em dezembro de 2011, a taxa de inadimplência das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional para as pessoas físicas na Bahia apresentou expansão de 6,0%, ante os 4,9% em dezembro de 2010, seguindo uma trajetória média em torno de 5,0% ao longo do ano.

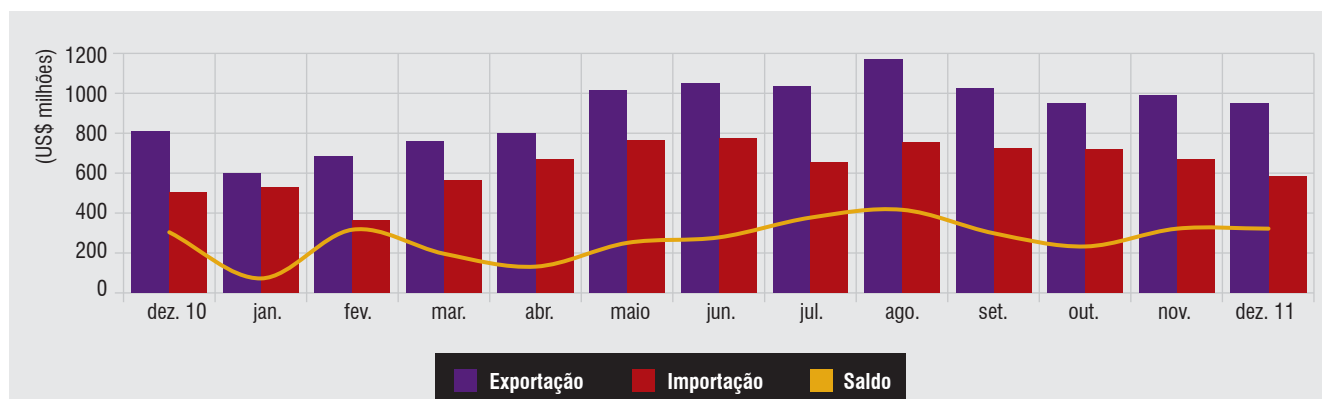


Gráfico 15
Balança comercial – Bahia – dez. 2010-dez. 2011

Fonte: Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em dezembro de 2011, as exportações baianas somaram US\$ 949 milhões, e as importações, US\$ 584 milhões, resultando em um superávit de US\$ 322 milhões. Confrontando dezembro de 2011 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações apontaram expansão, com variação positiva de 17,4%, e as importações, no referido mês, registraram crescimento de 12,5% na mesma análise.

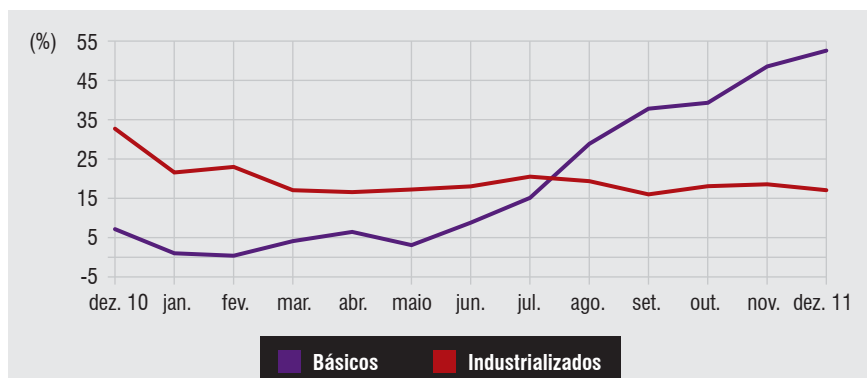


Gráfico 16
Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)
Bahia – dez. 2010-dez. 2011

Fonte: Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

As exportações por fator agregado, na comparação entre dezembro de 2011 e dezembro de 2010, registraram acréscimos tanto nas vendas de produtos básicos (94,2%), como de produtos industrializados (6,7%). No acumulado dos 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados registraram expansão de 52,6% e 17,1%, respectivamente.

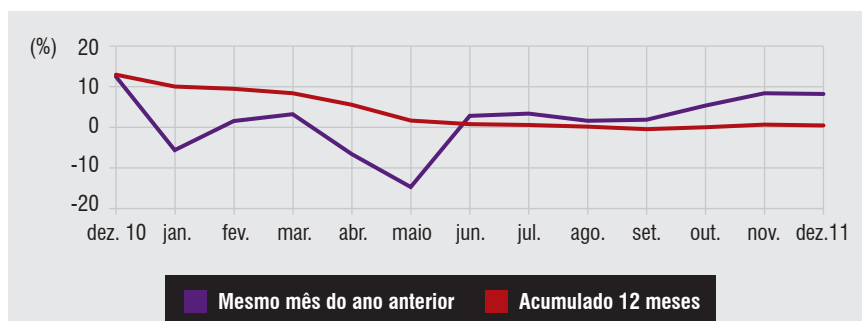


Gráfico 17
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes
Bahia – dez. 2010-dez. 2011

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação de ICMS no estado da Bahia, em dezembro de 2011, expandiu 8,2% na comparação com o mesmo mês de 2010, acumulando, nos últimos 12 meses, expansão real de 0,5%, ou seja, 12,5 p.p. ante o registrado no mesmo período de 2010.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em dezembro de 2011, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apresentou retração de 15.069 postos de trabalho. Esse resultado emanou, sobretudo, da redução de postos em todos os setores de atividade econômica, tais como: construção civil (5.068), indústria de transformação (4.667), agropecuária (3.744), serviços (1.342) e comércio (296). Com esse resultado, o saldo dos últimos 12 meses acumulou 76.041 postos de trabalho.

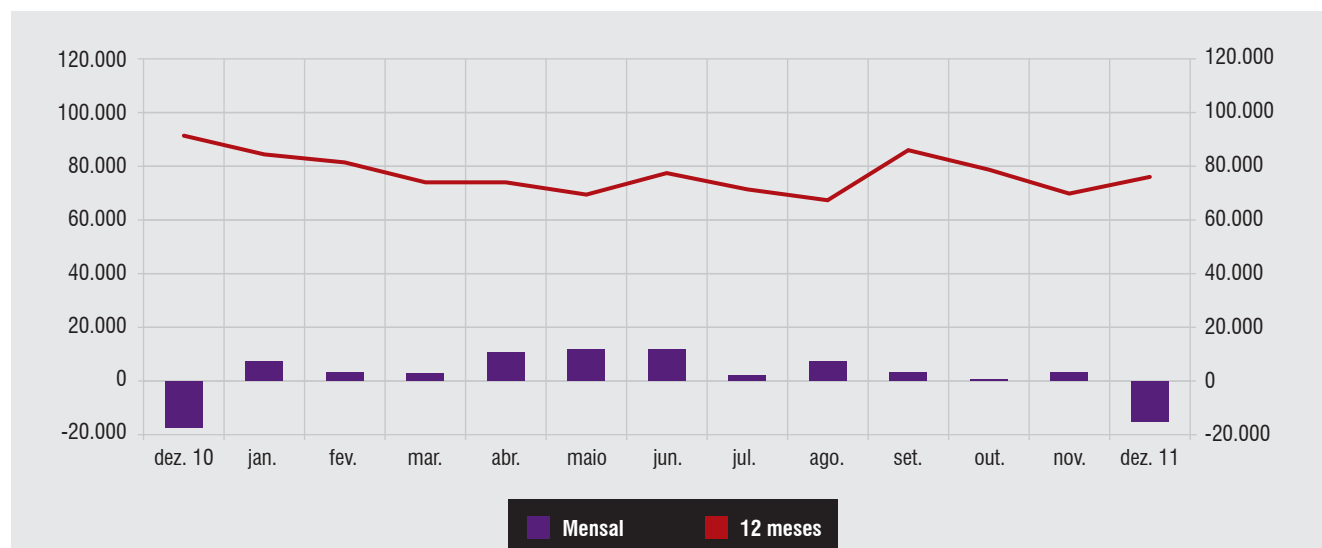


Gráfico 18
Geração de emprego celetista (1) – Bahia – dez. 2010-dez. 2011

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Saldo de empregos (admissões – demissões).

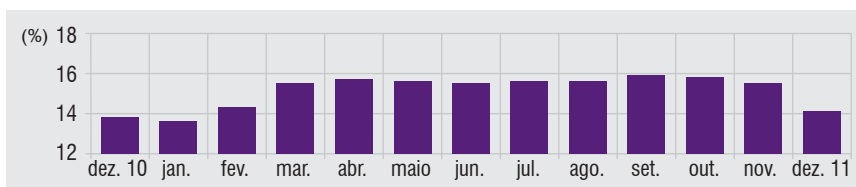


Gráfico 19

Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – dez. 2010-dez. 2011

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), em dezembro de 2011, 267 mil pessoas estavam desempregadas, ou seja, 14,1% da População Economicamente Ativa (PEA). Cotejando-se com novembro de 2011, houve redução de 8,6% e, com relação a dezembro de 2010, acréscimo de 1,5%. Conforme o total de ocupados, ocorreu expansão em dezembro, comparado ao mês de novembro. Entre os ocupados por setores de atividade econômica, em termos relativos, houve expansão em todos os cinco setores analisados, com destaque para a Indústria (5,0%). Já em relação a dezembro de 2010, apenas o setor de serviços (-6,2%) apresentou retração.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de dezembro de 2011 (R\$ 1.016,00), em comparação ao mês de novembro de 2011 (R\$ 1.004,00), apresentou expansão relativa de 1,2%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS), já em relação ao mesmo mês do ano anterior ocorreu retração de 11,3%. Quanto à massa de rendimento médio real dos ocupados, verificou-se decréscimo de 13,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

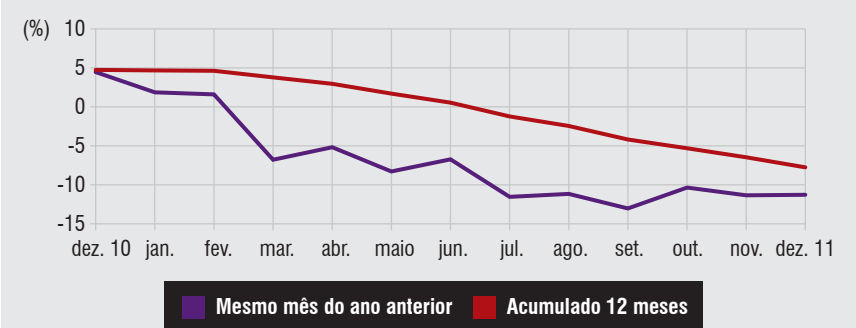
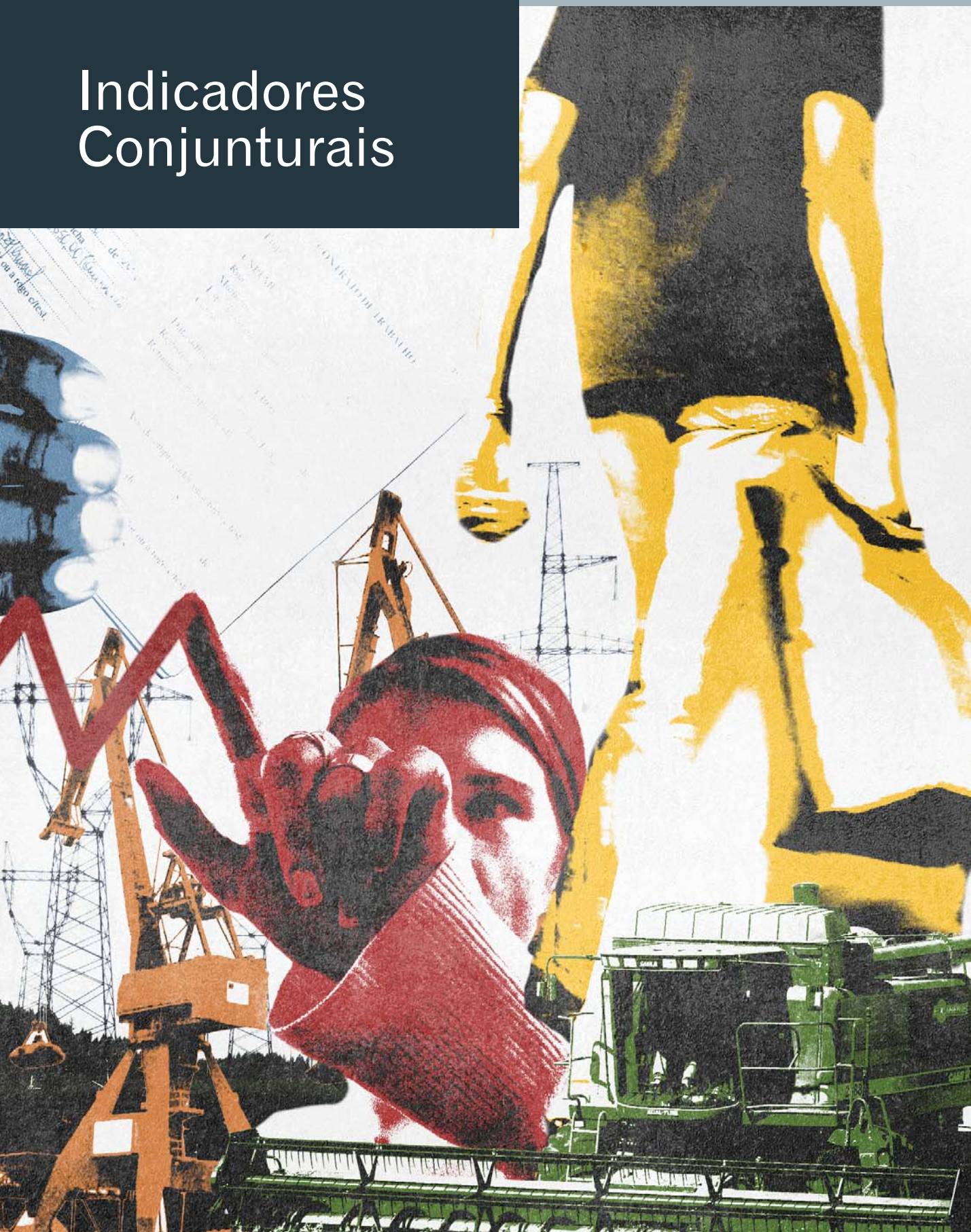


Gráfico 20

**Taxa de variação do rendimento médio real (1) – RMS
Bahia – dez. 2010-dez. 2011**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Ocupados no trabalho principal.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – dez. 2011

Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)	Índice acumulado	
	dez. 2010	dez. 2011	No ano (2)	Jun. 2007 = 100	Jun. 1994=100
Alimentos e bebidas	0,99	0,82	5,93	137,08	335,64
Habitação e encargos	0,28	0,29	7,22	129,50	887,85
Artigos de residência	0,24	-0,81	-0,45	90,58	208,44
Vestuário	-0,33	-2,61	-1,81	106,17	190,33
Transporte e comunicação	0,14	1,21	2,63	110,20	790,14
Saúde e cuidados pessoais	0,18	-0,35	6,99	123,09	412,56
Despesas pessoais	-0,11	0,09	6,91	129,12	509,33
Geral	0,27	0,27	4,68	121,32	407,89

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1-40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – dez. 2011

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%) no ano (2)	Porcentagem do salário mínimo
Aracaju	182,22	0,24	3,60	36,34
Belém	243,75	0,38	7,81	48,61
Belo Horizonte	264,01	2,85	11,76	52,65
Brasília	247,88	-0,50	6,08	49,44
Curitiba	248,63	-1,80	1,91	49,59
Florianópolis	262,44	-2,28	10,20	52,34
Fortaleza	215,21	4,25	4,65	42,92
Goiânia	246,70	5,58	5,15	49,20
João Pessoa	204,21	3,00	5,13	40,73
Manaus	255,79	-0,98	1,48	51,02
Natal	212,36	3,09	-3,38	42,35
Porto Alegre	276,86	-0,99	9,80	55,22
Recife	215,99	2,60	5,10	43,08
Salvador	208,82	1,81	3,53	41,65
São Paulo	277,27	0,35	4,57	55,30
Rio de Janeiro	262,90	0,46	8,34	52,43
Vitória	275,39	4,35	13,80	54,92

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Agricultura

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2010/2011

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2010	2011 (2)	Variação (%)	2010 (1)	2011(2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	139.324	147.049	5,5	5.325	10.200	91,5
Algodão herbáceo	996.220	1.579.764	58,6	270.895	415.606	53,4
Alho	5.478	8.962	63,6	729	826	13,3
Amendoim	8.431	9.418	11,7	8.477	8.719	2,9
Arroz total	33.370	34.926	4,7	18.499	17.902	-3,2
Batata-inglesa	302.575	341.778	13,0	8.005	9.656	20,6
Cana-de-açúcar	5.868.709	6.542.843	11,5	96.743	114.840	18,7
Cebola	297.045	189.370	-36,2	12.654	8.033	-36,5
Feijão total	316.377	240.785	-23,9	615.945	556.016	-9,7
Feijão 1ª safra	81.391	133.605	64,2	268.928	248.265	-7,7
Feijão 2ª safra	234.986	107.180	-54,4	347.017	307.751	-11,3
Fumo	6.147	4.046	-34,2	5.879	4.198	-28,6
Mamona	74.055	89.736	21,2	109.996	139.302	26,6
Mandioca	3.211.278	3.358.624	4,6	262.025	471.527	80,0
Milho total	2.223.302	2.104.666	-5,3	809.537	805.739	-0,5
Milho 1ª safra	1.547.559	1.794.387	15,9	455.293	457.064	0,4
Milho 2ª safra	675.743	310.279	-54,1	354.244	348.675	-1,6
Soja	3.112.929	3.514.713	12,9	1.017.250	1.046.070	2,8
Sorgo granífero	92.207	171.101	85,6	84.634	108.723	28,5
Tomate	302.783	325.932	7,6	7.332	7.529	2,7
Permanentes						
Banana (4)	1.079.050	1.145.044	6,1	66.623	69.144	3,8
Cacau	148.254	154.634	4,3	519.990	542.550	4,3
Café	153.262	160.033	4,4	152.056	168.466	10,8
Castanha-de-cajú	5.440	5.978	9,9	25.848	26.707	3,3
Coco-da-baía (3)	502.364	526.551	4,8	76.985	79.424	3,2
Guaraná	2.688	2.907	8,1	6.659	7.054	5,9
Laranja (4)	987.813	1.018.416	3,1	61.148	77.296	26,4
Pimenta-do-reino	4.521	4.299	-4,9	1.756	1.965	11,9
Sisal	237.397	278.065	17,1	252.224	274.274	8,7
Uva	78.283	65.434	-16,4	3.273	2.762	-15,6

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Produção Agrícola Municipal 2010.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), dezembro de 2011 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2010/2011

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2010 (1)	2011 (2)	Variação(%)	2010 (1)	2011 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.325	5.603	5,2	26.164	26.245	0,3
Algodão herbáceo	270.173	415.606	53,8	3.687	3.801	3,1
Alho	729	826	13,3	7.514	10.850	44,4
Amendoim	8.477	8.719	2,9	995	1.080	8,6
Arroz total	18.371	17.902	-2,6	1.816	1.951	7,4
Batata-inglesa	8.005	9.656	20,6	37.798	35.395	-6,4
Cana-de-açúcar	96.743	99.847	3,2	60.663	65.529	8,0
Cebola	12.654	8.033	-36,5	23.474	23.574	0,4
Feijão total	560.193	423.561	-24,4	565	568	0,7
Feijão 1ª safra	217.351	227.765	4,8	374	587	56,6
Feijão 2ª safra	342.842	195.796	-42,9	685	547	-20,1
Fumo	5.879	4.198	-28,6	1.046	964	-7,8
Mamona	107.051	139.302	30,1	692	644	-6,9
Mandioca	262.025	261.328	-0,3	12.256	12.852	4,9
Milho total	724.102	635.380	-12,3	3.070	3.312	7,9
Milho 1ª safra	370.758	399.785	7,8	4.174	4.488	7,5
Milho 2ª safra	353.344	235.595	-33,3	1.912	1.317	-31,1
Soja	1.017.250	1.046.070	2,8	3.060	3.360	9,8
Sorgo granífero	84.454	108.623	28,6	1.092	1.575	44,3
Tomate	7.332	7.529	2,7	41.296	43.290	4,8
Permanentes						
Banana (4)	66.623	69.144	3,8	16.196	16.560	2,2
Cacau	519.990	524.877	0,9	285	295	3,3
Café	152.056	154.988	1,9	1.008	1.033	2,4
Castanha-de-cajú	25.848	26.305	1,8	210	227	8,0
Coco-da-baía (3)	76.985	77.209	0,3	6.525	6.820	4,5
Guaraná	6.659	6.749	1,4	404	431	6,7
Laranja (4)	61.148	61.230	0,1	16.154	16.633	3,0
Pimenta-do-reino	1.756	1.819	3,6	2.575	2.363	-8,2
Sisal	252.224	274.274	8,7	941	1.014	7,7
Uva	3.273	2.730	-16,6	23.918	23.968	0,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Produção Agrícola Municipal 2010.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), dezembro de 2011 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

Indústria

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – dez. 2011

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)
Indústria geral	-4,9	-4,4
Extrativa Mineral	-8,7	-2,3
Indústria de Transformação	-4,7	-4,5
Alimentos e bebidas	9,8	7,7
Celulose, papel e produtos de papel	1,3	-1,1
Refino de petróleo e álcool	-24,1	-9,6
Produtos químicos	-0,3	-7,5
Borracha e plástico	6,8	4,6
Minerais não metálicos	0,4	5,1
Metalurgia básica	1,7	-10,7
Veículos automotores	-15,3	-6,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – dez. 2010-dez. 2011

(%)

Períodos	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)
Dezembro	-11,6	7,1
Janeiro	-9,8	-9,8
Fevereiro	-17,2	-13,3
Março	-4,3	-10,3
Abril	-5,0	-9,0
Maiο	-3,2	-7,7
Junho	5,3	-5,6
Julho	-5,2	-5,6
Agosto	-1,6	-5,1
Setembro	-0,7	-4,6
Outubro	-4,3	-4,5
Novembro	-3,9	-4,5
Dezembro	-4,7	-4,5

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – dez. 2011

(%)

Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)
Rural/Irrigação	1,0	13,8	7,8
Residencial	3,7	-2,7	3,7
Industrial (1)	-0,4	-2,4	-8,0
Comercial	10,6	-2,5	2,7
Utilidades públicas (2)	-3,7	1,4	3,9
Setor público	35,5	0,8	3,3
Concessionária	-8,8	-8,0	-3,3
Total	3,0	-1,4	-1,6

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Serviços

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – dez. 2011

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)
Comércio varejista	4,2	7,1
Combustíveis e lubrificantes	5,3	6,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,2	1,9
Hipermercados e supermercados	-0,6	1,8
Tecidos, vestuário e calçados	3,7	8,2
Móveis e eletrodomésticos	8,3	17,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	9,0	10,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	17,5	18,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-36,8	-27,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	3,5	5,7
Veículos, motos e peças	-4,5	-0,6
Material de construção	4,5	1,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Total de cheques compensados – Bahia – dez. 2010-dez. 2011

(%)

Períodos	Quantidade			Valor (R\$)	
	No mês (1)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	Mensal (2)	Acum. ano (3)
Dezembro	-0,3	-6,8	-6,9	5,5	4,4
Janeiro	-6,5	-1,8	-1,8	9,5	9,5
Fevereiro	-6,0	-1,5	-1,7	5,2	7,4
Março	6,1	-13,7	-6,1	18,1	10,8
Abril	-10,3	-12,2	-7,6	-2,0	7,5
Mai	14,9	-2,0	-6,5	10,7	8,2
Junho	-11,4	-10,7	-7,2	1,6	7,0
Julho	-1,5	-12,1	-7,9	-3,1	5,5
Agosto	16,0	-3,7	-7,3	4,6	5,4
Setembro	-10,5	-8,9	-7,5	-1,7	4,6
Outubro	2,2	-4,9	-7,3	0,3	4,1
Novembro	-5,4	-16,1	-8,1	-7,6	3,0
Dezembro	0,2	-15,7	-8,7	-8,0	1,9

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 10
Exportações, principais segmento – Bahia – jan.-dez. 2010/2011

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2010	2011		
Petróleo e derivados	1.349.983	1.958.677	45,09	17,8
Químicos e petroquímicos	1.674.800	1.802.770	7,64	16,36
Papel e celulose	1.748.595	1.792.015	2,48	16,27
Soja e derivados	927.637	1.281.473	38,14	11,63
Metalúrgicos	649.419	891.007	37,20	8,09
Algodão e seus subprodutos	292.797	669.968	128,82	6,08
Automotivo	545.344	481.805	-11,65	4,37
Metais preciosos	304.406	412.396	35,48	3,74
Borracha e suas obras	223.645	318.097	42,23	2,89
Cacau e derivados	296.245	284.571	-3,94	2,58
Café e especiarias	133.587	187.268	40,18	1,70
Minerais	35.226	166.965	373,98	1,52
Frutas e suas preparações	132.398	140.391	6,04	1,27
Couros e peles	109.818	129.336	17,77	1,17
Sisal e derivados	65.346	85.470	30,80	0,78
Calçados e suas partes	78.471	81.183	3,46	0,74
Máqs., apars. e mat. elétricos	93.863	80.961	-13,75	0,73
Fumo e derivados	26.332	31.554	19,83	0,29
Móveis e semelhantes	13.130	15.132	15,25	0,14
Demais segmentos	184.977	205.261	10,97	1,86
Total	8.886.017	11.016.299	23,97	100,00

Fonte: MDIC/Secex. Dados coletados em 9/1/2012.

Elaboração: SEI/CAC.

Tabela 11
Exportações, principais países – Bahia – jan.-dez. 2010/2011

Países	Peso (Ton.)		Var. (%)	(US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2010	2011		2010	2011		
Argentina	809.455	1.041.063	28,61	1.141.149	1.460.200	27,96	13,25
China	1.532.970	1.226.210	-20,01	1.409.700	1.455.674	3,26	13,21
Estados Unidos	1.577.177	1.766.977	12,03	1.164.645	1.454.478	24,89	13,20
Países Baixos (Holanda)	926.753	927.166	0,04	652.318	907.055	39,05	8,23
Alemanha	1.117.181	1.218.530	9,07	519.131	744.358	43,39	6,76
Antilhas Holandesas	597.178	1.026.008	71,81	339.172	645.562	90,33	5,86
Itália	372.130	355.637	-4,43	368.569	437.956	18,83	3,98
Cingapura	362.281	589.260	62,65	166.257	380.936	129,13	3,46
Bélgica	455.374	459.397	0,88	273.015	334.185	22,41	3,03
Colômbia	178.133	102.875	-42,25	230.097	238.846	3,80	2,17
Demais países	2.922.822	2.508.664	-14,17	2.621.964	2.957.049	12,78	26,84
Total	10.851.453	11.221.788	3,41	8.886.017	11.016.299	23,97	100,00

Fonte: MDIC/Secex. Dados coletados em 9/1/2012.

Elaboração: SEI/CAC.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Tabela 12

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-dez. 2011

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIÁ)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2010	1.849	123,5	1.522	138,5	327	82,2	1.333	139,1	58,1	17,7	3.656
Fevereiro	1.866	124,6	1.515	137,9	351	88,2	1.324	138,2	58,5	18,8	3.663
Março	1.867	124,7	1.495	136,0	372	93,5	1.330	138,8	58,4	19,9	3.669
Abril	1.871	125,0	1.516	137,9	355	89,2	1.333	139,1	58,4	19,0	3.676
Maio	1.853	123,8	1.516	137,9	337	84,7	1.358	141,8	57,7	18,2	3.682
Junho	1.873	125,1	1.560	141,9	313	78,6	1.345	140,4	58,2	16,7	3.688
Julho	1.867	124,7	1.551	141,1	316	79,4	1.358	141,8	57,9	16,9	3.695
Agosto	1.901	127,0	1.591	144,8	310	77,9	1.332	139,0	58,8	16,3	3.701
Setembro	1.882	125,7	1.577	143,5	305	76,6	1.357	141,6	58,1	16,2	3.708
Outubro	1.906	127,3	1.612	146,7	294	73,9	1.341	140,0	58,7	15,4	3.714
Novembro	1.884	125,9	1.605	146,0	279	70,1	1.370	143,0	57,9	14,8	3.721
Dezembro	1.905	127,3	1.642	149,4	263	66,1	1.357	141,6	58,4	13,8	3.727
Janeiro 2011	1.889	126,2	1.632	148,5	257	64,6	1.379	143,9	57,8	13,6	3.734
Fevereiro	1.874	125,2	1.606	146,1	268	67,3	1.402	146,3	57,2	14,3	3.740
Março	1.845	123,2	1.555	141,5	290	72,9	1.438	150,1	56,2	15,7	3.747
Abril	1.833	122,4	1.545	140,6	288	72,4	1.458	152,2	55,7	15,7	3.753
Maio	1.834	122,5	1.548	140,9	286	71,9	1.464	152,8	55,6	15,6	3.760
Junho	1.844	123,2	1.558	141,8	286	71,9	1.461	152,5	55,8	15,5	3.767
Julho	1.865	124,6	1.574	143,2	291	73,1	1.448	151,1	56,3	15,6	3.773
Agosto	1.889	126,2	1.594	145,0	295	74,1	1.431	149,4	56,9	15,6	3.780
Setembro	1.897	126,7	1.597	145,3	300	75,4	1.431	149,4	57,0	15,8	3.786
Outubro	1.891	126,3	1.590	144,7	301	75,6	1.444	150,7	56,7	15,9	3.793
Novembro	1.882	125,7	1.590	144,7	292	73,4	1.460	152,4	56,3	15,5	3.800
Dezembro	1.896	126,7	1.629	148,2	267	67,1	1.454	151,8	56,6	14,1	3.806
Variação mensal											
Jan. 2012/dez. 2011	2,3		1,2		9,0		-2,5		2,1	6,4	—
Variação no ano											
Jan. 2012/dez. 2011	2,3		1,2		9,0		-2,5		2,1	6,4	—
Variação anual											
Jan. 2012/jan. 2011	2,7		1,0		13,2		2,8		0,0	10,3	—

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de janeiro/2007 as projeções da população total e da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 13

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-dez. 2011

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador (RMS)					Município de Salvador			Demais municípios da RMS		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2010	17,7	11,1	6,6	4,4	2,2	16,2	10,1	6,1	23,0	14,7	8,4
Fevereiro	18,8	11,6	7,2	4,9	2,4	17,6	10,7	6,9	23,3	14,8	8,5
Março	19,9	12,4	7,5	5,0	2,5	18,6	11,4	7,2	25,0	16,2	8,8
Abril	19,0	12,2	6,8	4,8	2,0	17,7	11,2	6,5	24,2	16,2	8,0
Maio	18,2	12,3	6,0	4,2	1,7	16,7	11,1	5,6	23,8	16,6	7,2
Junho	16,7	11,3	5,3	3,8	1,6	15,2	10,4	4,8	22,0	14,9	7,1
Julho	16,9	11,6	5,2	3,6	1,7	15,2	10,6	4,5	23,1	15,3	7,8
Agosto	16,3	10,8	5,5	3,6	1,9	14,9	10,1	4,8	21,7	13,5	8,1
Setembro	16,2	10,7	5,5	3,7	1,8	15,2	10,1	5,0	20,4	12,9	7,5
Outubro	15,4	10,1	5,3	3,6	1,7	14,9	9,7	5,2	17,6	11,7	(1)
Novembro	14,8	10,1	4,7	3,3	1,4	13,8	9,4	4,4	18,8	12,8	(1)
Dezembro	13,8	9,8	4,0	2,8	(1)	12,6	8,9	3,7	18,5	13,1	(1)
Janeiro 2011	13,6	9,4	4,2	2,8	1,4	12,7	8,8	3,9	17,2	11,8	(1)
Fevereiro	14,3	9,6	4,7	3,2	1,5	14,1	9,3	4,8	15,2	10,7	(1)
Março	15,7	10,0	5,7	3,6	2,0	15,3	9,5	5,8	17,3	12,0	(1)
Abril	15,7	10,2	5,5	3,6	1,9	15,1	9,6	5,5	18,0	12,7	(1)
Maio	15,6	10,2	5,4	3,6	1,8	14,8	9,4	5,3	19,1	13,4	(1)
Junho	15,5	10,4	5,1	3,6	1,5	14,6	9,7	5,0	18,9	13,2	(1)
Julho	15,6	10,6	5,0	3,5	1,5	14,8	10,0	4,7	18,9	13,0	(1)
Agosto	15,6	11,0	4,6	3,4	(1)	15,0	10,6	4,5	17,6	12,5	(1)
Setembro	15,8	11,3	4,5	3,3	(1)	15,2	10,8	4,4	18,0	13,0	(1)
Outubro	15,9	11,2	4,8	3,6	(1)	15,3	10,5	4,8	18,2	13,5	(1)
Novembro	15,5	10,6	5,0	3,6	1,3	14,6	9,7	4,9	18,8	13,6	(1)
Dezembro	14,1	9,8	4,3	3,2	(1)	13,4	9,1	4,3	16,8	12,3	(1)
Variação mensal											
Jan. 2012/dez. 2011	6,4	5,1	9,3	6,3	–	8,2	8,8	9,3	1,2	-1,6	–
Variação no ano											
Jan. 2012/dez. 2011	6,4	5,1	9,3	6,3	–	8,2	8,8	9,3	1,2	-1,6	–
Variação anual											
Jan. 2012/jan. 2011	10,3	9,6	11,9	21,4	-7,1	14,2	12,5	20,5	-1,2	2,5	–

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 14
Distribuição dos ocupados, por setor de atividade econômica
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-dez. 2011

Períodos	Total (1)	Setores de Atividade Econômica					
		Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção (2)	Serviços pessoais (3)	Serviços domésticos
Janeiro 2010	100,0	8,8	7,0	16,3	33,0	27,2	6,7
Fevereiro	100,0	8,5	6,8	16,7	31,9	28,3	7,0
Março	100,0	8,2	6,9	16,4	32,1	28,1	7,3
Abril	100,0	7,9	6,9	16,7	33,1	26,7	7,7
Maiο	100,0	8,2	7,1	17,1	33,6	25,5	7,8
Junho	100,0	8,2	7,0	17,4	33,8	25,3	7,5
Julho	100,0	8,5	7,2	16,3	34,0	25,8	7,4
Agosto	100,0	8,3	7,2	15,6	34,4	26,2	7,5
Setembro	100,0	8,1	7,4	15,8	34,1	26,2	7,5
Outubro	100,0	7,7	7,6	16,3	33,4	26,4	7,4
Novembro	100,0	8,2	7,9	16,3	33,2	26,1	6,9
Dezembro	100,0	8,3	7,8	16,5	33,3	25,8	6,9
Janeiro 2011	100,0	9,1	7,9	16,5	32,7	25,8	7,0
Fevereiro	100,0	8,7	8,2	16,3	32,1	26,2	7,7
Março	100,0	9,2	8,2	15,8	31,1	27,1	7,9
Abril	100,0	9,2	8,1	15,7	31,7	26,8	8,0
Maiο	100,0	9,6	8,1	16,2	31,0	26,1	8,0
Junho	100,0	9,3	8,3	16,6	31,4	25,3	7,9
Julho	100,0	9,0	7,8	16,8	31,4	25,7	8,1
Agosto	100,0	8,5	8,0	16,7	32,0	25,6	8,3
Setembro	100,0	8,1	8,6	17,0	31,7	25,3	8,5
Outubro	100,0	8,5	8,7	17,4	31,2	24,8	8,7
Novembro	100,0	8,8	8,6	17,4	30,4	25,4	8,6
Dezembro	100,0	9,0	8,6	17,0	30,3	25,6	8,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem outros setores de atividade.

(2) Incluem transporte e armazenagem; utilidade pública; especializados; administração pública, forças armadas e polícia; créditos e financeiros; comunicação; diversão, radiodifusão e teledifusão; comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis; serviços auxiliares; outros serviços de reparação e limpeza.

(3) Incluem serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços.

Tabela 15
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-dez. 2011

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2010	66,3	43,2	9,2	13,8	22,1	19,8	2,3	2,8	6,7	2,1
Fevereiro	67,0	44,4	9,0	13,5	21,0	18,5	2,5	3,0	7,0	2,0
Março	66,9	44,2	9,4	13,3	20,6	18,0	2,6	3,2	7,3	2,0
Abril	66,7	44,4	9,0	13,3	20,2	17,7	2,5	3,4	7,7	2,0
Maio	67,0	44,5	8,5	13,8	20,1	17,7	2,4	3,2	7,8	1,9
Junho	67,2	45,1	8,1	14,0	19,4	16,8	2,6	3,2	7,5	2,7
Julho	67,6	44,8	8,5	14,4	19,4	16,8	2,6	3,0	7,4	2,6
Agosto	67,0	43,7	8,6	14,7	19,9	17,3	2,6	3,0	7,5	2,6
Setembro	67,1	43,5	9,0	14,5	20,3	17,5	2,8	3,1	7,5	2,0
Outubro	66,7	43,4	9,1	14,2	20,2	17,4	2,8	3,2	7,4	2,5
Novembro	67,0	43,8	9,3	13,9	20,8	17,9	2,8	3,2	6,9	2,1
Dezembro	67,1	44,5	8,7	13,8	20,9	18,4	2,5	2,9	6,9	2,2
Janeiro 2011	67,5	45,2	8,6	13,5	20,9	18,5	2,3	2,9	7,0	1,7
Fevereiro	66,9	45,3	8,2	13,3	21,1	18,9	2,2	2,6	7,7	1,7
Março	66,6	45,3	8,3	12,9	21,0	18,6	2,3	2,9	7,9	1,6
Abril	67,2	46,6	8,0	12,5	20,5	18,0	2,5	2,9	8,0	(3)
Maio	68,0	47,9	8,0	12,0	19,6	17,2	2,4	2,8	8,0	(3)
Junho	68,5	48,2	8,0	12,2	19,8	17,5	2,3	2,4	7,9	(3)
Julho	67,7	47,5	7,8	12,4	20,5	17,8	2,7	2,3	8,1	(3)
Agosto	66,8	47,0	7,9	11,9	21,1	18,4	2,7	2,4	8,2	(3)
Setembro	66,0	46,8	7,9	11,3	21,6	19,1	2,5	2,4	8,5	(3)
Outubro	66,1	47,5	8,1	10,5	21,2	19,2	2,0	2,5	8,6	1,6
Novembro	66,7	48,2	8,3	10,3	20,6	18,9	1,7	2,5	8,6	1,6
Dezembro	66,2	47,8	8,2	10,2	20,8	19,0	1,8	2,8	8,6	1,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem Trabalhadores familiares e Donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 16
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-dez. 2011

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2010	1.103	105,9	1.210	105,1	789	112,0
Fevereiro	1.100	105,7	1.203	104,5	785	111,4
Março	1.141	109,6	1.245	108,1	811	115,2
Abril	1.144	109,9	1.240	107,7	808	114,6
Maio	1.165	111,9	1.243	108,0	825	117,2
Junho	1.150	110,5	1.239	107,6	800	113,5
Julho	1.177	113,1	1.273	110,5	832	118,1
Agosto	1.146	110,1	1.252	108,7	807	114,6
Setembro	1.155	111,0	1.249	108,5	792	112,5
Outubro	1.121	107,7	1.224	106,3	734	104,2
Novembro	1.133	108,9	1.236	107,3	783	111,2
Dezembro	1.145	110,0	1.245	108,1	813	115,4
Janeiro 2011	1.123	107,9	1.226	106,5	821	116,5
Fevereiro	1.117	107,4	1.216	105,6	780	110,7
Março	1.063	102,1	1.162	100,9	768	109,0
Abril	1.085	104,2	1.187	103,1	773	109,7
Maio	1.068	102,7	1.170	101,6	768	109,0
Junho	1.073	103,1	1.178	102,4	793	112,5
Julho	1.041	100,0	1.138	98,8	812	115,3
Agosto	1.018	97,8	1.117	97,0	777	110,2
Setembro	1.005	96,6	1.111	96,5	740	105,0
Outubro	1.004	96,5	1.112	96,6	706	100,2
Novembro	1.004	96,5	1.123	97,5	725	102,8
Dezembro	1.016	97,6	1.133	98,5	739	104,9
Variação mensal						
Dez. 2011/nov. 2011		1,2		0,9		2,0
Variação no ano						
Dez. 2011/dez. 2010		-11,3		-8,9		-9,1
Variação anual						
Dez-2011/dez-2010		-11,3		-8,9		-9,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.)

(1) Exclusive os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de Setembro – 2011.

(4) Base: Média de 2000 = 100.

Tabela 17
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-dez. 2011

(R\$)

Períodos	Total(2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2010	1.103	(3)	617	735	1.074	2.477
Fevereiro	1.100	(3)	622	732	1.052	2.573
Março	1.141	(3)	617	722	1.057	2.766
Abril	1.144	(3)	614	705	1.061	2.830
Maio	1.165	(3)	607	696	1.071	2.924
Junho	1.150	(3)	605	694	1.079	2.841
Julho	1.177	(3)	592	727	1.108	2.825
Agosto	1.146	(3)	617	715	1.126	2.545
Setembro	1.155	(3)	628	696	1.137	2.607
Outubro	1.121	(3)	640	702	1.092	2.544
Novembro	1.133	(3)	641	744	1.085	2.598
Dezembro	1.145	(3)	641	774	1.103	2.573
Janeiro 2011	1.123	(3)	619	756	1.104	2.565
Fevereiro	1.117	(3)	637	719	1.075	2.615
Março	1.063	(3)	632	719	1.025	2.500
Abril	1.085	(3)	654	714	1.035	2.578
Maio	1.068	(3)	629	727	1.034	2.677
Junho	1.073	(3)	621	699	1.041	2.750
Julho	1.041	(3)	647	724	1.012	2.671
Agosto	1.018	(3)	647	730	1.017	2.518
Setembro	1.005	(3)	641	726	1.013	2.454
Outubro	1.004	(3)	631	710	1.017	2.477
Novembro	1.004	(3)	641	709	1.001	2.456
Dezembro	1.016	(3)	647	718	1.017	2.516
Variação mensal						
Dez. 2011/nov. 2011	1,2	–	1,0	1,3	1,6	2,4
Variação no ano						
Dez. 2011/dez. 2010	-11,3	–	1,0	-7,3	-7,8	-2,2
Variação anual						
Dez. 2011/dez. 2010	-11,3	–	1,0	-7,3	-7,8	-2,2

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de Dezembro – 2011.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 18

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-dez. 2011

Trimestres	Total (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (3)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada	
Janeiro 2010	1.210	1.048	1.340	811	1.047	1.124	652	1.878
Fevereiro	1.203	1.027	1.279	814	1.031	1.108	611	1.943
Março	1.245	1.028	1.340	835	1.022	1.109	592	2.192
Abril	1.240	1.029	1.324	841	1.020	1.110	586	2.126
Mai	1.243	1.020	1.310	860	991	1.093	589	2.173
Junho	1.239	1.042	1.275	865	1.043	1.110	661	2.018
Julho	1.273	1.061	1.331	883	1.054	1.127	702	2.082
Agosto	1.252	1.073	1.349	891	1.078	1.142	718	1.937
Setembro	1.249	1.071	1.365	876	1.082	1.146	690	1.944
Outubro	1.224	1.056	1.306	859	1.070	1.136	661	1.890
Novembro	1.236	1.047	1.363	843	1.045	1.126	625	1.972
Dezembro	1.245	1.067	1.396	882	1.044	1.150	623	1.971
Janeiro 2011	1.226	1.053	1.406	853	1.023	1.125	643	1.938
Fevereiro	1.216	1.048	1.291	870	1.035	1.118	649	1.944
Março	1.162	1.001	1.188	830	1.002	1.057	657	1.891
Abril	1.187	1.018	1.220	871	1.010	1.072	672	2.013
Mai	1.170	1.013	1.262	842	999	1.065	683	1.929
Junho	1.178	1.006	1.260	852	982	1.064	648	1.983
Julho	1.138	988	1.217	828	980	1.053	593	1.865
Agosto	1.117	985	1.153	852	990	1.046	601	1.795
Setembro	1.111	991	1.215	858	991	1.056	586	1.797
Outubro	1.112	993	1.235	857	993	1.054	606	1.829
Novembro	1.123	995	1.245	868	983	1.056	614	1.875
Dezembro	1.133	998	1.193	849	1.002	1.058	639	1.905
Variação mensal								
Dez. 2011/nov. 2011	0,9	0,3	-4,1	-2,2	1,9	0,2	4,1	1,6
Variação no ano								
Dez. 2011/dez. 2010	-8,9	-6,5	-14,5	-3,7	-4,1	-8,0	2,6	-3,4
Variação anual								
Dez. 2011/dez. 2010	-8,9	-6,5	-14,5	-3,7	-4,1	-8,0	2,6	-3,4

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: Índice de Preços ao Consumidor – SEI; valores em reais de dezembro de 2011.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

(3) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Tabela 19
Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-dez. 2011

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2010	324	508	699	1.296	2.230	508	551	810	1.365	2.466
Fevereiro	322	545	702	1.215	2.191	508	551	805	1.310	2.403
Março	321	545	702	1.283	2.293	545	551	802	1.298	2.497
Abril	320	542	697	1.249	2.346	542	546	767	1.288	2.486
Maio	318	540	716	1.270	2.460	540	545	771	1.293	2.472
Junho	318	539	721	1.269	2.446	539	542	795	1.344	2.465
Julho	318	539	740	1.277	2.465	539	543	808	1.388	2.645
Agosto	319	542	741	1.276	2.340	540	542	835	1.407	2.544
Setembro	318	542	742	1.277	2.345	542	543	830	1.401	2.558
Outubro	318	540	725	1.276	2.229	540	542	826	1.383	2.453
Novembro	315	535	735	1.270	2.329	535	543	840	1.376	2.459
Dezembro	314	535	734	1.270	2.371	534	544	837	1.382	2.519
Janeiro 2011	314	533	722	1.256	2.288	533	557	826	1.347	2.419
Fevereiro	309	533	722	1.237	2.220	533	562	825	1.340	2.387
Março	309	556	718	1.231	2.063	556	562	789	1.238	2.069
Abril	309	556	714	1.224	2.062	556	561	816	1.247	2.153
Maio	306	555	713	1.223	2.050	555	558	795	1.230	2.142
Junho	305	556	699	1.122	2.040	555	556	765	1.224	2.203
Julho	304	553	700	1.116	2.038	553	555	764	1.223	2.039
Agosto	304	553	710	1.106	2.029	553	555	776	1.218	2.029
Setembro	304	547	703	1.104	2.029	547	552	776	1.217	2.029
Outubro	302	549	696	1.094	2.014	547	553	775	1.209	2.028
Novembro	301	546	695	1.094	2.007	546	551	782	1.204	2.162
Dezembro	300,0	545,3	694,0	1097,0	2005,0	545,0	560,0	785,0	1203,0	2112,4
Variação mensal										
Dez. 2011/nov. 2011	-0,3	-0,2	-0,1	0,3	-0,1	-0,3	1,5	0,4	-0,1	-2,3
Variação no ano										
Dez. 2011/dez. 2010	-4,5	1,9	-5,4	-13,6	-15,4	2,1	2,9	-6,3	-12,9	-16,1
Variação anual										
Dez. 2011/dez. 2010	-4,5	1,9	-5,4	-13,6	-15,4	2,1	2,9	-6,3	-12,9	-16,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de setembro de 2011.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Tabela 20
Flutuação Mensal do Emprego – Bahia – jan. 2010-dez. 2011

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2010 (2)	91.402	14.742	20.485	17.980	32.198
Janeiro	14.424	2.418	4.029	1.578	3.972
Fevereiro	6.088	1.505	2.766	1.324	1.198
Março	10.226	3.146	4.348	-723	2.033
Abril	10.590	2.341	2.600	518	1.436
Maiο	16.301	2.663	2.620	1.659	3.855
Junho	3.705	-343	1.184	775	961
Julho	8.137	1.080	4.385	-856	3.104
Agosto	11.207	2.313	3.591	1.070	5.657
Setembro	10.287	2.060	1.591	2.223	3.962
Outubro	7.059	1.184	-351	3.756	3.858
Novembro	10.681	390	2.830	5.240	4.189
Dezembro	-17.303	-4.015	-9.108	1.416	-2.027
2011 (3)	48.193	3.452	1.962	10.088	26.945
Janeiro	7.438	995	820	671	2.852
Fevereiro	3.127	4	-445	160	2.733
Março	2.758	510	1.222	-1.518	684
Abril	10.623	1.065	2.831	882	4.065
Maiο	11.710	1.314	2.751	1.484	2.021
Junho	11.767	1.764	1.586	716	2.644
Julho	2.033	1.449	-3.833	381	2.088
Agosto	7.143	1.559	771	1.335	3.921
Setembro	3.025	455	-481	1.792	3.163
Outubro	481	845	-563	1.630	1.034
Novembro	3.157	-1.841	2.371	2.851	3.082
Dezembro	-15.069	-4.667	-5.068	-296	-1.342
Jan.-dez. 2011	77.650	5.777	8.823	17.131	37.395

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano

Tabela 21
Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-dez. 2011

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2010 (2)	49.262	3.653	16.785	7.963	20.070
Janeiro	7.622	834	3.804	630	2.454
Fevereiro	3.699	321	1.631	439	1.234
Março	5.774	914	3.690	-427	1.532
Abril	2.981	653	1.815	122	478
Maio	6.361	1.117	1.422	962	2.706
Junho	674	-1.130	1.275	112	525
Julho	5.913	355	4.053	-725	2.039
Agosto	7.805	584	3.089	308	3.566
Setembro	4.688	671	885	832	2.049
Outubro	5.277	324	-1	1.766	3.141
Novembro	8.232	475	2.461	2.822	2.460
Dezembro	-9.764	-1.465	-7.339	1.122	-2.114
2011 (3)	24.984	1.413	2.799	1.752	17.501
Janeiro	2.964	492	973	-458	1.806
Fevereiro	-583	-757	-1.736	36	1.896
Março	350	-137	396	-1.114	1.084
Abril	5.782	13	1.921	449	3.224
Maio	2.758	158	1.254	535	854
Junho	3.294	523	712	479	1.582
Julho	1.988	416	241	-313	1.311
Agosto	4.513	622	1.042	-66	2.532
Setembro	1.714	67	-504	489	1.399
Outubro	849	158	-94	362	376
Novembro	6.255	543	1.929	1.557	2.112
Dezembro	-4.900	-685	-3.335	-204	-675
jan.-dez. 2011	40.002	2.282	6.381	4.309	24.687

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

(2) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Tabela 22
Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-dez. 2010/2011

Receita realizada	2011			2010		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	191.154.993	200.993.033	1.213.655.485	175.950.590	196.690.747	1.098.509.965
Receitas correntes	172.800.736	183.713.763	1.029.613.467	150.844.692	174.524.956	890.137.033
Receita tributária	56.763.043	57.630.293	338.648.827	46.440.169	55.004.898	281.814.922
Impostos	55.919.600	56.778.376	331.500.737	45.765.294	54.316.318	275.891.197
Taxas	843.443	851.917	7.148.091	674.875	688.580	5.923.726
Receita de contribuições	91.673.318	102.471.608	545.486.601	80.494.030	97.285.701	475.432.045
Contribuições sociais	88.720.009	100.136.147	529.788.992	78.050.181	94.811.356	461.902.123
Contribuições econômicas	2.953.309	2.335.460	15.697.608	2.443.848	2.474.345	13.529.919
Receita patrimonial	12.069.439	10.206.074	65.708.555	13.551.026	10.651.490	65.241.010
Receitas imobiliárias	173.642	159.910	965.452	143.651	217.759	849.349
Receitas de valores mobiliários	5.628.183	4.771.552	31.270.843	1.895.919	7.558.806	31.813.252
Receita de concessões e permissões	56.890	2.105.309	3.823.522	32.251	608.343	1.160.359
Compensações financeiras	6.182.754	3.126.229	29.568.875	4.486.191	2.265.425	24.419.665
Outras receitas patrimoniais	-917	3.430	11.333	1.320	1.158	6.693
Receita agropecuária	3.433	3.429	21.014	3.805	3.811	20.325
Receita da produção vegetal	1.826	1.646	11.166	2.696	2.408	12.712
Receita da produção animal e derivados	1.603	1.785	9.844	1.117	1.363	7.567
Outras receitas agropecuárias	4	(2)	6	-8	40	45
Receita industrial	92.915	78.942	562.501	65.723	169.144	603.608
Receita da indústria de transformação	92.915	78.942	562.501	65.723	169.144	603.608
Receita de serviços	7.561.117	7.888.676	47.975.846	5.980.874	6.353.552	40.445.797
Transferências correntes	98.738	176.527	450.680	31.176	116.169	269.189
Transferências intergovernamentais	0	0	0	0	0	662
Transferências de instituições privadas	232	20.294	24.324	329	14.853	16.357
Transferências do exterior	362	6.866	13.705	7.365	5.979	19.969
Transferências de pessoas	94	98	509	82	119	581
Transferências de convênios	98.016	149.239	411.900	23.322	95.159	231.225
Transferências para o combate à fome	35	29	241	77	59	396
Outras receitas correntes	4.533.736	5.266.974	30.759.445	4.255.785	4.991.711	26.310.140
Multas e juros de mora	1.865.820	2.401.553	14.250.143	2.196.414	2.298.369	11.541.503
Indenizações e restituições	466.529	1.077.245	4.083.697	467.260	452.987	3.456.157
Receita da dívida ativa	872.440	872.668	4.586.119	670.575	572.170	2.863.558
Receitas diversas	1.328.948	915.509	7.839.487	921.536	1.668.185	8.448.920
Receitas de capital	18.354.257	17.279.270	184.042.018	25.105.898	22.165.791	208.372.933
Operações de crédito	7.044.339	3.297.379	94.201.986	4.301.180	10.590.098	130.494.045
Operações de crédito internas	6.885.464	2.668.776	91.610.172	4.297.643	9.553.243	126.656.596
Operações de crédito externas	158.875	628.603	2.591.813	3.538	1.036.855	3.837.450
Alienação de bens	145.380	225.210	1.936.461	118.512	400.185	797.973
Alienação de bens móveis	128.488	150.173	1.734.483	96.308	323.074	600.328
Alienação de bens imóveis	16.892	75.037	201.976	22.204	77.112	197.647
Amortizações de empréstimos	3.740.758	5.897.578	28.945.140	3.950.424	4.233.438	24.799.046
Transferências de capital	12.206	20.885	111.586	15.674	11.568	101.411

Tabela 22
Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-dez. 2010/2011

Receita realizada	2011			2010		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Transferências do exterior	0	0	0	0	0	0
Transferências de pessoas	0	0	0	0	0	44
Transferência de outras instituições públicas	-81	0	20.731	0	0	4.977
Transferências de convênios	12.288	20.885	6.076.742	15.674	11.568	96.391
Outras receitas de capital	7.411.575	7.838.218	52.860.959	16.720.108	6.930.502	52.180.458
Resultado do Banco Central do Brasil	0	0	23.469.341	11.006.291	0	17.680.809
Remuneração das disponibilidades	7.305.615	7.837.927	35.269.336	5.713.811	6.930.328	34.499.269
Receita dívida ativa alienação estoques de café	29	237	2.141	2	9	210
Receitas de capital diversas ²	0	0	0	0	0	0
Receita (intraorçamentária) (II)	2.255.467	3.789.315	15.001.903	2.102.237	3.234.936	12.688.651
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	193.410.460	204.782.348	1.228.657.388	178.052.828	199.925.683	803.445.873
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	63.374.572	92.426.027	472.339.493	86.092.094	32.981.803	285.437.861
Operações de crédito internas	63.374.572	90.171.658	469.156.545	83.786.268	32.981.803	283.707.466
Mobiliária	63.374.572	90.171.658	469.156.545	83.786.268	32.981.803	283.707.466
Operações de crédito externas	0	2.254.369	3.182.948	2.305.825	0	1.730.395,00
Mobiliária	0	2.254.369	3.182.948	2.305.825	0	1.730.395,00
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	256.785.032	297.208.375	1.700.996.881	264.144.922	232.907.486	1.127.174.258
Déficit (VI)	0	0	0	0	0	0
Total (VII) = (V + VI)	256.785.032	297.208.375	1.700.996.881	264.144.922	232.907.486	1.127.174.258
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2011			2010		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receitas correntes	2.070.926	3.217.759	13.527.943	1.977.835	3.095.073	12.424.387
Receita tributária	(2.701)	82	467	31	13	195
Impostos	(2.799)	36	27	6	4	-27
Taxas	97	46	439	25	9	221
Receita de contribuições	2.022.475	3.126.492	13.272.650	1.947.334	3.041.726	12.223.373
Contribuições sociais	2.022.475	3.126.492	11.252.366	1.947.333	3.041.727	12.223.343
Receita patrimonial	3.223	174	5.339	1.296	-1.508	2.882
Receitas imobiliárias	511	123	2.378	1.264	-1.560	819
Receitas de valores mobiliários	2.694	-1	2.784	11	0	1.891
Receita de concessões e permissões	17	52	176	21	52	171
Compensações financeiras	0	0	0	0	0	0
Receita industrial	43.709	42.667	168.580	22.297	39.177	134.019
Receita da indústria de transformação	43.709	42.667	168.580	22.297	39.177	134.019
Receita de serviços	3.696	13.361	40.208	5.999	14.627	53.354
Outras receitas correntes	524	34.983	40.699	878	1.038	10.564
Multas e juros de mora	62	-757	-440	33	158	-1.654
Indenizações e restituições	324	35.606	40.642	515	639	7.479
Receitas correntes diversas	137	134	497	330	241	4.738
Total	2.255.467	3.789.315	15.001.903	2.102.237	3.234.936	12.688.651

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).

(...) Não disponível até dezembro.

Tabela 23
Demonstrativo das Despesas da União
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social – jan.-dez. 2010/2011

Despesa executada	2011			2010		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	176.643.395	212.164.393	1.473.216.033	150.795.185	183.643.067	932.921.097
Despesas correntes	135.011.666	182.180.020	1.227.624.221	123.766.094	160.709.232	801.116.180
Pessoal e encargos sociais	27.653.702	36.469.289	182.670.095	26.223.825	35.725.925	154.241.290
Juros e encargos da dívida	5.556.687	19.910.774	218.314.839	6.836.306	15.443.121	135.219.441
Outras despesas correntes	101.801.277	125.799.957	826.639.287	90.705.963	109.540.187	511.655.448
Transferência a estados, df e municípios	34.286.838	46.544.752	350.591.731	30.229.932	38.711.513	173.764.610
Benefícios previdenciários	42.739.647	50.374.592	273.618.023	38.149.207	46.133.195	226.954.109
Demais despesas correntes	24.774.791	28.880.613	202.429.532	22.326.825	24.695.479	110.936.731
Despesas de capital	41.631.729	29.984.373	245.591.812	27.029.090	22.933.835	131.804.919
Investimentos	3.102.042	7.921.680	24.809.193	4.095.147	9.648.750	22.112.487
Inversões financeiras	4.531.017	7.967.991	48.705.456	4.923.272	6.598.597	26.614.298
Amortização da dívida	33.998.670	14.094.702	172.077.162	18.010.671	6.686.487	83.078.130
Reserva de contingência	0	0	0	0	0	0
Despesas (intraorçamentárias) (IX)	2.576.453	4.220.514	18.097.314	2.496.655	3.835.738	13.928.814
Despesas correntes	2.391.298	3.730.500	15.679.063	2.341.797	3.672.024	13.306.997
Pessoal e encargos sociais	2.278.919	3.507.864	14.904.886	2.187.914	3.479.790	12.731.187
Outras despesas correntes	112.379	222.636	774.178	153.883	192.233	575.808
Demais despesas correntes	112.379	222.636	774.178	153.883	192.233	575.808
Despesas de capital	185.154	490.014	2.418.251	154.857	163.714	621.816
Investimentos	6.424	17.758	60.021	4.997	12.838	21.132
Inversões financeiras	178.730	472.255	2.358.229	149.861	150.876	600.686
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	179.219.848	216.384.907	1.491.313.347	153.291.839	187.478.805	946.849.911
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	17.929.855	63.571.713	959.540.347	57.383.495	14.526.203	424.341.033
Amortização da dívida interna	12.915.376	63.375.972	937.104.238	54.422.327	12.990.196	413.994.720
Dívida mobiliária	12.915.376	63.375.972	937.104.238	54.422.224	12.990.116	413.993.227
Outras dívidas	0	0	0	103	80	1.493
Amortização da dívida externa	5.014.479	195.740	22.436.107	2.961.168	1.536.007	10.346.314
Dívida mobiliária	107.931	-13.794	8.396.832	2.447.221	1.029.702	8.369.443
Outras dívidas	4.906.549	209.534	14.039.278	513.947	506.305	1.976.872
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	197.149.703	279.956.620	2.450.853.694	210.675.334	202.005.008	1.371.190.944
Superávit (XIII)	0	0	0	0	0	0
Total (XIV) = (XII + XIII)	197.149.703	279.956.620	2.450.853.694	210.675.334	202.005.008	1.371.190.944

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º).

(...) Não disponível até Dezembro.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Estado

(Continua)

Receita realizada	2011			2010		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	3.932.990.193	4.999.851.368	25.298.872.994	3.695.381.517	4.381.778.050	23.304.307.249
Receitas correntes	3.874.630.460	4.538.909.303	24.386.224.028	3.523.886.790	3.931.059.142	21.978.446.838
Receita tributária	2.409.461.721	2.583.178.688	14.183.218.585	2.162.286.068	2.251.835.671	12.876.988.651
Impostos	2.300.523.980	2.476.982.659	13.612.102.648	2.066.848.325	2.156.979.112	12.405.124.942
Taxas	108.937.741	106.196.029	571.115.938	95.437.743	94.856.559	471.863.708
Contribuição de melhoria	-	-	0	-	-	0
Receita de contribuições	268.340.920	355.475.717	1.599.077.129	230.303.941	286.639.061	1.384.473.939
Contribuições sociais	268.340.920	355.475.717	1.599.077.129	230.303.941	286.639.061	1.384.473.939
Contribuições econômicas	-	-	0	-	-	0
Receita patrimonial	64.496.842	84.882.142	416.363.848	43.742.309	70.942.966	476.768.199
Receitas imobiliárias	5.070.212	12.446.669	36.889.410	4.667.747	13.512.102	32.593.049
Receitas de valores mobiliários	42.017.049	55.761.669	322.357.844	38.693.780	54.563.464	237.832.964
Receitas de concessões e permissões	204.080	9.023.139	11.220.026	366.607	795.674	3.991.353
Outras receitas patrimoniais	17.205.501	-	17.245.042	14.175	2.071.726	2.152.650
Receita agropecuária	36.643	8 513.145	21.195.433	69.378	45.036	203.171
Receita da produção vegetal	3.769	1.516	13.454	482	1.014	6.361
Receita da produção animal e derivados	32.071	78.723	255.496	65.558	41.908	178.939
Outras receitas agropecuárias	803	4.892	21.859	3.338	2.114	17.871
Receita industrial	10.759	22.752	69.870	11.188	9.076	28.653
Receita da indústria de transformação	10.759	22.752	71.073	11.188	9.076	28.653
Receita da indústria de construção	-	-	2.915	-	-	0
Outras receitas industriais	-	-	0	-	-	0
Receita de serviços	9.689.739	12.952.659	87.100.081	21.391.726	18.370.470	95.316.871
Transferências correntes	1.479.370.128	1.864.189.059	10.139.368.702	1.361.664.658	1.665.942.681	8.818.200.368
Transferências intergovernamentais	1.445.339.751	1.846.063.496	9.997.246.007	1.349.305.408	1.622.917.405	8.659.776.976
Transferências de instituições privadas	366	30.294	48.005	-	831.071	950.614
Transferências do exterior	-	120	226.370	-	186.845	192.595
Transferências de pessoas	-	-	0	-	-	0
Transferências de convênios	34.030.011	18.095.149	141.848.320	12.359.250	42.007.359	157.280.182
Transferências para o combate à fome	-	-	0	-	-	0
Outras receitas correntes	130.233.796	200.814.292	1.014.923.299	133.911.261	126.342.317	1.000.024.923
Multas e juros de mora	31.313.081	83.589.325	232.500.110	28.676.901	28.181.280	153.836.968
Indenizações e restituições	8.784.693	7.068.568	40.693.801	5.691.835	5.977.209	61.639.875
Receita da dívida ativa	4.058.474	31.913.017	44.438.240	5.157.036	6.094.036	131.902.206
Receitas diversas	86.077.547	78.243.382	695.133.189	94.385.490	86.089.791	652.645.875
Conta retificadora da receita orçamentária	-487.010.088	-562.691.137	-1.023.012.002	-429.493.738	-489.068.136	-848.714.179
Receitas de capital	58.359.732	460.942.065	912.648.966	171.494.727	450.718.909	1.325.860.411
Operações de crédito	19.930.383	325.889.218	448.565.185	21.574.012	352.421.555	652.242.417
Operações de crédito internas	2.529.616	302.858.670	376.101.371	5.323.009	265.990.283	472.332.064
Operações de crédito externas	17.400.767	23.030.548	72.463.814	16.251.003	86.431.272	179.910.354
Alienação de bens	833.638	3.624.105	8.339.188	3.172.403	7.131.008	12.662.975
Alienação de bens móveis	516.385	2.863.146	5.064.867	1.419.342	2.230.885	5.643.325
Alienação de bens imóveis	317.253	760.959	3.274.321	1.753.061	4.900.123	7.019.651

(Conclusão)

Tabela 24
Balanço Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-dez. 2010/2011

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2011			2010		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Amortização de empréstimos	18.083.835	16.238.858	93.369.452	13.276.593	13.648.838	75.725.635
Amortização de empréstimos	18.083.835	16.238.858	93.369.452	13.276.593	13.648.838	75.725.635
Transferências de capital	19.511.876	115.189.884	362.375.141	133.471.718	77.517.508	585.211.246
Transferências intergovernamentais	217.801	7.254.110	8.841.870	-	48.562	23.082.397
Transferências de instituições privadas	-	-	0	-	69.990	69.990
Transferências do exterior	-	-	0	-	-	0
Transferências de pessoas	-	-	0	-	-	0
Transferências de outras instituições públicas	-	-	0	-	-	0
Transferências de convênios	19.294.075	107.935.774	353.533.271	133.471.718	77.398.956	562.058.859
Transferências para o combate à fome	-	-	0	-	-	0
Outras receitas de capital	-	-	0	-	-	18.138
Integralização do capital social	-	-	0	-	-	0
Dív. Atv. Prov. Da amortiz. De emp. E financ.	-	-	0	-	-	0
Restituições	-	-	0	0	0	0
Outras receitas	-	-	0	-	-	18.138
Receitas (intraorçamentárias) (II)	281.910.524	437.820.805	1.775.662.478	247.748.562	348.255.284	1.554.880.503
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	4.214.900.717	5.437.672.173	27.074.535.472	3.943.130.079	4.730.033.334	24.859.187.752
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	0
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	0
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	0
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	0
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	0
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	4.214.900.717	5.437.672.173	27.074.535.472	3.943.130.079	4.730.033.334	24.859.187.752
Déficit (VI)	0	-	-	-	-	0
Total (VII) = (V + VI)	4.214.900.717	5.437.672.173	17.421.962.583	3.943.130.079	4.730.033.334	24.859.187.752
Saldos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	0

Receita realizada intraorçamentária	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Receitas realizadas		
				Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receitas correntes	281.910.524	437.820.805	1.775.662.478	247.748.562	348.255.284	1.554.880.503
Receita de contribuições	268.866.906	416.100.193	1.734.447.556	244.001.067	346.162.885	1.544.860.401
Contribuições sociais	268.866.906	416.100.193	1.734.447.556	244.001.067	346.162.885	1.544.860.401
Receita de serviços	13.043.617	21.720.612	41.214.922	3.747.495	2.092.399	10.020.103
Total	281.910.524	437.820.805	1.775.662.478	247.748.562	348.255.284	1.554.880.503

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º)

Tabela 25
Balço Orçamentário – Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-dez. 2010/2011

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2011			2010		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	3.844.020.286	6.106.024.465	25.099.462.892	3.247.753.220	4.367.124.903	21.936.466.425
Despesas correntes	3.490.514.684	5.164.287.674	22.061.457.200	2.862.697.361	3.641.655.388	18.942.132.322
Pessoal e encargos sociais	1.691.403.996	2.608.370.222	11.368.204.548	1.438.795.457	1.917.483.126	9.784.930.682
Juros e encargos da dívida	86.461.155	104.280.645	503.486.354	79.972.464	111.346.626	508.618.332
Outras despesas correntes	1.712.649.533	2.451.636.806	10.189.766.298	1.343.929.440	1.612.825.635	8.648.583.308
Transferências a municípios	595.298.321	617.104.461	3.567.638.147	482.826.930	449.043.603	3.095.683.535
Demais despesas correntes	1.117.351.212	1.834.532.345	6.622.128.151	861.102.509	1.163.782.032	5.552.899.773
Despesas de capital	353.505.602	941.736.791	3.038.005.692	385.055.859	725.469.516	2.994.334.103
Investimentos	191.849.133	673.041.213	1.721.802.003	224.389.302	482.549.175	1.828.612.750
Inversões financeiras	24.006.983	95.026.599	404.295.425	21.165.012	75.629.082	263.365.336
Amortização da dívida	137.649.486	173.668.980	911.908.264	139.501.544	167.291.259	902.356.017
Reserva de contingência	-	-	0	-	-	0
Reserva do rpps	-	-	0	-	-	0
Despesas (intraorçamentárias) (II)	242.105.648	466.154.908	1.774.655.213	206.083.781	286.013.754	1.436.473.030
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	4.086.125.933	6.572.179.373	26.874.118.104	3.453.837.001	4.653.138.658	23.372.939.455
Amortização da dívida / refinanciamento(IV)	0	0	0	-	-	0
Amortização da dívida interna	0	0	0	-	-	0
Dívida mobiliária	0	0	0	-	-	0
Outras dívidas	0	0	0	-	-	0
Amortização da dívida externa	0	0	0	-	-	0
Dívida mobiliária	0	0	0	-	-	0
Outras dívidas	0	0	0	-	-	0
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	4.086.125.933	6.572.179.373	26.874.118.104	3.453.837.001	4.653.138.658	23.372.939.455
Superávit (VI)	0	0	0	-	-	0
Total (VIII) = (V + VI)	4.086.125.933	6.572.179.373	26.874.118.104	3.453.837.001	4.653.138.658	23.372.939.455

Despesa intraorçamentária	2011			2010		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado Jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Despesas correntes	242.105.648	466.154.908	1.774.655.213	206.083.781	286.013.754	1.436.407.717
Pessoal e encargos sociais	202.946.069	368.821.768	1.451.294.316	202.749.887	283.311.042	1.272.327.120
Outras despesas correntes	39.159.578	97.333.139	323.360.896	3.333.894	2.702.713	164.080.596
Despesas de capital	-	-	0	-	-	65.313
Investimentos	-	-	0	-	-	65.313
Total	242.105.648	466.154.908	1.774.655.213	206.083.781	286.013.754	1.436.473.030

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 26
Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2010-dez. 2011

(R\$ 1.000)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Janeiro	1.022.833	1.068.262	28.914	33.796	1.051.747	1.102.058
Fevereiro	878.417	976.280	68.300	82.396	946.717	1.058.676
Março	861.232	972.307	63.356	67.563	924.588	1.039.870
Abril	1.019.653	1.042.697	68.415	75.399	1.088.068	1.118.096
Maiο	1.217.826	1.073.270	87.614	108.648	1.305.441	1.181.918
Junho	935.344	1.044.759	101.402	133.931	1.036.746	1.178.690
Julho	923.428	1.032.362	99.145	108.188	1.022.573	1.140.550
Agosto	925.129	1.138.886	100.193	115.013	1.025.323	1.253.898
Setembro	997.821	1.087.114	89.678	102.862	1.087.499	1.189.976
Outubro	977.296	1.085.320	54.714	58.272	1.032.010	1.143.592
Novembro	996.166	1.133.331	40.226	44.849	1.036.392	1.178.180
Dezembro	1.040.040	1.228.235	59.035	65.096	1.099.075	1.293.331
Total	11.795.187	12.882.824	860.993	996.011	12.656.180	13.878.835

Fonte: Sefaz-Balancetes mensais.

Elaboração: SEI.

(Continua)

Tabela 27
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação
Brasil – jan.-dez. 2010/2011

Unidade da federação	2011												Acumulado jan.-dez.
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Norte	1.405.084	1.294.100 (i)	1.092.714	1.109.854	1.119.408	1.052.882	929.499	1.253.923	1.489.411 (i)	1.502.590 (i)	1.370.272 (i)	1.298.643	9.262.007
Acre	49.509	55.925	53.909	48.861	45.574	46.098	48.113	46.924	50.259	45.830	45.472	49.361	585.835
Amazonas	469.235	452.890	457.396	454.000	481.523	461.413	0	532.814	507.948	503.806	549.611	554.734	5.425.370
Pará	475.572	442.085	421.472	439.113	421.532	464.799	513.490	514.681	513.442	481.998	514.660	525.301	5.728.145
Rorondônia	227.274	182.410 (i)	181	186	204	0	223.521	0	222.491 (i)	271.721 (i)	207.930 (i)	0	451.366
Amapá	42.548	37.410	34.828	36.879	34.930	41.357	37.583	45.119	46.570	49.893	52.600	50.895	510.612
Roraima	34.988	32.139	33.261	34.343	35.769	36.154	0	0	35.688 (i)	36.604	0	0	243.258
Tocantins	105.958	91.241	91.667	96.471	99.877	3.060	106.791	114.386	113.013	112.737	0	118.353	1.053.554
Nordeste	3.854.590 (i)	3.175.772	3.198.090	3.455.657 (i)	3.685.716	3.606.540	3.766.104	3.932.898	3.704.780	3.714.203	3.814.862 (i)	2.959.343 (i)	28.874.103
Maranhão	279.147	250.500	255.084	268.331	254.378	272.346	277.188	296.849	315.600	305.896	312.121	324.928	3.412.368
Piauí	180.784	176.710	148.230	165.151	160.353	157.504	189.514	186.740	180.245	181.039	179.628	182.326	2.088.224
Ceará	569.613	503.253	507.648	517.117	521.613	552.248	563.076	590.169	606.385	616.394	623.699	623.609	6.794.824
Rio Grande do Norte	241.446	0	0	246.963 (i)	306.689	250.304	266.971	275.028	278.585	277.275	255.058 (i)	298.130	2.194.428
Paraíba	250.930	238.269	221.736	225.461	228.618	235.638	239.816	239.664	0	0	0	241.150	2.121.282
Pernambuco	865.272	830.231	739.348	769.969	763.600	805.881	846.155	817.891	853.146	868.194	871.992	894.195	9.925.874
Alagoas	205.950	19.542	176.772	191.036 (i)	196.403	169.637	167.983	189.831	176.947	174.041	219.795	208.873 (i)	1.696.901
Sergipe	183.638	152.931	150.019	0	152.345	157.697	156.859	156.502	164.322	168.129	214.092	186.132	1.842.666
Bahia	1.077.809	1.004.337	999.252	1.071.629	1.101.716	1.095.286	1.058.541	1.180.223	1.129.548	1.123.236	1.138.479	0	11.980.056
Sudeste	13.076.777	12.568.474	4.894.979	13.556.979 (i)	13.443.308 (i)	13.776.850	13.382.584	13.933.476	14.417.554	14.169.313	14.157.295	14.786.320	129.163.622
Minas Gerais	2.356.876	2.133.220	2.233.889	2.461.272	2.148.502 (i)	2.482.334	2.441.145	2.488.538	2.589.990	2.549.456	2.545.423	2.788.468	27.070.611
Espírito Santo	683.838	650.773	642.345	746.463 (i)	645.963	775.542	687.940	726.236	756.450	715.794	717.134	0	7.002.015
Rio de Janeiro	2.214.239	1.894.126	2.018.745	1.996.916	2.159.657	2.135.001	1.925.069	2.095.246	2.129.816	2.096.364	2.217.101	2.272.286	25.154.566
São Paulo	7.821.823	7.890.355	0	8.352.328	8.489.187	8.383.973	8.328.430	8.623.455	8.941.298	8.807.699	8.677.637	9.725.566	94.041.751
Sul	2.679.422	1.434.280	2.595.236	1.237.058	3.762.733	3.757.516	3.781.063	4.059.542	4.089.186 (i)	4.481.317	4.495.418	1.251.620	33.535.205
Paraná	0	0	1.140.104	1.237.058	1.268.690	1.276.696	1.267.566	1.304.967	1.411.287	1.514.062	1.457.754	0	11.878.184
Santa Catarina	1.014.916	0	0	0	954.360	955.935	931.177	1.069.035	1.040.982 (i)	1.246.362	1.244.435	1.251.620	8.667.840
Rio Grande do Sul	1.664.506	1.434.280	1.455.132	0	1.539.683	1.524.884	1.582.319	1.685.540	1.636.917	1.720.893	1.793.228	0	16.037.382
Centro-oeste	1.709.707	1.578.550	2.057.234	2.059.814	2.021.698	1.755.340	2.109.775	2.198.406	2.260.853	2.196.714	2.248.081	2.844.025	25.040.197
Mato Grosso	454.904	368.294	451.669	521.864	471.882	492.904	484.729	506.327	534.936	510.074	527.616	489.473	5.814.672
Mato Grosso do Sul	422.774	383.334	422.255	431.581	426.201	0	435.110	465.155	484.410	469.865	557.107	474.668	4.972.460
Goiás	832.029	828.922	791.519	702.220	713.097	787.892	763.499	797.577	800.664	780.905	766.573	1.312.281	9.875.178
Distrito Federal	0	0	391.791	404.149	410.518	474.543	426.437	429.348	440.844	435.871	396.785	567.603	4.377.889
Brasil	22.725.561	20.051.175 (i)	13.838.253	21.419.361 (i)	24.032.863 (i)	24.039.128	23.969.026	25.378.246	25.961.784 (i)	26.064.138 (i)	26.085.929 (i)	23.139.951 (i)	71.484.024

(Conclusão)

Tabela 27
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação
Brasil – jan.-dez. 2010/2011

Unidade da federação	2010												Acumulado jan.-dez.
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Norte	1.180.075	1.082.520	1.102.593	1.285.246	1.283.658	1.281.087	1.279.786	1.294.833	1.437.986	1.341.773	1.389.322	1.387.813	15.346.692
Acre	36.394	42.921	42.921	45.819	53.017	46.078	48.019	52.286	54.086	51.017	55.706	0	528.254
Amazonas	397.269	398.974	368.269	494.482	488.851	467.619	477.421	495.282	505.944	500.187	483.209	475.711	5.553.218
Pará	425.393	356.789	380.768	417.557	412.044	439.580	432.552	424.383	486.892	417.146	471.212	510.946	5.175.282
Rorondônia	160.193	141.937	135.183	165.690	173.352	194.664	190.713	184.810	201.539	200.889	204.758	228.215	2.181.943
Amapá	40.688	30.957	63.625	38.404	35.365	38.637	33.704	38.850	41.090	40.462	43.435	42.166	487.383
Roraima	31.631	30.805	31.143	34.170	33.867	0	0	0	36.722	31.861	35.303	35.008	300.510
Tocantins	88.507	80.136	80.682	89.125	87.163	94.509	97.377	99.222	111.713	100.212	95.698	95.768	1.120.112
Nordeste	3.400.265	3.037.763 (i)	2.980.506	3.339.482	3.542.266	3.273.768	3.248.595	3.463.662	3.490.257	3.509.949	3.659.807	3.924.188 (i)	33.908.457
Maranhão	242.934	212.775	215.953	220.641	238.449	238.653	244.576	249.945	275.723	271.324	254.640	282.313	2.948.126
Piauí	161.733	154.646	139.051	141.235	147.372	152.416	154.320	164.430	165.392	165.469	174.011	199.664	1.919.739
Ceará	504.015	452.163	453.743	494.496	483.409	489.217	498.534	541.196	538.465	545.499	552.634	595.579	6.148.950
Rio Grande do Norte	246.070	212.792	206.511	237.950	225.270	231.376	235.063	238.839	235.593	248.624	234.779	289.218	2.842.085
Paraíba	213.516	194.584	189.241	205.935	196.472	210.812	214.806	207.785	214.308	216.763	232.197	229.339	2.525.758
Pernambuco	691.127	614.845	606.695	699.083	653.388	681.684	664.037	715.104	708.299	727.804	798.450	860.498	8.411.014
Alagoas	170.552	163.162	163.560	157.866	159.995	153.599	149.759	243.734	160.472	163.494	181.826	212.182 (i)	1.868.019
Sergipe	136.250	126.437 (i)	122.427	145.210	197.929	145.098	135.406	143.284	159.018	159.333	211.554	169.605	1.725.114
Bahia	1.034.068	906.359	883.327	1.047.066	1.239.982	970.914	952.094	969.345	1.032.987	1.011.338	1.019.717	1.085.790	12.142.987
Sudeste	11.338.416	11.263.893	11.654.101	12.362.699	12.412.863	12.196.964	12.191.642	13.403.739	12.707.781	12.910.777 (i)	13.083.838	13.944.358	136.560.294
Minas Gerais	2.056.652	1.902.185	1.957.225	2.164.947	2.142.508	2.177.458	2.322.841	3.289.699	2.294.678	2.248.875 (i)	2.315.664	2.314.779	24.938.636
Espírito Santo	584.483	559.227	566.365	594.098	574.263	515.454	494.118	528.081	563.517	700.364	612.582	672.293	6.964.845
Rio de Janeiro	1.964.384	1.707.862	1.776.963	1.858.658	2.332.770	1.782.416	1.759.628	1.831.991	1.930.855	1.931.070	2.026.912	2.098.446	23.001.955
São Paulo	6.732.896	7.094.619	7.353.547	7.744.966	7.363.320	7.721.636	7.615.055	7.753.969	7.918.731	8.030.469	8.128.681	8.858.840	92.316.759
Sul	3.592.714	2.931.756	3.354.418	3.543.599	3.362.947	1.907.010	1.926.726	2.071.995	3.547.561 (i)	3.614.183	3.760.874	3.935.806	34.002.028
Paraná	1.186.849	1.045.314	1.161.594	1.133.998	1.108.489	1.080.552	1.089.156	1.217.292	1.099.920	1.176.636	1.236.611	1.312.362	13.848.773
Santa Catarina	864.836	741.594	771.223	875.353	801.492	826.459	837.570	854.702	905.133	946.050	943.884	997.976	10.366.272
Rio Grande do Sul	1.541.029	1.144.848	1.421.601	1.534.248	1.452.966	0	0	0	1.542.507 (i)	1.491.497	1.580.380	1.625.469	11.792.038
Centro-oeste	1.812.450	1.676.445	1.806.041	1.953.246	1.920.528	1.878.443	1.896.500	1.955.961	1.892.598	1.932.089	1.994.619	1.987.883	22.706.803
Mato Grosso	446.445	397.395	436.812	467.285	446.034	441.129	451.389	427.865	437.548	425.470	493.661	465.834	5.336.867
Mato Grosso do Sul	323.337	356.481	367.208	404.043	367.960	389.359	388.793	399.762	406.162	408.967	413.411	415.631	4.641.114
Goiás	643.980	574.198	672.333	682.745	745.991	671.852	683.789	738.791	662.758	670.769	713.072	709.809	8.170.087
Distrito Federal	398.688	348.371	329.689	399.173	360.542	376.104	372.529	389.543	386.130	426.883	374.475	396.609	4.558.736
Brasil	21.323.920	19.992.377 (i)	20.897.659	22.484.272	22.522.262	20.537.272	20.543.249	22.190.189	23.076.183 (i)	23.308.671 (i)	23.888.461	25.180.050 (i)	174.387.284

Fonte: Confaz/Cotepe/ICMS.

Elaboração: SEI/Coref.

Última Atualização em dezembro.

(...) Dado indisponível.

(i) Dado sujeito a retificação.

Município

(Continua)

Tabela 28 Balanco Orçamentário – Receita Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-dez. 2010/2011 (R\$ 1,00)						
Receita realizada	2011			2010		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	546.381.049	656.248.482	7.063.527.233	469.949.732	521.458.709	2.946.977.292
Receitas correntes	536.614.312	692.917.742	7.047.901.316	478.620.349	549.731.261	3.058.053.435
Receita tributária	189.926.653	246.577.167	2.265.728.821	165.226.851	193.374.475	1.063.624.055
Impostos	171.783.927	217.064.753	3.058.668.629	149.455.019	174.812.723	913.041.129
Taxas	17.896.853	28.253.625	204.944.141	15.549.227	18.311.893	149.149.071
Outras receitas tributárias	245.872	1.258.789	2.116.050	222.606	249.859	1.433.853
Receita de contribuições	20.169.451	28.201.995	338.223.112	18.900.444	22.861.399	113.167.504
Contribuições sociais	10.178.283	10.178.283	275.286.200	9.936.149	12.267.859	53.160.707
Contribuições econômicas	9.991.168	0	21.973.509	8.964.295	10.593.540	60.006.794
Receita patrimonial	10.339.984	10.234.493	111.085.246	6.462.557	7.259.764	36.018.316
Receitas imobiliárias	687.469	852.244	7.072.793	842.596	245.090	2.152.542
Receitas de valores mobiliários	5.673.789	5.770.150	65.158.609	3.697.115	3.416.688	22.210.243
Receitas de concessões e permissões	3.978.726	3.612.100	17.852.982	1.922.846	3.597.987	11.430.988
Outras receitas patrimoniais	0	0	21.000.861	0	...	224.539
Receita industrial	134.279	192.329	1.003.366	197.467	613.832	1.495.424
Receita da indústria de construção	134.279	192.329	1.000.451	197.467	613.832	1.495.424
Receita de serviços	2.510.946	2.510.946	20.404.887	257.691	599.933	3.235.058
Transferências correntes	294.501.267	354.319.920	3.528.458.795	266.913.176	307.953.861	1.735.997.038
Transferências intergovernamentais	291.504.970	348.755.672	3.503.646.128	263.498.799	302.627.652	1.707.697.132
Transferências de instituições privadas	400	1.888.993	6.892.413	72.400	3.432.403	12.917.853
Transferências de pessoas	29.193	-	43.793	500	71.093	75.733
Transferências de convênios	2.086	2.086	19.053.607	3.341.477	1.822.714	15.299.269
Outras receitas correntes	2.964.618	2.964.618	237.640.508	20.662.162	17.067.994	104.516.031
Multas e juros de mora	19.031.730	45.624.880	149.526.413	10.307.986	8.847.409	59.816.253
Indenizações e restituições	10.071.839	8.011.298	55.573.861	3.898.212	448.743	5.556.494
Receita da dívida ativa	510.960	1.631.434	46.969.085	5.325.186	7.101.010	31.423.295
Receitas diversas	6.852.107	34.887.934	106.264.094	1.130.778	670.833	7.719.987
Receitas de capital	1.596.823	1.094.215	82.567.700	19.441.723	4.118.138	74.829.243
Operações de crédito	42.906.011	1.714.722	56.355.100	0	-	0
Operações de crédito internas	0	0	2.842.705	0	-	0
Alienação de bens	0	0	146.259	0	59.801	366.800
Alienação de bens móveis	0	1.246.350	1.246.350	0	59.801	366.800
Transferências de capital	0	1.246.350	61.157.916	19.441.723	4.058.338	74.462.443
Transferências intergovernamentais	42.906.011	468.372	45.342.243	6.500.000	-	6.500.000
Transferências de convênios	40.000	53.333	61.738.638	12.941.723	4.058.338	67.962.443
Outras receitas de capital	42.866.011	53.333	42.919.344	0	-	0
Receitas diversas	0	0	0	0	-	0
Dedução da receita corrente	-	-	-117.348.202	(28.112.340)	(32.390.690)	-185.905.387
Receitas (intraorçamentárias) (II)	-33.139.275	-38.383.982	219.852.580	9.086.989	12.874.913	59.520.126

(Conclusão)

Tabela 28
Balanco Orçamentário – Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-dez. 2010/2011

(R\$ 1,00)

Subtotal das receitas (III) = (I + II)	513.241.774	617.864.500	7.283.379.814	479.036.721	534.333.622	3.006.497.419
Déficit (IV)	566.347.097	680.863.022	1.247.210.119	0	0	0
Total (V) = (III + IV)	1.079.588.871	1.298.727.522	8.530.589.933	479.036.721	534.333.622	3.006.497.419

Receita intra orçamentária	2011			2010		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receitas correntes	19.966.048	24.614.540	335.956.445	9.086.989	12.874.913	59.520.126
Receita de contribuições	19.004.433	23.673.463	330.593.260	8.711.182	11.982.075	56.584.490
Receita de serviços	961.615	941.077	5.363.185	372.807	892.839	2.932.636
Receita de capital	0	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital intraorçamentária	0	0	0	0	0	0
Total	19.966.048	24.614.540	335.956.445	9.086.989	12.874.913	59.520.126

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.
 Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 29
Balço Orçamentário – Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – jan.-dez. 2010/2011

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2011			2010		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	565.789.629	729.633.028	5.821.799.595	488.916.208	669.164.804	8.275.303.265
Despesas correntes	520.590.434	674.326.541	5.387.307.664	443.833.331	624.976.061	7.651.034.030
Pessoal e encargos sociais	210.516.008	279.805.769	2.683.051.319	181.751.778	249.168.496	3.604.293.370
Juros e encargos da dívida	6.703.857	16.609.368	123.648.901	11.730.343	11.585.738	170.278.207
Outras despesas correntes	303.370.568	377.911.405	2.752.645.185	250.351.209	364.221.827	4.048.500.194
Despesas de capital	45.199.195	55.306.487	434.491.831	45.082.878	44.188.744	624.269.135
Investimentos	26.692.325	27.490.594	142.654.923	26.403.024	25.265.278	248.506.145
Inversões financeiras	2.093.000	1.104.616	22.380.538	1.725.000	2.830.555	30.133.709
Amortização da dívida	16.413.869	26.711.277	269.456.470	16.954.853	16.092.910	345.629.379
Reserva de contingência	0	0	0	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	21.499.847	48.474.819	341.873.157	11.410.225	14.265.823	437.523.870
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	587.589.476	778.107.847	6.163.972.252	500.326.433	683.430.627	8.713.426.635
Superávit(IV)	0	0	0	0	0	0
Total (V) = (III + IV)	587.589.476	778.107.847	6.163.972.252	500.326.433	683.430.627	8.713.426.635

Despesa intraorçamentária	2011			2010		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Despesas correntes	21.499.847	48.474.819	341.872.657	11.410.225	14.265.823	64.502.952
Pessoal e encargos sociais	20.534.811	43.821.832	300.807.167	9.825.033	1.399.985	45.281.599
Outras despesas correntes	965.035	4.652.987	41.065.489	1.585.192	265.839	6.621.353
Despesas de capital	0	0	0	0	0	0
Investimentos	0	0	0	0	0	0
Total	21.499.847	48.474.819	341.873.157	11.410.225	14.265.823	64.502.952

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

c&p@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rosângela Conceição

Elissandra Brito

INFORMAÇÕES

55 71 3115-4771

e 3115-4711

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista **Conjuntura & Planejamento**, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



ISSN 1413-1536

